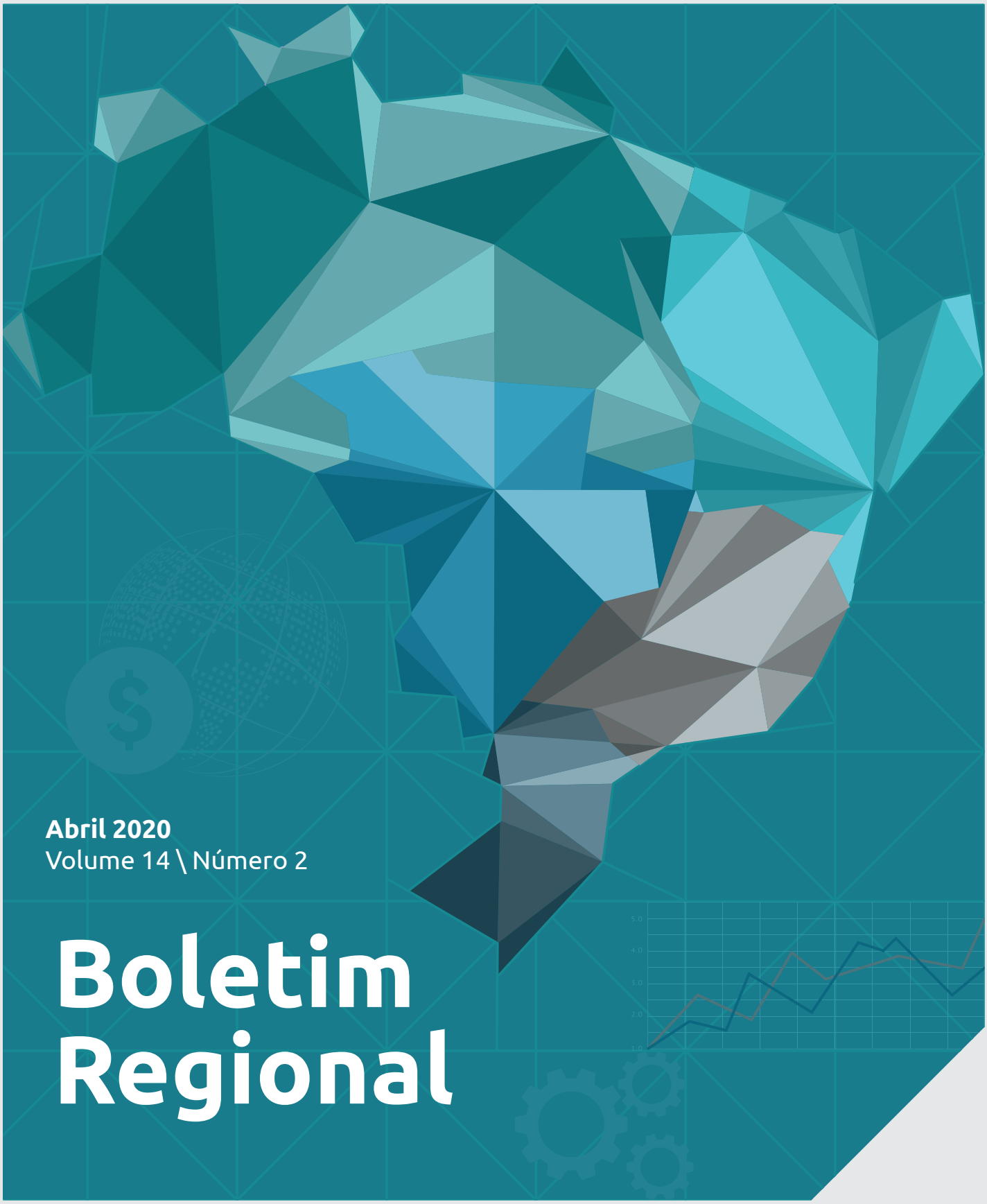


Abril 2020
Volume 14 \ Número 2

Boletim Regional

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Abril 2020
Volume 14 \ Número 2

Boletim Regional

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico**.**

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará (*e-mail*: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Coordenação Regional do Nordeste (*e-mail*: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia (*e-mail*: ba.depec@bcb.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará (*e-mail*: ce.depec@bcb.gov.br),

Região Centro-Oeste – Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),

Região Sudeste – Coordenação Regional do Sudeste (*e-mail*: sp.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Coordenação Regional do Norte e Sul (*e-mail*: rs.depec@bcb.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná (*e-mail*: pr.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim
Telefone: (61) 3414-1061
Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 14, n. 2.

Convenções estatísticas

...	dados desconhecidos.
-	dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
0 ou **0,0**	menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
*****	dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.
A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/faleconosco>

Sumário

Apresentação 5

Sumário executivo 7

Região Norte 9

Região Nordeste 15
- Bahia 19
- Ceará 23
- Pernambuco 26

Região Centro-Oeste 31

Região Sudeste 37
- Minas Gerais 41
- Rio de Janeiro 46
- São Paulo 50

Região Sul 55
- Paraná 61
- Rio Grande do Sul 65

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais 69

Boxes
- Efeitos econômicos da pandemia de COVID-19 nas regiões 75
- Evolução do Índice de Atividade Econômica Regional em 2019 81
- O desalento e as taxas de desocupação 83

Apêndice 87

Apresentação

O "Boletim Regional do Banco Central do Brasil" é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do "Boletim Regional" buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O "Boletim Regional" analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos

de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

A economia mundial, incluindo a brasileira, passa por momento de elevado grau de incerteza em decorrência da pandemia de COVID-19, que está provocando desaceleração significativa da atividade econômica, queda nos preços das *commodities e* mudanças de comportamento dos diversos agentes da economia. Todas as regiões do país estão tendo impactos econômicos relevantes da pandemia, mas especificidades regionais tendem a diferenciar a intensidade e as caraterísticas desses efeitos em cada local.

Nesta edição do Boletim Regional, no entanto, os principais indicadores econômicos disponíveis, que vinham em linha com o processo de recuperação gradual da economia brasileira, ainda não foram sensibilizados em decorrência da periodicidade mensal ou da defasagem de divulgação das pesquisas – em sua maior parte fazem referência ainda ao mês de fevereiro. Entretanto, dados de frequência diária e mais tempestivos evidenciam efeitos significativos e generalizado nas regiões a partir de março.

A economia do Norte, que apresentara expansão de 2,5% em 2019, se manteve em expansão no trimestre encerrado em fevereiro, refletindo, principalmente, os bons resultados da indústria extrativa, em parte suprindo a redução do setor no Sudeste, e do setor de serviços não financeiros. Esses fatores foram mitigados pelos efeitos da retração da indústria de transformação e da acomodação das venda do comércio. Para os próximos meses, o impacto econômico da pandemia deverá ser relevante, com ênfase em serviços e bens não essenciais, como demonstram alguns indicadores mais tempestivos.

No Nordeste, a atividade econômica, nos dois primeiro meses do ano, foi beneficiada pela evolução favorável da indústria e do crédito, contribuindo para a continuidade do processo de recuperação gradual. Essa recuperação, no entanto, deve ser interrompida pelos impactos da pandemia, como demonstram a evolução de dados mais tempestivos. A expectativa de crescimento significativo da safra de grãos na

região, segmento que deverá ter impacto bastante reduzido pela pandemia, e as ações governamentais de garantia de renda para os mais desfavorecidos são fatores que contribuem para minimizar os efeitos negativos da COVID-19.

A atividade econômica no Centro-Oeste manteve-se em expansão no trimestre encerrado em fevereiro, em parte, pelo comportamento da agricultura com o início da colheita de soja, que deve ser recorde neste ano. No entanto, a economia da região deverá repercutir os efeitos da pandemia de COVID-19, que já se fazem perceber em dados do comércio e do setor de serviços com maior frequência e tempestividade. Ressalta-se que, considerando a maior participação do agronegócio e da estrutura industrial no Centro-Oeste, deve-se esperar uma contração da atividade um pouco menos severa do que a média nacional.

A evolução recente dos principais indicadores econômicos do Sudeste evidenciava pequeno arrefecimento no final do ano passado e início deste ano, após crescer significativamente ao longo do segundo semestre de 2019, mas com resultados positivos dos mercados de trabalho e de crédito, e da confiança do consumidor. Entretanto, o cenário econômico, prospectivo, tende a ser impactado de forma expressiva pelos efeitos negativos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade da região, como já evidenciam dados diários de transações efetuadas com pagamentos de débito no cartão. A região concentra a maior parte dos casos da doença, o que sugere impactos, no curtíssimo prazo, mais severos.

Na região Sul, dados econômicos das principais pesquisas indicaram acomodação da atividade no trimestre encerrado em fevereiro, com expansão da indústria e retração nos indicadores de demanda. No entanto, o ambiente de grande incerteza em decorrência da pandemia de COVID-19, deverá impactar negativamente, de forma significativa, a economia da região, como já sinalizam indicadores antecedentes de frequência diária e menor defasagem de divulgação. O cenário mostra-se desafiador pela redução da economia global, com impacto negativo sobre a demanda de produtos exportados e, internamente, pela combinação de choque de oferta – redução da produção e das condições de distribuição – e de demanda – redução da renda e mudanças no comportamento dos agentes.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

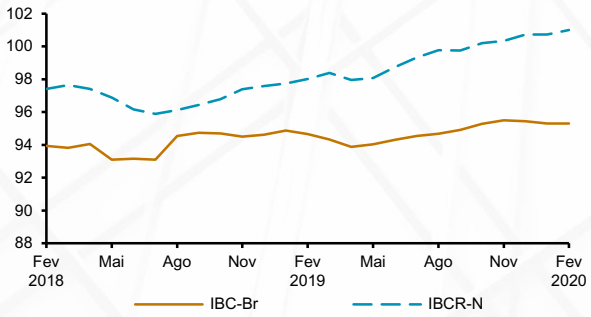
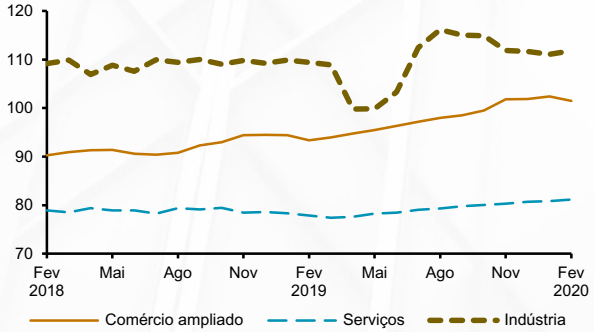
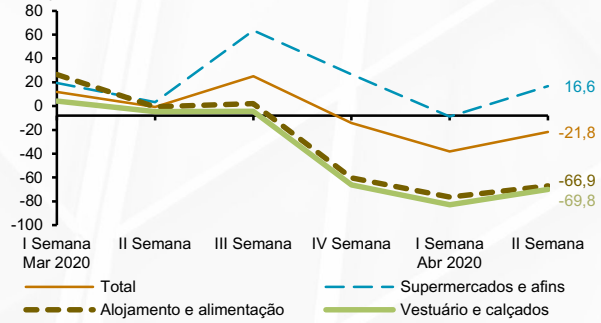


Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Vendas com cartão de débito – Norte[1/]
Variação %



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/ Variação em duas semanas, em relação a igual período do mês anterior.

Os principais indicadores econômicos confirmavam, até o trimestre encerrado em fevereiro, cenário de recuperação gradual da atividade na região. O IBCRN variou 0,7% no período, em relação ao encerrado em novembro (0,6%), de acordo com dados dessazonalizados, tendo o Pará avançado 1,2% e o Amazonas, 0,5%. Contudo, indicadores antecedentes de frequência diária e menor defasagem de divulgação evidenciam magnitudes expressivas dos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade econômica na região a partir de março.

Em relação aos indicadores de demanda, observou-se acomodação do volume de vendas do comércio ampliado (-0,3%) no trimestre finalizado em fevereiro, ante o encerrado em novembro, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Houve expansão nos estados de Rondônia e Tocantins. Esses resultados, entretanto, ainda não refletem impactos importantes da atual pandemia.

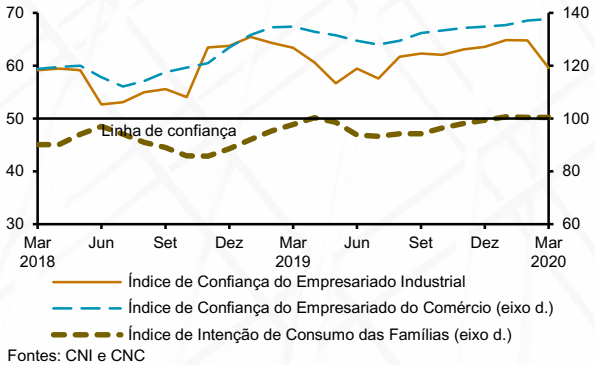
Dados mais tempestivos evidenciam a retração no comércio. As transações de bens e serviços efetuadas com cartão de débito registraram recuo nominal de 21,8% nas duas primeiras semanas de abril em relação ao mesmo período de março, segundo dados da Câmara Interbancária de Pagamentos – Sistema de Liquidação de Cartões (CIP/SLC), com destaque para a contração em vestuário e calçados (69,8%). Por outro lado, as vendas de hipermercados, supermercados e afins expandiram 16,6%, com possível reflexo do comportamento de precaução por parte dos consumidores[1].

Dados do licenciamento de automóveis e comerciais leves da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), indicador de desempenho do setor, mostraram desaceleração do ritmo das vendas no acumulado em doze meses (elevação de 7,8% até março, comparativamente a 9,8% em dezembro de 2019). Em março, houve recuo de 27,6% no emplacamento de veículos leves

1/ Para mais detalhes, ver boxe Impactos da COVID-19 nas regiões.

Gráfico 1.4 – Confiança dos agentes – Norte

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Tabela 1.1 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil)[1/]				
	2018	2019			
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Total	-10,8	-8,2	11,2	27,1	-5,4
Indústria de transformação	-4,2	0,9	2,2	4,6	-3,2
Comércio	6,6	-4,3	0,2	6,8	7,7
Serviços	-1,8	3,6	4,7	5,0	-4,9
Construção civil	-9,2	-5,8	3,0	6,8	-4,1
Agropecuária	-1,7	-2,6	0,6	2,7	-1,0
Serviços ind. de utilidade pública	-0,1	-0,2	0,2	0,5	0,0
Outros[2/]	-0,4	0,2	0,2	0,7	0,0

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

e de 7,9% de caminhões e ônibus, já repercutindo restrições impostas pela atual pandemia.

Estatísticas relacionadas à confiança de consumidores e empresários, refletindo sondagens realizadas no início de março, ainda não captavam os impactos do novo Coronavírus nas expectativas de venda e consumo. O índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) da região, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), cresceu 5,8 pontos na comparação com o primeiro trimestre de 2019, alcançando média de 100,5 pontos no primeiro trimestre do ano. Em igual período, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela CNC, atingiu média de 136,7 pontos[2], 2,6 pontos acima do alcançado no trimestre finalizado em dezembro, mantendo-se na área de otimismo desde setembro de 2016.

Dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE vinham indicando manutenção do ritmo de crescimento nessa atividade até o trimestre encerrado em fevereiro (1,1%), ante o imediatamente anterior (1,2%), dados com ajuste sazonal. Entretanto, dados mais recentes das vendas com cartão de débito (CIPL/SLC), nas duas primeiras semanas de abril em relação ao mesmo período de março, mostram forte redução em vários segmentos de serviços, ressaltando-se hotéis, restaurantes e similares (-66,9%) e cabeleireiros e outros serviços pessoais (-58,1%).

As contratações no mercado formal, ainda refletindo a posição do final do ano passado, indicaram processo de recuperação gradual do emprego, com acréscimo de 13,8% na criação de postos no ano, em relação a 2018. À exceção da administração pública, todos os setores apresentaram saldo positivo na geração de vagas, principalmente serviços (13,2 mil) e comércio (12 mil).

Considerando o grupo composto por empregados informais, desocupados e trabalhadores por conta própria – segmentos mais vulneráveis à crise atual, estima-se que 4,4 milhões de pessoas no Norte (53% da força de trabalho) serão as mais impactadas pelos efeitos da COVID-19.[3]

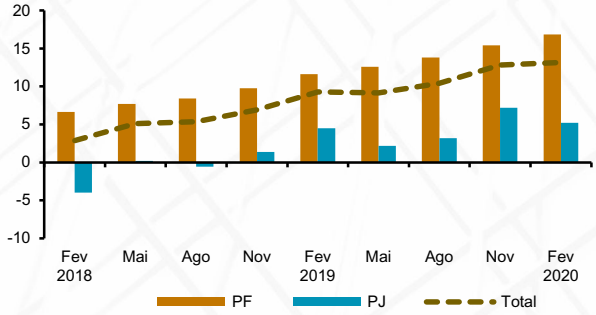
O mercado de crédito cresceu 2,6% no trimestre até fevereiro, em relação ao encerrado em novembro,

2/ 100 pontos indicam neutralidade.

3/ Critério análogo ao adotado em estudo do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul (DEE/Seplag).

Gráfico 1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte[1/]

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

Tabela 1.2 – Produção agrícola – Norte

Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2019	2020	2020/2019
Grãos[3/]	38,6	9 807	10 225	4,3
Soja	27,6	5 704	6 010	5,4
Milho	6,3	2 978	3 087	3,7
Arroz (em casca)	3,8	944	962	1,8
Outras lavouras				
Mandioca	16,9	7 317	7 148	-2,3
Banana	5,5	843	882	4,6
Cacau	5,3	136	148	8,6
Café	3,3	152	157	3,9
Cana-de-açúcar	1,8	4 608	4 541	-1,5
Laranja	1,0	355	346	-2,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2020.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

Tabela 1.3 – Produção industrial – Norte

Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2019	2020	
		Nov[2/]	Fev[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,7	-0,1	0,2
Indústrias extrativas	38,3	-7,0	1,1	-3,5
Indústrias de transformação	61,7	3,0	-1,7	5,6
Informát., eletrôn. e ópticos	12,9	0,0	-0,4	3,3
Bebidas	10,4	9,2	-0,1	5,4
Outros equip. transporte	8,4	4,1	2,4	4,8
Produtos de metal	2,1	20,5	-7,6	-0,3
Metalurgia	3,4	20,8	0,8	42,5
Produtos alimentícios	2,6	-3,4	-5,7	-0,2
Prod. miner. não-metálicos	2,1	2,7	3,8	0,5
Produtos de madeira	1,2	3,0	6,8	-4,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

com elevação de 3,9% no segmento de crédito às famílias. No acumulado em doze meses, a expansão atingiu 16,8% no segmento de pessoas físicas, especialmente nas modalidades de financiamento de veículos, cartão de crédito à vista e crédito pessoal não consignado. Em relação ao crédito às empresas, houve retração de 0,4% no trimestre e expansão de 5,2% em doze meses, sobressaindo as atividades de comércio e transportes. Cabe ressaltar que, devido aos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade, linhas de crédito a pessoas físicas devem apresentar desaceleração a partir de março, ao passo que modalidades voltadas ao capital de giro das empresas tendem a ser mais demandadas. Nesse sentido, dados preliminares de março indicam crescimentos mensais de 0,5% e 6,1% para os saldos crédito às pessoas físicas e jurídicas com recursos livres, respectivamente, comparativamente, a taxas médias mensais de 1,6% e 1,2%, observadas nos últimos doze meses para esses segmentos, na ordem.

No setor primário, o LSPA de março para a colheita de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2020 indica crescimento de 4,3% na produção em relação a 2019. Para a soja, projeta-se crescimento de 5,4% e para o milho, 3,7%. Já a safra de mandioca, uma das principais culturas da região, deverá retrair 2,3%.

No trimestre finalizado em fevereiro, a produção industrial da região apresentou relativa estabilidade (-0,1%), de acordo com os dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. A indústria extrativa regional cresceu 1,1% no período, repercutindo a extração de minerais metálicos no Pará. Por outro lado, a indústria de transformação retraiu 1,7%. O nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) alcançou 81% em fevereiro, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). Nas próximas pesquisas será possível observar mais claramente os impactos da atual pandemia no setor industrial.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 59,6 pontos em março, ante 63,6 pontos em dezembro, mantendo-se em patamar de otimismo, porém em queda, refletindo os primeiros impactos negativos da COVID-19. O índice de abril (levantamento entre os dias 1º e 14) aponta piora expressiva das expectativas empresariais – o Icei atingiu 38,1 pontos.

Tabela 1.4 – Comércio exterior – Norte
Janeiro-março

US$ milhões

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	3 955	4 902	24,0
Básicos	3 207	3 852	20,1
Industrializados	747	1 049	40,4
Semimanufaturados	306	384	25,3
Manufaturados[1/]	441	666	50,9
Importações	3 146	3 185	1,3
Bens de capital	272	241	-11,6
Bens intermediários	2 609	2 563	-1,8
Bens de consumo	137	99	-27,6
Combustíveis e lubrificantes	128	283	121,2
Saldo comercial	809	1 716	112,3

Fonte: Ministério da Economia
1/ Inclui operações especiais.

O comércio externo da região mostrou desempenho positivo no primeiro trimestre do ano, alcançando *superavit* de U$1,7 bilhão, expansão de 112,3% em relação ao mesmo período de 2019. Nesse sentido, as exportações aumentaram tanto nos preços (13,9%) quanto no *quantum* (8,8%), totalizando U$4,9 bilhões. Já as importações cresceram 2,2% nos preços e retraíram 0,9% no *quantum*, alcançando U$3,9 bilhões no período.

A China foi o destino de 44,2% das exportações do Norte, com um incremento de 39,8% no valor, em relação ao primeiro trimestre de 2019. O país também foi a principal origem das importações da região, com 36,5% de participação. Tendo em vista a sua importância na corrente de comércio da região, e considerando que na última década o Produto Interno Bruto (PIB) chinês cresceu, em média, 7,7% a.a., o comércio exterior regional deve sentir os efeitos do menor crescimento chinês em 2020, considerando as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) de expansão de 1,2% a.a. no PIB daquele país como decorrência da crise provocada pela COVID-19.[4]

No âmbito fiscal, as contas consolidadas dos entes públicos da região Norte apresentaram *superavit* primário de R$2,1 bilhões em doze meses até fevereiro, ante R$4,1 bilhão registrados em 2019. O estoque de dívida líquida recuou de R$13,8 bilhões ao final de 2019 para R$10,7 bilhões em fevereiro. Entretanto, em virtude da atual pandemia, tende a ocorrer frustração na arrecadação dos tributos neste exercício.

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) atingiu R$5,8 bilhões no primeiro bimestre, aumento de 11,1% em relação a igual período de 2019, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe). No primeiro trimestre do ano, as transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), totalizaram R$9,9 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), registrando variação nominal de 2,2%, na comparação com igual intervalo do ano anterior.

Projeções iniciais da Secretaria da Fazenda do Pará para medir o impacto nas receitas do estado em 2020 decorrente da pandemia indicam redução de 11% a 14% da receita esperada, o que representará perdas na ordem de R$2,0 bilhões entre abril e dezembro.

4/ FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2020.

Tabela 1.5 – IPCA – Norte[1/]

Variação %

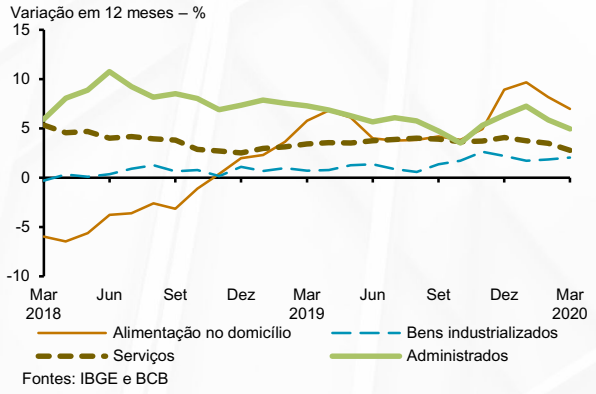
Discriminação	Pesos[2/]	2019		2020
		Ano	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	5,35	2,79	0,42
Livres	73,2	5,05	3,16	0,87
Alimentação no domicílio	19,2	8,92	7,55	2,27
Serviços	27,2	4,07	1,02	0,80
Serviços subjacente	16,8	4,01	0,99	0,69
Bens Industrializados	26,7	2,20	1,12	-0,04
Monitorados	26,8	6,35	1,64	-0,79
Principais itens				
Alimentação	24,8	7,65	5,92	2,06
Habitação	15,5	4,39	0,05	-1,36
Artigos de residência	4,0	0,60	0,23	0,08
Vestuário	6,4	1,61	2,02	-0,87
Transportes	19,0	4,57	1,66	-0,39
Saúde	13,2	6,23	1,20	0,26
Despesas pessoais	8,2	6,01	3,47	0,54
Educação	3,7	5,46	0,63	5,54
Comunicação	5,2	0,81	0,41	-0,37

Fonte: IBGE

1/ Dados referentes à Região Metropolitana de Belém (RMB) e o município de Rio Branco.

2/ Referentes a março de 2020.

Gráfico 1.6 – IPCA – Norte



Fontes: IBGE e BCB

A evolução dos preços na região, considerada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), vem apresentando desaceleração. O índice variou 0,42% no trimestre encerrado em março, após alta de 2,79% no último trimestre de 2019, repercutindo principalmente a desaceleração dos preços na alimentação, em especial de carnes.

Em síntese, a atividade econômica no Norte seguiu em processo gradual de recuperação até o trimestre encerrado em fevereiro, porém os efeitos da pandemia começam a ser sentidos, de forma expressiva, em todos os estados da região, com dinâmicas distintas. Nos próximos meses, será possível observar mais claramente os impactos da pandemia de COVID-19 na economia local.

Região Nordeste

2

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

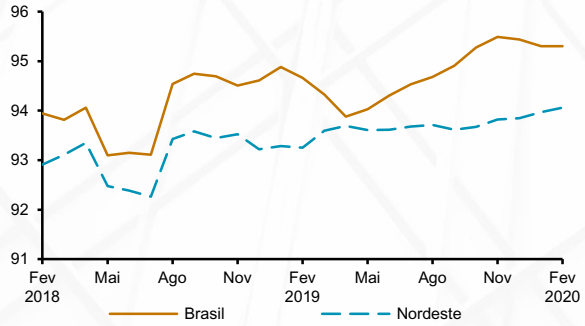
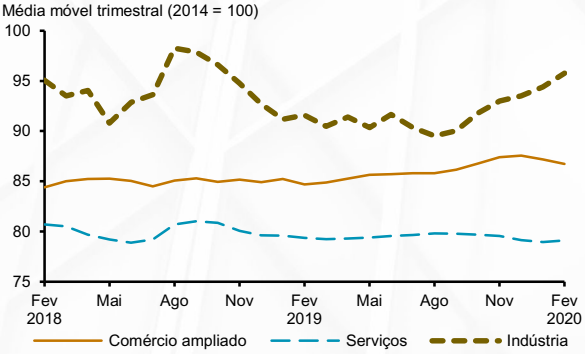
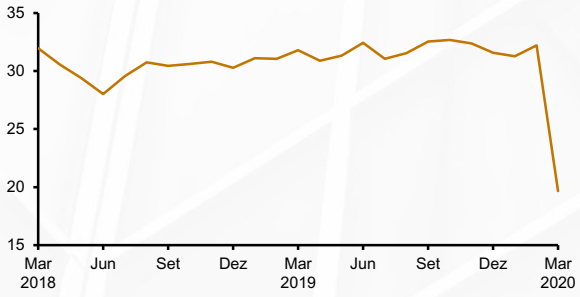


Gráfico 2.2 – Comércio, serviços e indústria
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 2.3 – Emplacamentos de automóveis e comerciais leves – Nordeste
Dados dessazonalizados
Em milhares



Fonte: Fenabrave

A economia nordestina, beneficiada pela evolução da indústria e a expansão do crédito, vinha crescendo de forma gradual nos primeiros meses do ano – o IBCR-NE avançou 0,3% no trimestre encerrado em fevereiro em relação ao finalizado em novembro, dados dessazonalizados. Entretanto, refletindo os impactos da pandemia de COVID-19, a atividade econômica do Nordeste tende a passar por período de retração. Nesse sentido, a evolução de dados mais tempestivos e de frequência diária ou semanal – como os de expectativas, licenciamento de veículos e vendas com cartão de débito – já evidenciam reflexos adversos no curto prazo.

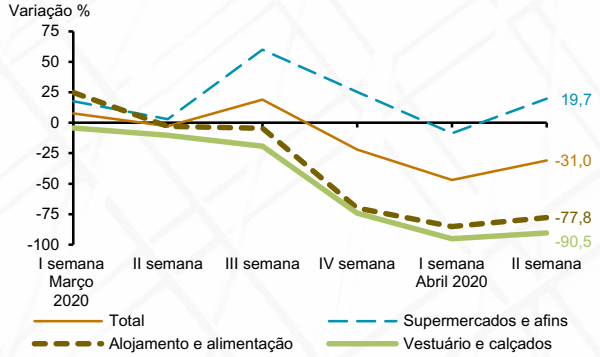
O comportamento de indicadores de demanda no trimestre encerrado em fevereiro mostrou recuo moderado. As vendas do comércio ampliado, segundo a PMC/IBGE, diminuíram 0,8% comparativamente ao trimestre encerrado em novembro, na série com ajuste sazonal. O volume de prestação de serviços na região retraiu 0,6% nas mesmas bases de comparação, de acordo com a PMS/IBGE. Excluindo o segmento de serviços prestados às famílias, todas as categorias apresentaram retração.

Dados mais recentes evidenciam o impacto da pandemia. Os emplacamentos de veículos e comerciais leves, indicador de vendas de veículos, recuaram 38,1% em março, em relação à média de janeiro e fevereiro, segundo dados da Fenabrave, dessazonalizados. As vendas com cartão de débito, utilizadas como *proxy* do comportamento do consumo, registraram recuo de 31,0% nas duas primeiras semanas de abril em relação ao mesmo período do mês anterior, de acordo com dados da CIP/SLC. Excetuando os setores de supermercados e afins, houve contração acentuada nas vendas de vestuário e calçados (-90,5%), alojamento e alimentação (-77,8%) e cabeleireiros e outros serviços pessoais (-76,3%).

Indicadores qualitativos de sentimento dos empresários do comércio e dos consumidores coletados antes da crise da COVID-19 seguiam mostrando trajetória de recuperação. O Índice ICF,

Gráfico 2.4 – Vendas com cartão de débito – Nordeste[1/]

Variação %



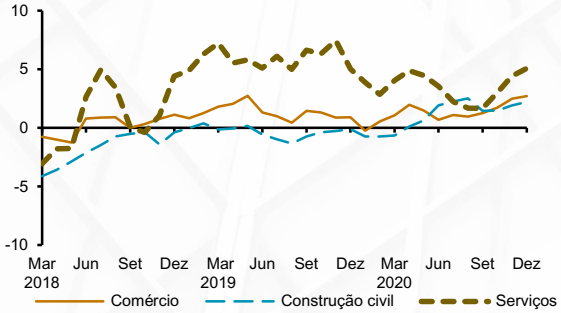
Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.

1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior.

Gráfico 2.5 – Emprego formal[1/]

Por setor

Milhares, MM3M

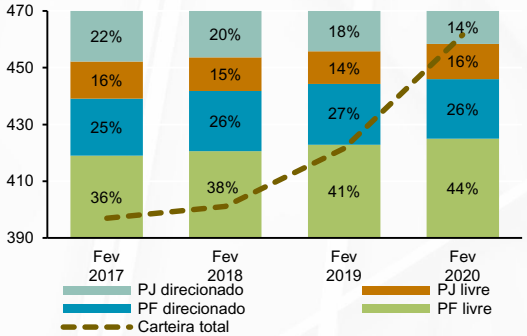


Fonte: Ministério da Economia

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.6 – Saldo total de crédito – NE

Saldo em R$ bilhões[1/]



1/ Operações com saldo superior a R$ 1 mil.

divulgado pela CNC, atingiu 94,8 pontos em abril (93,1 em janeiro) e o Icec alcançou 127,9 pontos em março (2,5 pontos acima de dezembro).

As estatísticas do mercado de trabalho ainda reportam dados do final do ano passado. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), dessazonalizados, o quarto trimestre de 2019 foi o melhor do ano na geração de empregos com carteira assinada; o índice de emprego formal cresceu 0,4% ante o trimestre anterior.

A taxa de desocupação da região no quarto trimestre de 2019 (13,6%) registrou queda de 0,7 p.p. relativamente ao mesmo período de 2018, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE. Na margem, recuou 0,3 p.p. ante o trimestre anterior (dados dessazonalizados) com redução de 0,1% na força de trabalho e expansão de 0,2% na população ocupada. Apesar desses desempenhos favoráveis, deve-se observar contração no emprego nos próximos meses, refletindo os impactos esperados da pandemia de COVID-19.

O mercado de crédito do Nordeste seguiu impulsionado pelas concessões de empréstimos às pessoas físicas (PF). O volume total do crédito na região alcançou R$461,6 bilhões em fevereiro, apresentando expansões anual de 9,5% (12,9% para PF e 2,3% para empresas) e trimestral de 1,7% (2,4% para PF e 0,2% para pessoa jurídica – PJ). No segmento PF destacou-se o crescimento do crédito consignado e financiamento de veículos no trimestre. Nas operações PJ, por sua vez, setorialmente, houve crescimento em locações e aluguéis e recuos na construção civil e serviços industriais de utilidade pública (SIUP). A partir de março, as empresas tendem a demandar maior volume de crédito em virtude dos impactos iniciais da pandemia de COVID-19 sobre a economia. Por outro lado, o crédito para as famílias deve desacelerar em linha com a retração do consumo, em especial, de bens duráveis. Dados preliminares para março indicam crescimentos mensais de 0,2% e 2,6% para os saldos de crédito PF e PJ, respectivamente, diferentes das taxas de crescimento mensal médio de 1,0% e 0,2% observados nos últimos doze meses para esses segmentos, na ordem.

No âmbito da oferta, o bom desempenho da agricultura, setor pouco impactado pelos efeitos da pandemia, deve favorecer a economia da região.

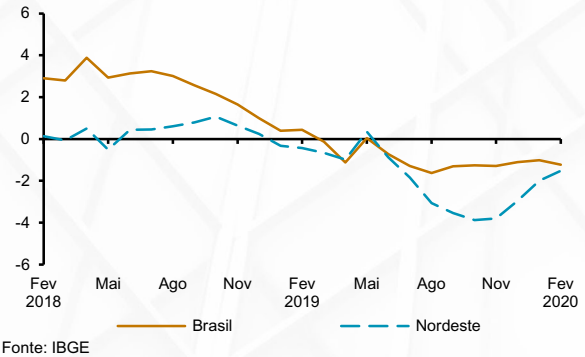
Tabela 2.1 – Produção agrícola – Nordeste
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/] (%)	Produção[2/] 2019	2020	2020/2019
Produção de grãos	52,8	19 188	20 737	8,1
Soja	31,8	10 496	11 084	5,6
Caroço de algodão (herbáceo)	9,3	1 013	954	-5,9
Milho	7,9	6 519	7 463	14,5
Feijão	2,6	617	704	14,2
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	9,8	49 672	49 830	0,3
Banana	5,5	2 488	2 302	-7,5
Mandioca	3,8	3 799	3 735	-1,7

Fonte: IBGE
1/ Por valor da produção – PAM 2018.
2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2020.

Gráfico 2.7 – Produção industrial
Variação % em 12 meses



Fonte: IBGE

Tabela 2.2 – Comércio exterior – Nordeste
Janeiro-Março

US$ milhões

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	3 609	3 694	2,4
Básicos	927	868	-6,4
Industrializados	2 682	2 826	5,4
Semimanufaturados	1 043	1 105	5,9
Manufaturados	1 639	1 721	5,0
Importações	4 604	4 415	-4,1
Bens de capital	301	354	17,6
Bens intermediários	2 588	2 464	-4,8
Bens de consumo	350	322	-8,0
Combustíveis	261	268	2,7
Saldo comercial	-994,7	-721,3	-27,5

Fonte: Ministério da Economia/Secex

A produção de grãos no Nordeste deverá atingir 20,7 milhões de toneladas em 2020, de acordo com informações do LSPA do IBGE, alta de 8,1% em relação a 2019, com destaque para milho, 14,5%, feijão, 14,2% e soja, 5,6%.

A atividade industrial nordestina cresceu 3,0% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro de 2019, quando expandira 3,9%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados, da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. Destacaram-se os acréscimos na fabricação de derivados do petróleo e biocombustíveis, outros produtos químicos e produtos alimentícios. Em doze meses, a produção industrial acumula redução de 1,5%.

Os efeitos da atual pandemia sobre a confiança dos empresários nordestinos foram evidentes em abril. O Icei recuou para 34,2 pontos, ante 62,6 pontos na média do primeiro trimestre, nível mais baixo da série histórica iniciada em janeiro de 2010.

Em relação ao comércio exterior, o *deficit* registrado na balança comercial da região no primeiro trimestre deste ano, US$721,3 milhões, foi inferior ao apontado no mesmo período de 2019, US$994,7 milhões. O desempenho foi condicionado pelo aumento de 2,4% das exportações e queda de 4,1% nas importações. A expansão das vendas repercutiu variações de -10,7% nos preços e 14,7% no *quantum*, com ênfase em óleos combustíveis (sobretudo para Cingapura), motores e geradores elétricos e veículos de carga. A queda das compras refletiu variações de -8,9% nos preços e 5,4% no *quantum*.

No âmbito fiscal, os governos dos estados, capitais e demais municípios da região Nordeste apresentaram *superavit* primário de R$1,8 bilhão nos doze meses até fevereiro de 2020. Os juros apropriados por competência alcançaram R$48,6 bilhões. A dívida pública dos governos estaduais e municípios totalizou R$76,0 bilhões em fevereiro de 2020, apresentando avanço de 0,5% comparativamente a dezembro de 2019.

A arrecadação do ICMS atingiu, no primeiro bimestre de 2020, R$15,3 bilhões, representando expansão nominal de 15,9% ante igual período de 2019, segundo a Cotepe. As transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundeb, elevaram 5,9% para R$3,7 bilhões, de acordo com a STN. Para os próximos meses, a expectativa é de redução significativa nas

Tabela 2.3 – IPCA – Nordeste

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2019		2020	
		Ano	IV Tri	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	4,12	1,48	0,90	3,38
Livres	74,0	3,45	1,61	1,22	3,02
Alimentação no domicílio	15,7	6,86	4,64	3,44	6,26
Bens industrializados	24,6	0,96	0,07	0,15	0,88
Serviços	33,7	3,17	0,83	0,97	2,95
Monitorados	26,0	6,24	1,08	0,01	4,58
Principais itens					
Alimentação e bebidas	21,6	5,68	3,58	2,83	5,46
Habitação	14,5	3,88	-0,53	0,74	3,52
Artigos de residência	4,1	-1,02	-0,85	-0,99	-2,63
Vestuário	5,4	-0,28	0,10	-0,52	0,14
Transportes	18,6	4,26	1,13	-0,81	1,92
Saúde	14,9	5,18	1,06	0,32	4,56
Despesas pessoais	9,7	4,33	2,60	0,67	4,49
Educação	6,4	5,62	0,19	4,81	5,56
Comunicação	4,9	0,25	0,38	-0,06	0,30

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2020.

receitas, em linha com o desempenho esperado da atividade em virtude dos impactos da COVID-19.

A inflação na região, medida pelo IPCA, passou de 1,48% no último trimestre de 2019 para 0,90% no primeiro trimestre de 2020. Houve desaceleração dos preços monitorados, de 1,08% para 0,01%, e dos livres, 1,61% para 1,22%. Nos preços livres, a inflação de cursos regulares, 5,63%, e alimentação no domicílio, 3,37%, foi contrabalançada principalmente pela redução dos preços em passagem aérea, 27,16%. O comportamento dos preços monitorados repercutiu reduções em gasolina, 1,22%, e óleo diesel, 4,56%.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA variou 3,38% em março de 2020, ante 4,12% em dezembro 2019, repercutindo desaceleração dos preços livres e dos preços monitorados. A inflação de serviços (especialmente passagem aérea e transporte escolar) e de bens industriais apresentam desaceleração.

A atividade econômica no Nordeste seguiu em recuperação gradual nos primeiros meses deste ano, mas deverá ter esse processo interrompido pelos impactos da pandemia de COVID-19. Os primeiros dados após o início do surto mostram queda significativa da atividade a partir da segunda quinzena de março. Como fatores mitigadores dos impactos negativos da pandemia na economia do Nordeste, pode-se apontar a maior participação do setor público, que tende a ser menos aderente ao ciclo econômico; a expectativa de crescimento do setor agropecuário; e a abrangência do auxílio emergencial que, na região, tende a atingir parte significativa das famílias.

2.1 Bahia

De acordo com dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Produto Interno Bruto baiano registrou alta de 2,0%, na comparação do quarto trimestre de 2019 com igual período de 2018, reflexo das expansões de 2,2% da atividade na agropecuária, de 2,5% nos serviços e recuo de 0,2% no produto da indústria. Ainda de acordo com a mesma fonte, o PIB baiano encerrou o ano de 2019 com crescimento de 1,2%. Dados mais avançados que compõem o IBCR-BA indicam que o crescimento se manteve no início deste ano – o indicador cresceu 0,6% no trimestre encerrado em fevereiro de 2020 em relação ao trimestre anterior, dessazonalizados.

Não obstante esse desempenho, a crise desencadeada pela pandemia em curso, e o elevado grau de incerteza sobre o futuro, implicaram projeções para a variação do PIB baiano em 2020 entre -2% e -5%, segundo a SEI. Os dados mais recentes disponíveis indicam, segundo estimativa da Secretaria da Fazenda, perda de receita de R$1,5 bilhão apenas entre os meses de abril e junho desse ano. De acordo com a análise do Sistema Fecomércio, a expectativa para as vendas na Páscoa em abril foi mudada de alta de 4,9% para queda de 5,6%, o dia das mães não deve ter melhor performance e ainda é esperado impacto significativo na economia local devido ao cancelamento das festividades do São João.

No lado da demanda, as vendas do comércio ampliado da Bahia recuaram 1,9% no trimestre encerrado em fevereiro, ante alta de 2,8% no trimestre anterior, com queda das vendas em seis dos dez setores pesquisados. Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista ampliado cresceu 1,6% em fevereiro (2,2% em novembro), impulsionadas principalmente pelo desempenho das vendas de combustíveis e lubrificantes (8,4%) e móveis e eletrodomésticos (8,3%).

O volume dos serviços não financeiros prestados na Bahia recuou 1,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia avançado 0,3%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS divulgada pelo IBGE. Considerando-se os últimos doze meses, o indicador retraiu 2,8%.

As atividades de comércio e serviços estão entre as mais afetadas pela crise provocada pela pandemia.

Gráfico 2.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

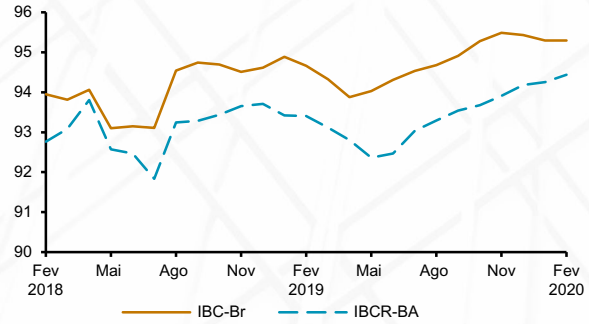
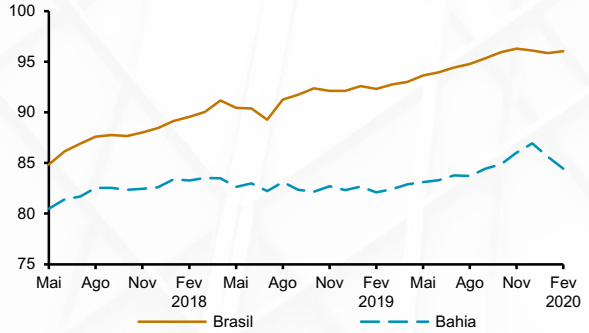
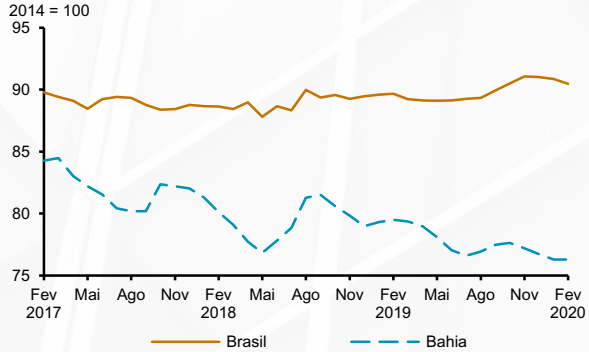


Gráfico 2.1.2 – Comércio varejista – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

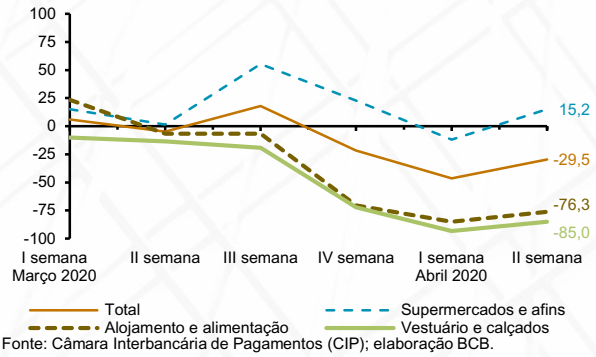
Gráfico 2.1.3 – Volume de serviços – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 2.1.4 – Vendas com cartão de débito – Bahia[1/]

Variação %



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.

1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior

Tabela 2.1.1 – Evolução do emprego formal – Bahia

Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)

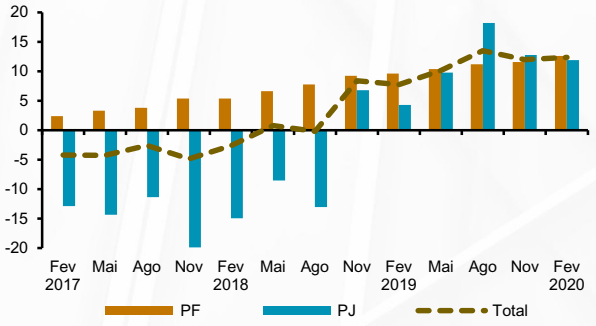
Discriminação	2018	2019			
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Total	-10,1	9,5	15,0	5,7	-8,0
Indústria de transformação	-3,4	1,7	1,7	2,4	-4,4
Comércio	4,6	-3,2	0,7	0,3	6,6
Serviços	0,3	3,4	2,4	0,3	-1,3
Construção civil	-3,4	5,2	4,3	4,9	-3,7
Agropecuária	-8,2	1,6	5,3	-3,1	-4,6
SIUP	0,5	0,0	0,1	0,3	0,3
Outros[1/]	-0,6	0,8	0,4	0,5	-0,8

Fonte: Ministéria da Economia/Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia[1/]

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

Dados diários da CIP/SBL referentes ao valor das vendas efetuadas com cartão de débito mostraram queda nominal de 29,5% na comparação entre a primeira quinzena de abril e a primeira quinzena de março. Os setores mais afetados foram vestuário e calçados (-85%), restaurantes, hotéis e similares (-76,3%) e cabeleireiros e outros serviços similares (-73,8%). Por outro lado, as vendas de hipermercados, supermercados e afins registraram alta de 15,2%.

O mercado de trabalho formal encerrou 2019 com criação líquida de 22,2 mil postos de trabalho, segundo os últimos dados disponíveis do Caged, alta moderada em relação às 20,7 mil novas vagas registradas em 2018. O aumento do número de postos de trabalho formal se deu principalmente no interior do estado, especialmente na mesorregião Centro Sul Baiano, com maiores contribuições dos setores de serviço e comércio.

A taxa de desocupação manteve-se estável em 2019, tendo atingido 17,3% no último trimestre, ante 17,2% no trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PNAD Contínua do IBGE. Esse resultado refletiu a ampliação da queda da ocupação que foi compensada por maior retração na força de trabalho.

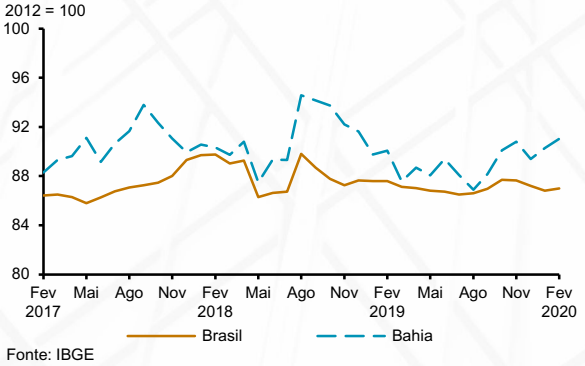
A carteira de crédito da Bahia cresceu 1,2% no trimestre encerrado em fevereiro ante o anterior, quando havia aumentado 2,3% nesse tipo de comparação. Houve expansão das operações com recursos livres e direcionados para pessoas físicas, contrastando com a redução nos direcionados para pessoas jurídicas. Em doze meses o estoque registra crescimento de 12,4%, com destaque para o aumento do financiamento de veículos para PJ. Cabe ressaltar que os impactos iniciais da pandemia de COVID-19 sobre a atividade regional, a partir de março, sugerem maior demanda por crédito pelas empresas visando liquidez e manutenção de contratos. Em sentido contrário, a demanda por crédito pelas famílias tende a desacelerar nos próximos meses. Dados preliminares para março indicam crescimentos mensais de 0,5% e 4,6% para os saldos de crédito com recursos livres às pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, comparativamente a taxas de crescimento mensal médio de 1,0% e 1,3% observados nos últimos doze meses para esses segmentos, na ordem.

Relativamente às condições de oferta, a estimativa do LSPA de março, do IBGE, para a produção estadual de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2020

é de 8,7 milhões de toneladas (aumento de 5,0% comparativamente a 2019). Entre as principais lavouras, a soja deve expandir 4%, o milho, 14,8% e o feijão, 10,7%. Em contrapartida, prevê-se queda de 7,6% em algodão.

A produção industrial baiana apresentou alta de 0,3% no trimestre encerrado em fevereiro, resultado inferior ao do trimestre finalizado em novembro, quando avançara 4,5%, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Nessa base de comparação, a indústria de transformação avançou 1,5% (4,6% em novembro), desempenho devido, em grande parte, aos aumentos na fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (8,7%) e produtos químicos (11%). A indústria extrativa, por sua vez, recuou 0,8%.

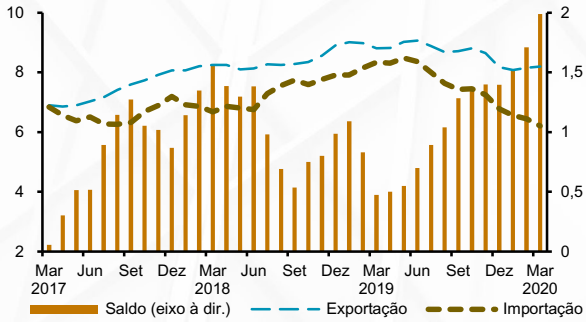
Gráfico 2.1.6 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

A balança comercial da Bahia foi superavitária em US$486,0 milhões no primeiro trimestre do ano, revertendo o *deficit* de US$107,3 milhões registrado no mesmo período de 2019. O movimento refletiu alta de 1,6% nas exportações e queda de 30,1% nas importações, que somaram US$1,8 bilhão e US$1,3 bilhão, respectivamente.

Gráfico 2.1.7 – Balança comercial – Bahia
Acumulado 12 meses – Em US$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

O comportamento das vendas externas repercutiu o aumento de 6,6% no *quantum* exportado em parte neutralizado pelo recuo de 4,7% nos preços dos produtos embarcados. As vendas de produtos básicos recuaram 11,0%, acompanhando a redução nos embarques de soja, -47,9%, e minérios de cobre, -99,7%. As exportações de produtos semimanufaturados recuaram 4,0%, em linha com a redução de 16,5% nas vendas de couros e peles, e 34,7% nas de pastas de cacau. As exportações de produtos manufaturados avançaram 12,8%, impulsionadas pelos avanços nas vendas de óleos combustíveis, 148,2%, e motores e geradores elétricos, 1.161,9%. Cingapura, China, Estados Unidos da América (EUA) e Argentina absorveram 57,9% das exportações baianas do período.

A queda nas importações baianas refletiu retrações de 8,0% nos preços e de 24,0% no *quantum* exportado, respectivamente. Houve quedas em todos os segmentos. As compras de combustíveis caíram 62,5%; seguidas das de bens intermediários (76,3% da pauta), que recuaram 27,4%; enquanto as de bens de consumo diminuíram 16,8% (automóveis, -82,5%), e as de bens de capital decresceram 13,4%. EUA, Argentina, Espanha, China e Chile foram os mercados de origem de 52,8% das aquisições baianas no período.

Tabela 2.1.2 – IPCA – Salvador

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2019		2020	
		Ano	IV Tri	I Tri	12 meses
IPCA	100,00	3,93	1,57	0,67	3,27
Livres	74,24	3,29	1,81	0,81	2,71
Alimentação no domicílio	14,83	5,92	5,02	2,81	5,68
Bens industrializados	23,06	1,01	0,32	-0,16	0,79
Serviços	36,35	3,43	1,01	0,62	2,66
Monitorados	25,76	5,95	0,86	0,28	5,08
Principais itens					
Alimentação	20,83	4,97	3,88	2,30	5,08
Habitação	13,85	4,22	-0,27	0,61	3,64
Artigos de residência	4,17	-1,02	-0,46	-2,19	-3,48
Vestuário	5,25	-0,57	0,21	-1,22	-0,34
Transportes	18,44	4,45	1,04	-0,99	2,09
Saúde	15,40	4,58	1,17	0,67	4,53
Despesas pessoais	10,91	4,58	2,47	0,58	4,37
Educação	6,26	5,11	-0,04	4,95	5,41
Comunicação	4,89	0,79	0,39	-0,18	0,72

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2020.

A inflação na Região Metropolitana de Salvador (RMS), medida pelo IPCA, recuou no primeiro trimestre do ano, situando-se em 0,67%, ante 1,57% no último trimestre de 2019. A alta dos preços livres arrefeceu para 0,81%, ante 1,81% no trimestre anterior, com destaque para as reduções em passagens aéreas (-25,69%) e carnes (-4,58%). Os preços monitorados apresentaram desaceleração, com reduções de preços de combustíveis (-1,31%) e de produtos farmacêuticos (-0,59%), apesar de pressões altistas em ônibus urbano (3,50%) e plano de saúde (1,81%).

No acumulado em doze meses, o IPCA na RMS registrou variação de 3,27% (3,93% em 2019), refletindo, principalmente, a desaceleração nos preços livres, em especial os preços de serviços.

2.2 Ceará

De acordo com dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o PIB do estado cresceu 2,11% em 2019 – crescimentos de 1,3% na agropecuária, 4,0% na indústria e 1,8% em serviços. No quarto trimestre de 2019 houve alta de 4,27% comparativamente ao mesmo período de 2018, resultado de expansão de 7,6% na agropecuária, 12,1% na indústria e 2,5% nos serviços. Dados do IBCR-CE do trimestre encerrado em fevereiro em relação ao anterior, mostram acréscimo de 0,1%, considerados dados dessazonalizados. Ressalte-se que esses números ainda não refletem impactos relacionados à pandemia da COVID-19 que tendem a interromper o processo de crescimento gradual da economia, como já sinalizam dados da atividade local, mais tempestivos e de maior frequência.

Sob a ótica da demanda indicadores mostraram a evolução do comércio até fevereiro deste ano ainda favorecida pelo crescimento da massa salarial e pelo melhor desempenho do crédito. As vendas do comércio ampliado cresceram 2,6% em doze meses terminados em fevereiro, segundo dados da PMC do IBGE, com elevação de 12,6% na comercialização de veículos, motocicletas e de 15,0% em materiais de construção. Na margem, as vendas sinalizam avanço de 1,6% no trimestre encerrado em fevereiro, comparativamente ao trimestre anterior, segundo a série dessazonalizada. No mesmo sentido, a atividade do setor de serviços mostra recuperação em doze meses, com alta de 1,2% até fevereiro, segundo dados da PMS do IBGE.

Dados mais recentes da CIP/SLC indicam efeitos da atual pandemia na atividade econômica cearense. O valor das vendas efetuadas com cartão de débito recuou nominalmente 38,0% nas duas primeiras semanas de abril comparativamente ao mesmo período do mês anterior. As vendas de todas as atividades pesquisadas nessa modalidade registraram queda à exceção de supermercados. As maiores quedas foram em vestuário (-96,8%) e hotéis (-87,6%).

O mercado de crédito cearense permanece em expansão. O saldo das operações para pessoas físicas atingiu R$46,7 bilhões em fevereiro, crescendo 3,0% no trimestre e 14,6% em doze meses, impulsionado pelo crédito livre, com destaque, para as modalidades de cartão de crédito financiado, e financiamento de veículos. A carteira de pessoas jurídicas somou

Gráfico 2.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

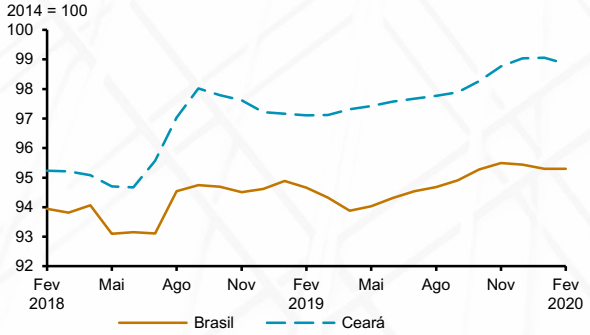


Tabela 2.2.1 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Variação % no período

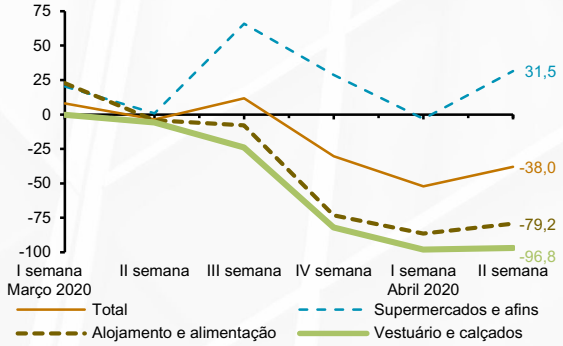
Setores	2019	2020	
	Nov[1/]	Fev[1/]	12 meses
Comércio varejista	0,2	-2,5	-2,1
Combustíveis e lubrificantes	3,3	-0,6	-2,1
Hiper e supermercados	0,4	-1,9	-7,7
Tecidos, vestuário e calçados	0,4	0,9	0,8
Móveis e eletrodomésticos	-3,2	-8,8	15,6
Comércio ampliado	0,9	1,6	2,6
Automóveis e motocicletas	0,2	0,5	12,6
Material de construção	6,3	8,9	15,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.2.2 – Vendas com cartão de débito – Ceará[1/]

Variação %



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.

1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior.

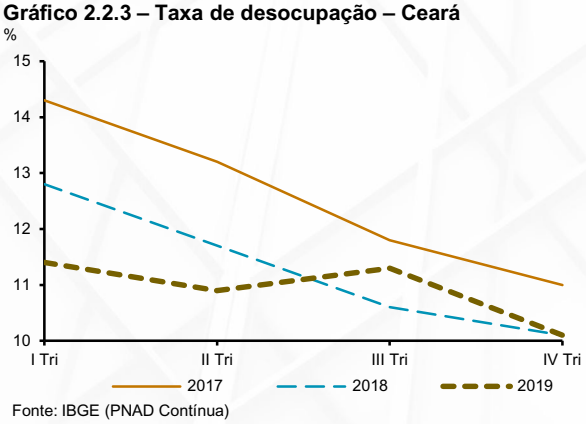
R$30,9 bilhões, registrando expansão de 3,9% no trimestre e de 3,7% em doze meses, com realce, no trimestre, das contratações de arrendamento, capital de giro e financiamento à exportação. Deve-se ressaltar que os impactos da pandemia de COVID-19 sugerem necessidade de maior demanda por crédito pelas empresas visando a manutenção de contratos. Por outro lado, a demanda por crédito pelas famílias deve desacelerar no trimestre iniciado em março, em linha, com o menor consumo. Dados preliminares para março indicam variações mensais de -0,2% e 5,6% para os saldos crédito com recursos livres às pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, comparativamente a taxas de crescimento mensal médio de 1,4% e 2,0% observados nos últimos doze meses para esses segmentos, na ordem.

O mercado de trabalho cearense registrou admissões líquidas de 5,0 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em dezembro de 2019, ante 0,4 mil vagas em igual período do ano anterior, de acordo com estatísticas do Caged, divulgadas pelo Ministério da Economia. Em doze meses foram criados 9,5 mil postos de trabalho no estado. A taxa de desocupação no Ceará permaneceu estável, 10,1%, no quarto trimestre de 2019, segundo a PNAD Contínua do IBGE. Considerando dados dessazonalizados, observou-se queda de 0,3 p.p. nesse indicador, ante o terceiro trimestre do ano, com aumento de 1,2% na população ocupada e de 0,8% na força de trabalho. O rendimento médio real recebido pelos ocupados cresceu 4,1% e a massa salarial 8,7% em relação ao quarto trimestre do ano anterior.

No âmbito da oferta, a produção industrial do Ceará cresceu 1,3% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Em doze meses, alta de 1,6% na produção da indústria cearense.

O faturamento real da indústria de transformação cearense decresceu 6,0% no período de doze meses encerrado em fevereiro deste ano, em relação a igual intervalo de 2019, de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve redução no pessoal empregado (6,7%), nas horas trabalhadas (9,6%) e na remuneração real (13,3%). A utilização da capacidade instalada média atingiu 77,6% no período ante 79,3% no terminado em fevereiro de 2019.

Gráfico 2.2.3 – Taxa de desocupação – Ceará



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Tabela 2.2.2 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Variação % no período

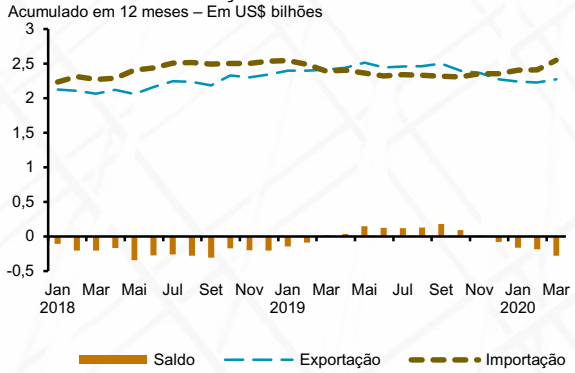
Setores	Pesos[1/]	2019	2020	
		Nov[2/]	Fev[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	2,3	1,3	1,6
Artefatos de couro e calçados	26,7	-1,7	-7,3	-0,2
Produtos alimentícios	16,9	9,7	15,6	-0,5
Artigos de vestuário e acessórios	11,8	7,4	0,1	4,0
Bebidas	11,0	5,3	0,5	6,4
Produtos têxteis	7,6	3,9	-3,5	-9,2
Metalurgia	4,0	-2,0	-0,6	-10,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.2.4 – Balança comercial – Ceará
Acumulado em 12 meses – Em US$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

Tabela 2.2.3 – IPCA – Fortaleza

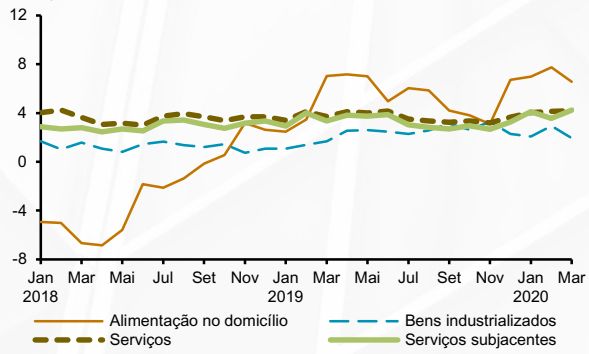
Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2019	2020	
		Ano	I Tri	12 Meses
IPCA	100,0	5,01	1,29	4,39
Livres	73,5	4,15	1,75	4,04
Alimentação no domicílio	16,3	6,72	3,51	6,56
Bens industrializados	24,6	2,28	0,34	1,96
Serviços	32,6	3,67	1,95	4,19
Monitorados	26,5	7,97	0,05	5,85
Principais itens				
Alimentação	22,2	5,78	2,96	5,74
Habitação	16,4	6,70	1,01	6,25
Artigos de residência	4,1	0,35	-0,11	-1,88
Vestuário	4,5	1,16	-0,46	1,07
Transportes	19,1	4,40	-0,26	2,65
Saúde	13,8	5,48	0,43	4,77
Despesas pessoais	8,4	6,03	1,20	6,45
Educação	6,8	6,13	5,56	6,38
Comunicação	4,7	-0,70	0,48	-0,02

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.2.5 – Inflação dos preços livres – Ceará
Variação em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

Relativamente ao setor externo, a balança comercial do estado registrou *deficit* (US$113,4 milhões) no primeiro trimestre de 2020, em comparação a *superavit* de US$85,1 milhões em igual período de 2019, refletindo redução de 0,5% nas exportações e expansão de 41,3% nas importações. O desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo aumento de 73,5% no *quantum* das compras internacionais com destaque para bens de capital e combustíveis e lubrificantes. Quanto às exportações, houve aumento de 10,9% no *quantum* e queda de 10,3% nos preços. Destacaram-se os embarques de produtos básicos (minérios de manganês e seus concentrados, melões frescos, peixes e demais produtos básicos).

No âmbito fiscal, a arrecadação de ICMS, em doze meses até fevereiro apresenta alta de 9,9% em termos nominais. As transferências da União para o estado e municípios, cresceram 17,7% no mesmo tipo de comparação, de acordo com informações do Ministério da Economia. Para os próximos meses, espera-se recuo significativo das receitas decorrente do impacto da pandemia de COVID-19 sobre a atividade econômica.

Em relação à evolução dos preços, a variação do IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) atingiu 1,29% no primeiro trimestre deste ano, ante 1,54% no trimestre anterior e 1,90% no primeiro trimestre de 2019. A desaceleração refletiu menor variação dos preços livres, de 1,79% para 1,75%, e, principalmente, dos preços de monitorados, de 0,74% para 0,05%.

Considerados períodos de doze meses, a variação do IPCA da RMF atingiu 4,39% em março (5,01% em dezembro de 2019). A desaceleração ocorreu, especialmente, pela menor variação dos preços monitorados.

2.3 Pernambuco

Gráfico 2.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

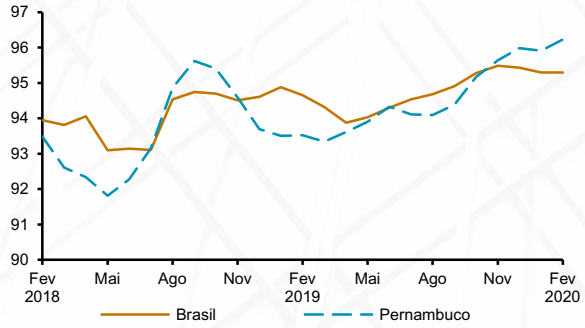
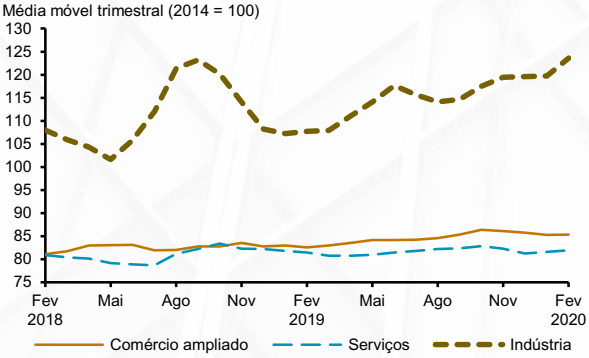
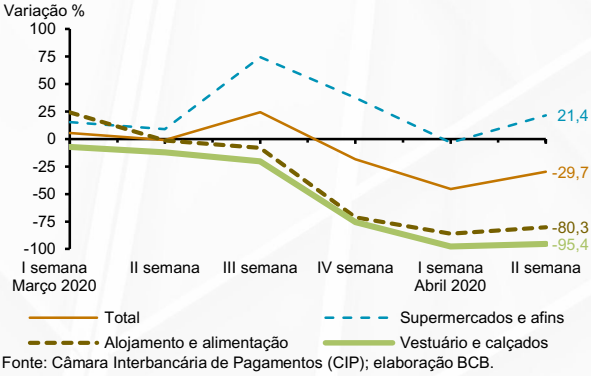


Gráfico 2.3.2 – Comércio, serviços e indústria – PE
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 2.3.3 – Vendas com cartão de débito – PE[1/]
Variação %



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior

No trimestre encerrado em fevereiro a atividade econômica pernambucana permaneceu impulsionada, sobretudo, pelo dinamismo da indústria de transformação. O mercado de trabalho também evoluiu favoravelmente, embora indicadores de demanda, tanto do comércio varejista, como o de serviços, tenham recuado. Nesse contexto, o IBCR-PE avançou 0,6% em relação ao trimestre findo em novembro, com dados dessazonalizados. Dados econômicos relativos a março, contudo, mostram os primeiros efeitos da atual pandemia, os quais, aliados a paradas de produção e interrupção de atividades, sinalizam perdas nos próximos meses.

As vendas do comércio ampliado recuaram 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro, na série dessazonalizada, comparativamente ao trimestre anterior, segundo dados da PMC/IBGE. Em doze meses, as vendas elevaram 2,1%, destacando-se combustíveis e lubrificantes e veículos.

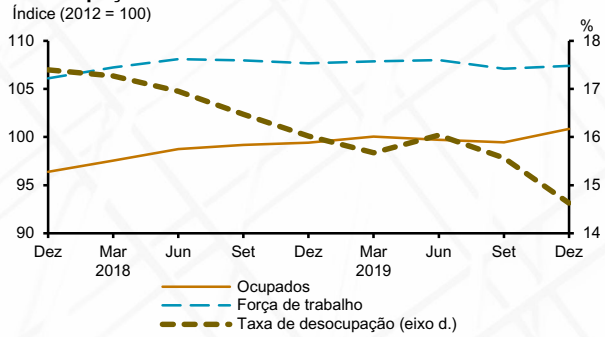
No mesmo sentido, o emplacamento de automóveis e comerciais leves no estado, nos doze meses até março, aumentou 7,3% segundo dados da Fenabrave. Entretanto, na margem, identifica-se queda substancial (-42,8% em março ante a média de janeiro e fevereiro) em virtude dos impactos da COVID-19, em especial, a partir da segunda metade do mês.

O Icec retraiu 1,7% em março frente a fevereiro, de acordo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio-PE). Desde julho de 2019 o Icec vinha apresentando crescimento, agora revertido, sugerindo algum efeito da epidemia na confiança dos empresários do setor. De forma distinta, o ICF elevou-se 2%.

O volume de serviços recuou 0,4% no trimestre até fevereiro, de acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, ajustados sazonalmente. Serviços profissionais e administrativos recuaram, enquanto que as atividades turísticas mostraram recuperação, uma vez superadas as dificuldades decorrentes do vazamento de óleo no litoral do estado. Cabe ressaltar, no entanto, a perspectiva desafiadora do turismo em meio à pandemia.

Dados mais tempestivos relativos às vendas com cartão de débito evidenciam o impacto da crise no comércio e serviços no estado. O comparativo

Gráfico 2.3.4 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Pernambuco[1/]



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Tabela 2.3.1 – Emprego formal – Pernambuco

Novos postos de trabalho

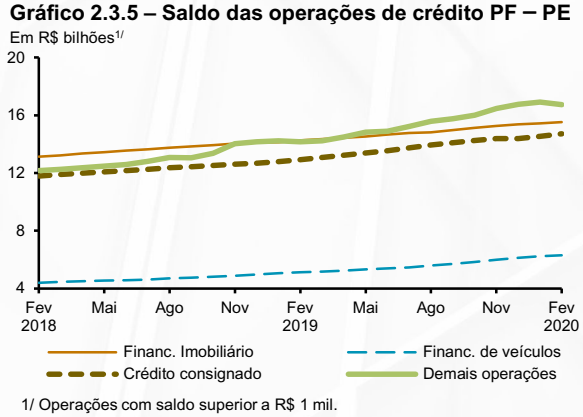
Acumulado no trimestre (em mil)

Discriminação	2018	2019			
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Total	-14,5	-25,9	1,9	28,0	2,9
Ind. de transformação	-4,8	-19,6	-0,8	15,6	1,7
Comércio	4,1	-4,5	-0,6	1,4	5,9
Serviços	-6,0	2,5	0,3	2,4	0,2
Construção civil	-1,3	-0,9	1,5	0,2	-1,1
Agropecuária	-6,3	-3,5	1,1	9,2	-3,7
Serv. ind. de util. pública	-0,1	0,2	0,3	-0,8	0,0
Outros1/	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Economia

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.3.5 – Saldo das operações de crédito PF – PE



1/ Operações com saldo superior a R$ 1 mil.

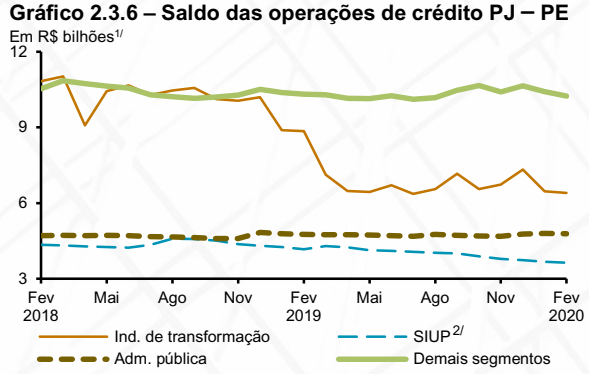
das duas primeiras semanas de abril ante o mesmo período de março, segundo dados da CIP, mostra que o único segmento beneficiado foi o de hipermercados, supermercados, com expansão de 21,4%. Houve queda significativa, em vestuário e calçado, 95,4%; veículos, 51,6% e material de construção, 43,4%. Os serviços, restaurantes, hotéis e similares tiveram queda de 80,3% e cabeleireiros e outros serviços pessoais, 80,9%.

Os indicadores de mercado de trabalho apresentaram desempenho positivo no trimestre encerrado em dezembro de 2019, com a taxa de desocupação atingindo 14,0% (15,5% no mesmo período de 2018), de acordo com a PNAD Contínua/IBGE. Com dados dessazonalizados, o indicador recuou 0,9 p.p. ante o trimestre anterior, refletindo expansões de 1,4% da população ocupada e de 0,3% da força de trabalho. A massa salarial real expandiu 3,5% ante o trimestre anterior e 0,9% na comparação interanual.

Segundo o Caged, do Ministério da Economia, no último trimestre de 2019 foram geradas 2,9 mil vagas com carteira assinada, em contraste com a eliminação de 14,5 mil no mesmo período de 2018. A melhoria foi disseminada em todos os setores. Com dados dessazonalizados, o índice de emprego formal expandiu 0,4% no trimestre encerrado em dezembro ante o anterior, sobressaindo o resultado do mês de dezembro (0,5% superior à média de novembro e outubro).

A carteira de crédito de Pernambuco expandiu 0,8% no trimestre findo em fevereiro ante o trimestre anterior. Nos últimos anos observam-se dinâmicas distintas do crédito às pessoas físicas (expansão), e aquele direcionado às empresas (queda). O crescimento do crédito PF tem sido disseminado em suas principais modalidades, com ênfase no financiamento de veículos (5,3% no trimestre e 23,3% nos últimos doze meses). Para as empresas, no contexto de retração de saldos contratados junto ao SFN, em especial com recursos direcionados, houve diminuição dos volumes de financiamento para a indústria de transformação, notadamente dos segmentos metalmecânico e de veículos. Cabe ressaltar sobre os impactos iniciais da pandemia de COVID-19 na atividade regional, a partir de março, sugere maior demanda por crédito pelas empresas, visando liquidez e manutenção de contratos. No sentido contrário, a demanda pelas famílias tende a desacelerar. Ilustrativamente, dados preliminares para março indicam variações mensais de -0,3%

Gráfico 2.3.6 – Saldo das operações de crédito PJ – PE



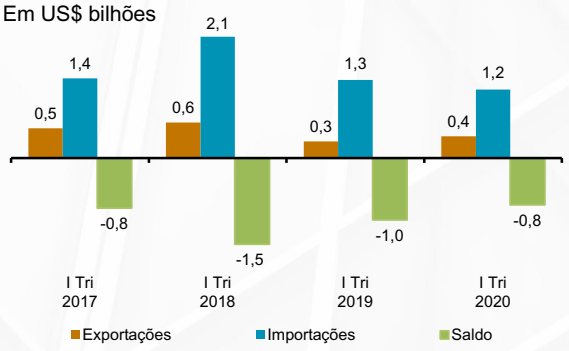
1/ Operações com saldo superior a R$ 1 mil.
2/ Serviços industriais de utilidade pública.

Tabela 2.3.2 – Produção industrial – Pernambuco
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos 1/	Variação % no período 2019 Nov 2/	2020 Fev 2/	2020 Acum. 12 meses
Indústria geral 1/	100,0	4,7	3,5	6,0
Produtos alimentícios	29,4	2,5	13,0	1,7
Deriv. petróleo e biocombustíveis	10,9	31,0	14,4	17,9
Outros produtos químicos	10,1	4,2	3,4	6,5
Bebidas	8,0	3,4	0,6	10,3
Produtos minerais não-metálicos	6,8	1,4	-2,6	7,9
Sabões, detergentes, etc	4,2	-3,5	-1,2	6,7
Outros equip. de transporte	3,3	-37,8	-28,2	-72,6

Fonte: IBGE
1/ Inclusive veículos e deriv. petróleo, ponderados pelo VTI da PIA 2015 (IBGE).
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.3.7 – Comércio exterior – PE
Em US$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

e 3,8% para os estoques de crédito com recursos livres às pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, indicando arrefecimento frente ao crescimento mensal médio de 1,3% para as famílias e aceleração diante dos 0,8% observados para empresas.

Do lado da oferta, o LSPA de março aponta relativa estabilidade na safra prevista para 2020 de cana-de-açúcar (representa cerca de 30% do valor da produção agropecuária) com relação ao ano passado (0,4%). A pesquisa projeta retrações de 13,7% na colheita de uva e 2,5% na de banana.

A atividade industrial manteve trajetória de expansão. De acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional do IBGE, a produção industrial ajustada[5] subiu 3,5% no trimestre encerrado em fevereiro, ante elevação de 4,7% no findo em novembro. Espera-se contração do setor industrial nos próximos meses, influenciada pelo anúncio de paradas de produção – como a suspensão das atividades da montadora de automóveis, com efeitos sobre a cadeia produtiva do setor – e pela queda do preço internacional do petróleo, que desincentiva o refino de petróleo.

A confiança do empresariado local foi impactada, ainda que de forma parcial, pela pandemia. Nesse sentido, o Icei, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), que havia oscilado de 62,2 pontos em dezembro, para 62,3 em fevereiro, recuou para 58,9 em março. Para abril, os efeitos da COVID-19 devem ser mais evidentes impactando fortemente a confiança dos empresários locais.

Quanto ao comércio externo, os resultados da balança comercial em Pernambuco repetiram no primeiro trimestre de 2020 a tendência de menor *deficit* observada no ano anterior, sob influência da redução no volume de importações. Dessa forma, no primeiro trimestre do ano corrente o volume exportado foi de US$372,0 milhões, número 30,3% maior que aquele do primeiro trimestre de 2018 (altas de 25,0% em *quantum* e 4,2% em preços). As importações somaram, no mesmo período, US$1,2 bilhão ante US$1,3 bilhão na mesma base de comparação de 2019 (-6,7% em *quantum* e +6,3% em preços).

5/ A PIM-PF do estado foi ajustada para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis, que ainda não fazem parte da pesquisa do IBGE em Pernambuco, a qual se baseia na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam.

No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos do estado, capital e demais municípios de Pernambuco atingiu de R$63 milhões nos doze meses até fevereiro de 2020. Os juros apropriados por competência no período alcançaram R$680 milhões. A dívida pública dos governos do estado e municípios foi de R$14,4 bilhões em fevereiro de 2020, representando um crescimento de 16,6% em relação a dezembro 2019.

A receita de ICMS do estado no primeiro bimestre de 2020 totalizou R$3,0 bilhões, representando expansão nominal de 15,2% em relação a igual período de 2019. Considerando o mesmo período, as transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundeb, somaram R$499 milhões, de acordo com a STN, apresentando crescimento nominal de 5,1%, na comparação com igual intervalo do ano anterior.

A inflação na Região Metropolitana de Recife (RMR) atingiu 0,99% no primeiro trimestre do ano, ante 1,03% no último trimestre de 2019. Houve aceleração dos preços livres (de 1,06% para 1,21%) e desaceleração dos preços monitorados (de 0,95% para 0,38%). O comportamento dos preços livres repercutiu principalmente a inflação da alimentação no domicílio além do aumento sazonal do preço de serviços, particularmente de educação. O comportamento dos preços monitorados refletiu, especialmente, a redução do preço da gasolina. Considerados períodos de doze meses, a variação dos preços na RMR atingiu 3,01% em março.

Tabela 2.3.3 – IPCA – Recife

Variação % no período

Discriminação	Pesos[1/]	2019	2020	
		Ano	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,71	0,99	3,01
Livres	74,0	3,13	1,21	2,53
Alimentação no domicílio	15,4	6,87	3,67	5,37
Bens industrializados	25,3	1,07	0,76	1,44
Serviços	33,3	2,49	0,42	1,99
Monitorados	26,0	5,55	0,38	4,55

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2020.

Região Centro-Oeste

3

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Centro-Oeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

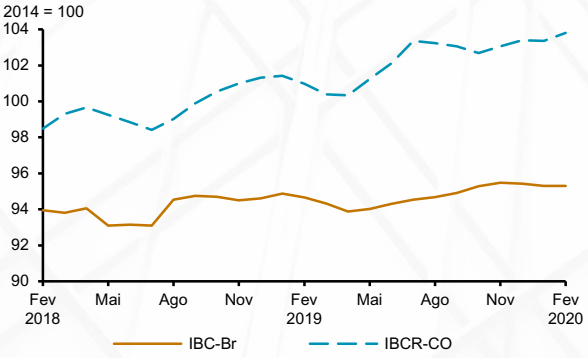
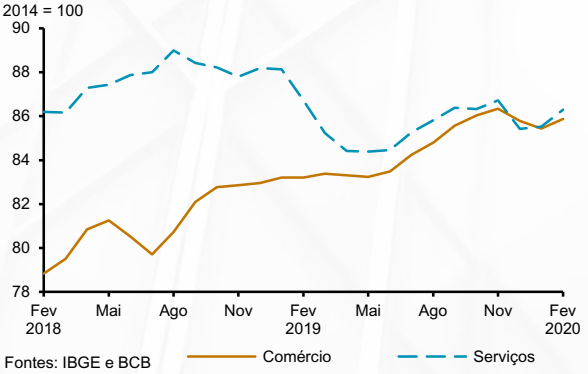
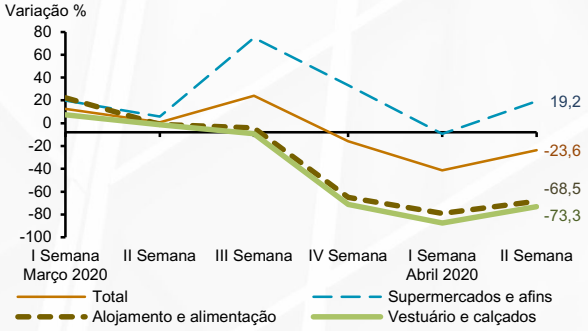


Gráfico 3.2 – Comércio e serviços – Centro-Oeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 3.3 – Vendas com cartão de débito – Centro-Oeste[1/]
Variação %



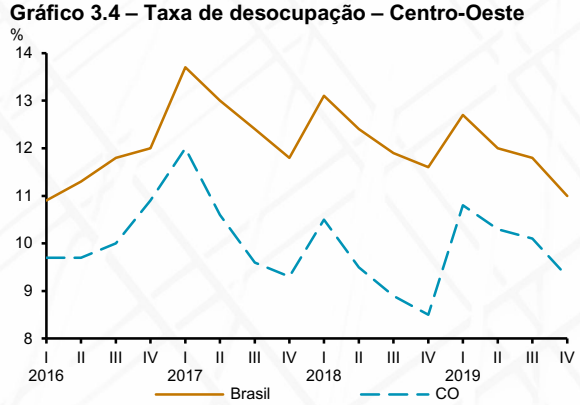
Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/ Variação em duas semanas, em relação a igual período do mês anterior.

A atividade econômica no Centro-Oeste apresentou resultado positivo no trimestre encerrado em fevereiro, impulsionada pela agricultura, em decorrência do início da colheita de soja, que deve ser recorde. O IBCR do Centro-Oeste cresceu 0,7% no trimestre terminado em fevereiro, em relação ao trimestre encerrado em novembro, na série com ajuste sazonal. A despeito do desempenho favorável no início do ano, a economia da região deverá repercutir os efeitos da pandemia de COVID-19, que já se fazem perceber em dados do comércio e do setor de serviços com maior frequência e tempestividade.

Os indicadores de demanda da região recuaram no trimestre encerrado em fevereiro, em linha com o observado nas demais regiões. A diminuição nas vendas do comércio refletiu em parte a antecipação de compras por conta das promoções de *Black Friday* em novembro. Considerando dados com ajuste sazonal, as vendas do comércio ampliado recuaram 0,5% no período, na comparação com o trimestre encerrado em novembro (queda de 0,3% no Brasil), de acordo com informações da PMC/IBGE. O volume de serviços não financeiro, também, reduziu 0,5% no período, segundo dados da PMS/IBGE. Esse movimento foi condicionado, em boa medida, pela retração no segmento de transporte, armazenamento e correios, em contraste com os aumentos nas atividades de comunicação e informação e serviços profissionais.

A implementação de restrições para o funcionamento de empresas em alguns setores da economia a partir da segunda quinzena de março, com o intuito de diminuir a aglomeração de pessoas e dessa forma diminuir a propagação do novo coronavírus, reduziu a atividade econômica, especialmente, em alguns segmentos do comércio e dos serviços. Segundo dados da CIP, o volume de pagamentos em transações efetuadas com cartão de débito diminuiu acentuadamente no período de 1º a 13 de abril, na comparação com igual período de março. Houve redução mais acentuada nas vendas dos segmentos de vestuário e calçados, 73,3%, hotéis e restaurantes, 68,5%, e cabelereiros e outros serviços

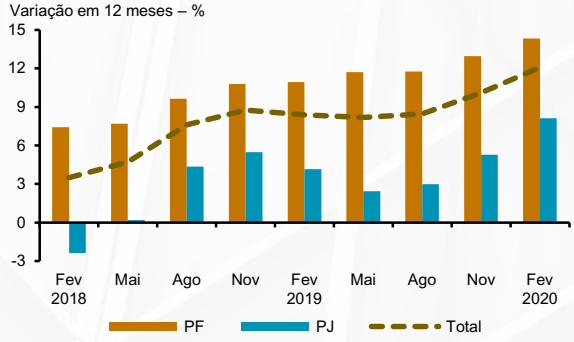
Gráfico 3.4 – Taxa de desocupação – Centro-Oeste



Fonte: IBGE

Gráfico 3.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste[1/]

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

pessoais, 62,8% (variações de -88,8%, -72,1% e -69,9% nesses segmentos no país como um todo). Em sentido oposto, observou-se aumento de 19,2% nos pagamentos aos setores de supermercados e hipermercados (alta de 17,1% no país). No mesmo sentido, dados da Fenabrave mostram redução de 38,1% no volume de emplacamentos de veículos (indicador de vendas de automóveis) em março, na comparação com fevereiro, considerando a série com ajuste sazonal.

A economia do Centro-Oeste, com dados anteriores aos impactos decorrentes da COVID-19, vinha se destacando entre as regiões nos últimos anos, em parte, pelo desempenho do agronegócio. Por essa característica, o mercado de trabalho na região tem se mostrado mais ativo, segundo a PNAD Contínua, do IBGE, com taxa de participação superior à média nacional[6]. Nos anos de 2017 e 2018, o ritmo de crescimento da população ocupada da região foi superior ao do Brasil, o que contribuiu para a queda mais acentuada na sua taxa de desocupação. Em 2019, entretanto, observou-se aumento mais significativo na força de trabalho, e expansão mais contida da absorção desse contingente de pessoas pelo mercado[7], o que resultou na elevação da taxa de desocupação da região para 9,3% no quarto trimestre de 2019, 0,9 p.p. superior à observada no mesmo período de 2018 (no Brasil, a taxa evoluiu de 11,6% para 11,0% nesse mesmo período). A massa de rendimento real na região contraiu 0,5% no quarto trimestre, impactada pela diminuição de 1,9% do rendimento médio real. Esse resultado contrasta com a evolução da massa no país, onde se observou expansão de 2,5%, e reflete a redução da massa de rendimentos de empregadores e trabalhadores no serviço público.

O mercado de crédito no Centro-Oeste, também com informações anteriores aos impactos da COVID-19, seguia em expansão. Na comparação interanual, a carteira de crédito na região cresceu 12,1% em fevereiro, ante 10,1% em novembro, impulsionada principalmente pela expansão nas modalidades de crédito livre (23,6%). Os empréstimos às famílias expandiram 14,3% (12,9% em novembro), com destaque para as linhas de crédito rural, financiamentos a exportações de empresários do agronegócio com recursos livres, crédito consignado

6/ A taxa de participação na força de trabalho é o percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar. No quarto trimestre de 2019, a taxa de participação na força de trabalho do Centro-Oeste era de 66,3%, enquanto a do Brasil situava-se em 61,9%.

7/ O mercado de trabalho no Centro-Oeste cresceu 2,0% no quarto trimestre de 2019, na comparação com igual período do ano anterior enquanto a população ocupada aumentou 1,0% no quarto trimestre.

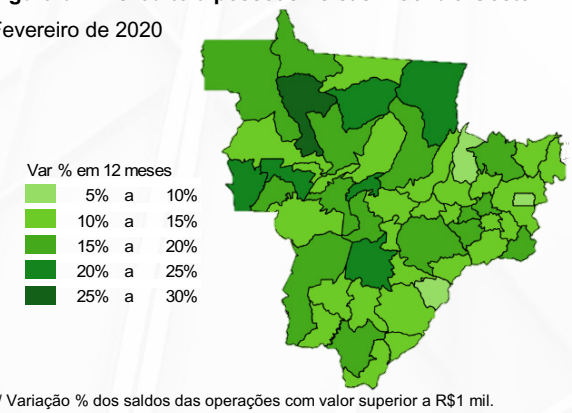
e financiamentos imobiliários. O saldo de crédito destinado às empresas cresceu 8,1% em fevereiro, evoluindo ante a expansão de 5,3% em novembro, ressaltando-se o aumento nos financiamentos à exportação e no capital de giro. Por atividade econômica, houve aumento no endividamento das empresas de agronegócio, comércio atacadista e transporte rodoviário de carga. Cabe ressaltar que os impactos iniciais da pandemia de COVID-19 sobre a atividade regional, a partir de março, sugerem maior demanda por crédito pelas empresas visando a liquidez e a manutenção de contratos. No sentido contrário, o crédito para as famílias deve desacelerar no trimestre iniciado em março. Ilustrativamente, dados preliminares para março indicam crescimento mensal de 9,6% para os saldos do crédito com recursos livres às pessoas jurídicas, patamar que se destaca na comparação com a média das variações mensais observadas na região nos doze meses anteriores a março (2,0%). A variação do saldo dos empréstimos às famílias com recursos livres, em março manteve-se em linha com a média das variações mensais observadas nos doze meses encerrados em fevereiro, sendo observado queda de 5,0% no cartão de crédito à vista e desaceleração na variação dos financiamentos de veículos para 0,2%, ante média de 1,6%.

Por microrregião, o crédito a pessoas físicas apresenta ritmo de crescimento mais forte no interior (16,3% ante 14,9% em novembro), com destaque para as microrregiões de Arinos, Norte Araguaia e Tangará da Serra, no Mato Grosso, que registraram taxas superiores a 20%, impulsionadas pelo financiamento a empresários do agronegócio. Nas capitais, o crédito aumentou 11,8%, ante 10,6% em novembro, com destaque para Cuiabá, com variação de 16,0%, ao passo que Brasília exibiu crescimento mais moderado (9,7%), explicado, em parte, pela menor expansão dos financiamentos imobiliários.

O crédito a pessoas jurídicas também cresce em ritmo mais intenso no interior, atingindo variação interanual de 13,6% (11,6% em novembro), ante variação de 4,9% nas capitais (variação de 2,4% em novembro). A mediana das taxas de crescimento observadas nas microrregiões do Centro-Oeste situou-se em 19,7% em fevereiro, com destaque para as áreas de Parecis (financiamentos à exportação) e Rosário Oeste (financiamento de projeto), no Mato Grosso, e São Miguel do Araguaia (recebíveis/capital de giro) em Goiás. Entre as capitais, destaca-se Cuiabá, com aumento de 12,0% (impulsionada pelos financiamentos à exportação), avanço superior ao das

Figura 3.1 – Crédito a pessoas físicas – Centro-Oeste[1/]

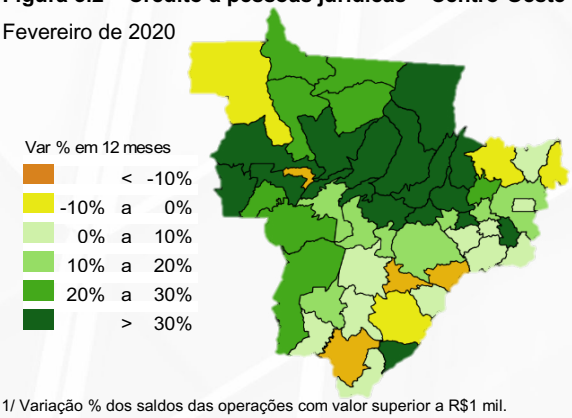
Fevereiro de 2020



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R$1 mil.

Figura 3.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Centro-Oeste[1/]

Fevereiro de 2020



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R$1 mil.

demais capitais, que, sem a capital mato-grossense, apresentaram média de 3,7%.

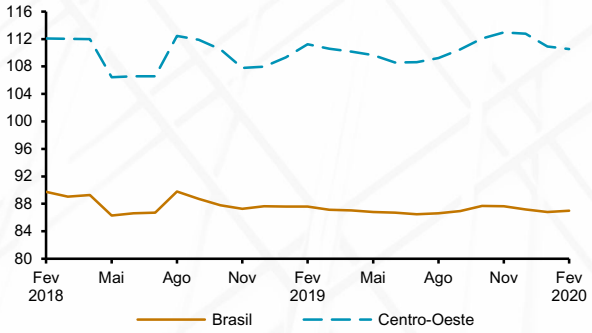
Considerando indicadores de oferta, a produção industrial na região Centro-Oeste apresentou desempenho negativo no trimestre encerrado em fevereiro, influenciada em grande parte pela queda na fabricação de alimentos. No contexto da atual pandemia, espera-se redução na produção industrial nos próximos meses, em função das medidas de restrição à circulação de pessoas e da queda no consumo. Entretanto, essa contração deverá ocorrer com menor intensidade no Centro-Oeste, na comparação com as demais regiões, considerando a concentração de 47% da indústria geral da região nos segmentos de alimentos e bebidas (20% nas demais regiões), segmentos que tendem a apresentar menor redução de demanda.

A confiança dos empresários industriais diminuiu devido principalmente às incertezas em nível mundial decorrente da COVID-19, mas, ainda, sem impactos mais diretos na economia nacional. O Icei do Centro-Oeste, divulgado pela CNI, passou de 65,4 pontos, em dezembro, para 61,6 pontos em março, com decréscimo tanto no componente de expectativas como no de condições atuais.

Os efeitos da atual pandemia na economia regional foram evidentes em abril, quando a confiança dos empresários recuou de forma expressiva. O Icei atingiu 37,6 pontos, o nível mais baixo da série histórica iniciada em janeiro de 2010. Apesar da forte queda, a confiança dos empresários do Centro-Oeste encontra-se 3,1 pontos acima do patamar nacional, sugerindo impacto menor no setor industrial na região.

Em 2020, a produção de grãos na região Centro-Oeste deverá crescer 3,2%, atingindo colheita recorde de 115,1 milhões de toneladas, impulsionada pelo aumento na safra de soja, segundo o LSPA de março. Na pecuária de corte, os abates de bovinos na região – que correspondem a 45,5% do total no país – retraíram 14,2% no primeiro bimestre, na comparação com igual período de 2019, segundo dados do Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); as exportações contraíram 6,3% em peso nesse período, mas cresceram 15,3% em valor, refletindo a valorização dos preços de proteína animal no mercado

Gráfico 3.6 – Produção industrial – Centro-Oeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Tabela 3.1 – Produção agrícola – Centro-Oeste
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2019	2020	2020/2019
Grãos	84,8	111 517	115 101	3,2
Soja	55,5	52 027	57 755	11,0
Milho	17,8	53 590	51 360	-4,2
Algodão (caroço)	9,0	3 052	3 020	-1,1
Feijão	1,3	679	594	-12,5
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	11,5	151 253	151 874	0,4

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2020.

Tabela 3.2 – Balança comercial – Centro-Oeste
Janeiro-Março

US$ milhões

Discriminação	Centro-Oeste			Brasil
	2019	2020	Var. %	Var. %
Exportações	7 245	6 770	-6,6	-3,2
Básicos	6 053	5 660	-6,5	5,2
Industrializados	1 192	1 111	-6,8	-11,6
Importações	2 218	2 320	4,6	4,3
Bens de capital	111	120	7,9	25,4
Bens Intermediários	1 239	1 125	-9,2	2,8
Bens de consumo	502	694	38,2	-2,4
Combustíveis e lubrificantes	365	381	4,2	-8,5
Saldo comercial	5 027	4 451	-11,5	-38,4

Fonte: Ministério da Economia

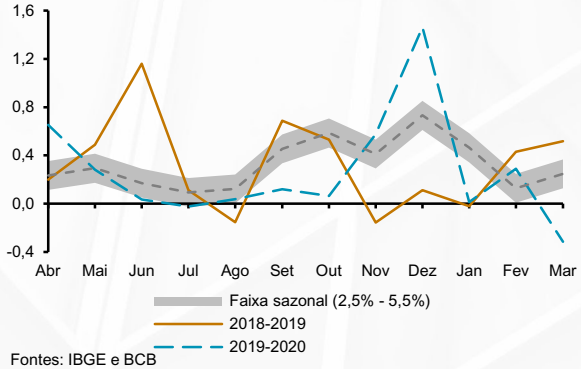
Tabela 3.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste[1/]

R$ milhões

UF	Dezembro de 2019			Fevereiro de 2020		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida[2/]	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal[3/]		Primário	Nominal[3/]
DF	9 051	709	951	6 921	-781	-544
GO	21 183	886	2 425	20 420	72	1 653
MS	6 278	-865	-452	6 478	-1 020	-610
MT	3 473	-922	-603	2 585	-1 731	-1 427
Total (A)	**39 985**	**-193**	**2 322**	**36 405**	**-3 460**	**-929**
Brasil[4/] (B)	**908 220**	**-16 518**	**32 197**	**912 722**	**-13 946**	**34 641**
(A/B) (%)	**4,4**	**1,2**	**7,2**	**4,0**	**24,8**	**-2,7**

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.
2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.
3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.
4/ Refere-se à soma de todas as regiões.
(+) déficit (-) superávit

Gráfico 3.7 – IPCA Centro-Oeste – Padrão sazonal
Variação % mensal



Fontes: IBGE e BCB

internacional[8] ocorrida no final de 2019. Os abates de suínos e os de aves permaneceram estáveis nessa base de comparação.

As exportações da região recuaram 6,6% no primeiro trimestre de 2020, na comparação com igual período do ano anterior, impactadas pela queda nos embarques de milho, soja, celulose e farelo de soja. Em sentido contrário, houve aumento nas vendas de algodão, carne bovina, carne de frango e ferro-ligas. As importações aumentaram 4,6%, com destaque para as aquisições de medicamentos e gás natural. No trimestre, o resultado do comércio exterior do Centro-Oeste apresentou *superavit* de US$4,5 bilhões, com retração de 11,5% em relação ao mesmo período de 2019.

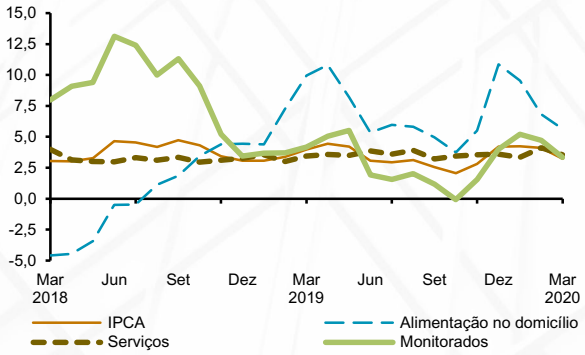
Em termos fiscais, observou-se no Centro-Oeste evolução benigna entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, refletindo entre outros fatores, a concentração do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no primeiro trimestre do ano. À exceção do Mato Grosso do Sul, cujo endividamento cresceu 3,2%, os demais estados da região reduziram seu endividamento, com destaque para o Mato Grosso (-25,6%) e o Distrito Federal (-23,5%). Em relação ao resultado primário, Distrito Federal e Goiás apresentaram reversão e redução do *deficit* registrado em 2019, na ordem, enquanto Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ampliaram o *superavit* em 87,8% e 17,9% respectivamente. As receitas para os próximos meses tendem a recuar significativamente pelo impacto dos efeitos da pandemia de COVID-19.

O IPCA da região Centro-Oeste[9] variou -0,01% no primeiro trimestre de 2020, desacelerando ante os 2,11% apurados no último trimestre de 2019. A desaceleração na inflação foi influenciada pelos grupos de alimentação e produtos com preços administrados, que apresentaram oscilações acentuadas no trimestre anterior, especialmente no item alimentação no domicílio, quando os preços de carne e do feijão carioca exerceram significativa pressão altista. Nos três primeiros meses de 2020, a inflação de alimentação no domicílio atingiu 0,12%, com o recuo nos preços desses itens neutralizados pelo aumento nos preços de alimentos *in natura*. Nos preços monitorados, houve queda de 0,71%,

8/ O preço médio da arroba do boi gordo, medido pelo indicador de preços divulgado pelo Centro de Pesquisas Econômicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (CEPEA), aumentou 28,7% em reais (13,4% em dólares americanos) entre o primeiro bimestre de 2019 e o primeiro bimestre de 2020.
9/ Composto pela agregação dos indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande.

ressaltando-se a redução na tarifa de energia elétrica e nos preços de produtos farmacêuticos. O grupo de produtos industrializados também contribuiu para o comportamento benigno da inflação, ao registrar variação de -0,44%, ressaltando-se a redução nos preços do etanol e dos veículos usados. Por fim, os preços de serviços variaram 0,69%, com as maiores altas em cursos regulares e lanche fora do domicílio. O índice de difusão recuou para 51,3% comparativamente a 54,5% no trimestre anterior.

Gráfico 3.8 – IPCA Centro-Oeste
Variação % acumulada em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

Considerando o período de doze meses, a inflação do Centro-Oeste variou 3,23% em março (4,20% em dezembro de 2019), com aumentos de 5,63% em alimentação no domicílio; de 3,54% em serviços; de 3,38% nos administrados e de 1,14% em bens industrializados.

A economia do Centro-Oeste começou 2020 com boas perspectivas de crescimento, tendo em vista as expectativas de volume recorde na produção de grãos. Entretanto, a disseminação da pandemia de COVID-19 elevou sobremaneira o nível de incertezas, e afetará o desempenho da região. Considerando a maior participação do agronegócio e da estrutura industrial no Centro-Oeste, espera-se uma contração mais moderada na região do que em nível nacional[10].

10/ Ver boxe Efeito regional da COVID-19 neste Boletim Regional.

Região Sudeste

4

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

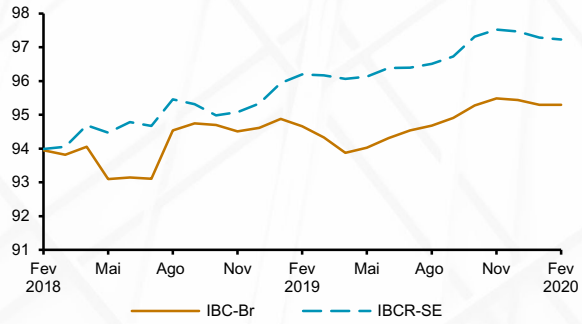
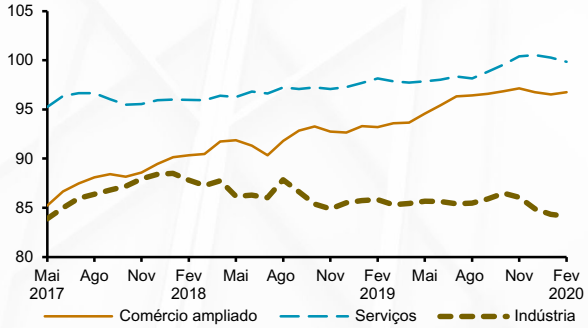
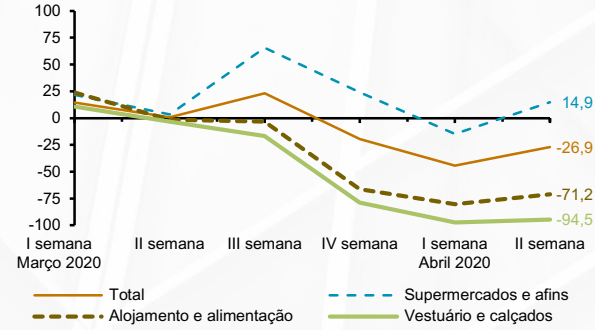


Gráfico 4.2 – Comércio, serviços e indústria – Sudeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.3 – Vendas com cartão de débito – Sudeste[1/]
Variação %



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior

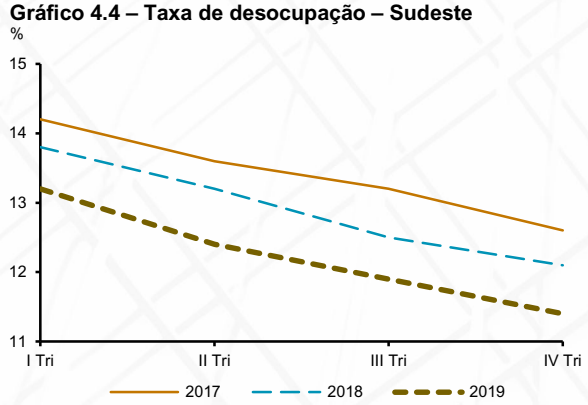
A economia da região Sudeste mostrou pequeno arrefecimento no final do ano passado e início deste ano, após crescer significativamente ao longo do segundo semestre de 2019. Em fevereiro, o IBCR-SE assinalava crescimento de 1,6% acumulado em doze meses, apesar do recuo de 0,3% no último trimestre (dessazonalizado). Para março e primeiras semanas de abril, contudo, há evidências de impactos expressivos dos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade da região, obtidas de dados com frequência diária ou semanal e maior tempestividade.

As vendas do comércio ampliado diminuíram 0,4% no trimestre encerrado em fevereiro em relação ao mesmo período de novembro, quando cresceram 0,7%, influenciadas pela *Black Friday,* segundo dados dessazonalizados da PMC/IBGE. No mesmo sentido, o indicador de volume de serviços não-financeiros recuou 0,5% no período (após 2,3% no trimestre até novembro) de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE. Dados mais recentes da Fenabrave mostram recuo de quase 40% dos licenciamentos (*proxy* para vendas) de veículos em março, dados dessazonalizados, comparativamente a fevereiro, com retrações de 41% dos licenciamentos de automóveis e de 24% dos comerciais leves.

No mesmo sentido, nas duas primeiras semanas de abril, período em que o distanciamento social estava plenamente em vigor, dados de vendas com cartão de débito, compilados pela CIP/SLC, evidenciavam retração de 26,9% nos valores nominais recebidos pelas empresas em vários segmentos do comércio e da prestação de serviços, relativamente ao mesmo período de março. Sobressaíram as reduções nas receitas dos segmentos de vestuário e calçados, 94,5%, e de alojamento e alimentação, 71,2%. No entanto, as vendas de supermercados e hipermercados (inclusive atacarejo) expandiram 14,9% nesse intervalo, refletindo possível comportamento de precaução por parte dos consumidores no período.

Estatísticas de mercado de trabalho regional, refletindo, ainda, posição do final do ano passado,

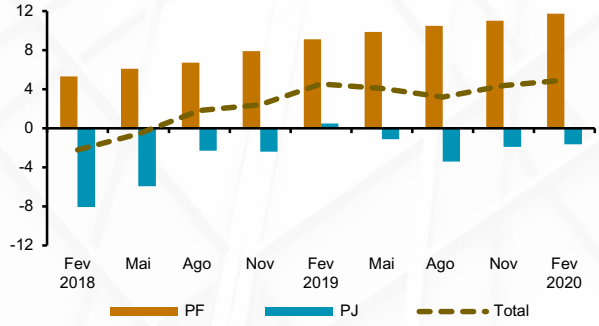
Gráfico 4.4 – Taxa de desocupação – Sudeste



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 4.5 – Evolução do saldo das operações de crédito[1/] – Sudeste

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

mostravam gradual recuperação. A taxa de desocupação, medida pela PNAD Contínua do IBGE, recuou para 11,4% no quarto trimestre de 2019, comparativamente a 12,1% no quarto trimestre de 2018, conjunção das variações positivas tanto na ocupação (2,3%) quanto da força de trabalho (1,5%). O rendimento real cresceu 0,1% no mesmo período. Segundo dados dessazonalizados, a taxa de desocupação recuou para 12,0% no quarto trimestre de 2019 (12,1% no terceiro trimestre). Dados do Caged, relativos ao emprego formal, indicaram que no trimestre encerrado em dezembro foram eliminados 88,6 mil empregos formais, em comparação ao fechamento de 116,1 mil postos no mesmo período do ano anterior.

O mercado de crédito na região seguiu em expansão, considerando dados até fevereiro, com aumentos no saldo das operações de 1,5% no trimestre e de 4,9% em doze meses. O crédito para pessoas físicas cresceu 2,4% e 11,7% nos mesmos períodos destacando-se os desempenhos positivos das modalidades crédito pessoal, financiamento imobiliário e financiamento de veículos. A carteira de crédito às pessoas jurídicas cresceu 0,4% no trimestre, repercutindo principalmente a expansão de empréstimos nas modalidades de descontos de títulos e capital de giro – contudo, em doze meses a carteira de crédito às empresas ainda mostra declínio (-1,7%). Para os próximos meses, quando os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade regional serão mais sentidos, espera-se maior demanda por crédito pelas empresas, visando, entre outros, situação de liquidez e manutenção de contratos. No sentido contrário, o crédito para as famílias deve desacelerar a partir de março. Dados preliminares para março indicam variações mensais de -0,2% e 9,6% para os saldos do crédito com recursos livres às pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, em comparação a variações mensais médias de 1,5% e 0,5% observadas nos últimos doze meses para esses segmentos, na ordem.

Do lado da oferta, a perspectiva de bom desempenho do setor agrícola tende a atenuar os impactos da pandemia de covid-19. O LSPA do IBGE, de março, aponta expansão de 1,4% da safra de grãos em 2020, condicionada especialmente pela recuperação da produção de soja (14,4%). Também são esperados aumentos para as colheitas de café (17,7%), em período de bienalidade positiva, de laranja (5,4%) e de cana-de-açúcar (0,7%).

Tabela 4.1 – Produção industrial – Sudeste
Geral e setores selecionados

Variação % no período

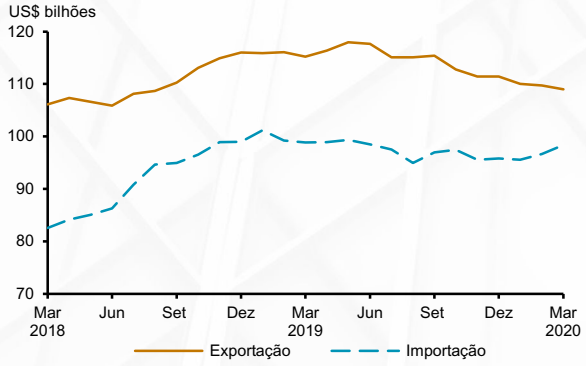
Setores	Pesos[1/]	2019	2020	
		Nov[2/]	Fev[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	0,7	-2,2	-1,2
Indústrias extrativas	13,6	7,4	-5,8	-4,4
Indústrias de transformação	86,4	0,3	-1,4	-0,6
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	-0,4	-4,9	-4,3
Produtos alimentícios	12,7	0,9	-2,9	1,3
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	1,3	0,2	3,0
Metalurgia	7,1	-1,6	1,8	-4,1
Outros produtos químicos	5,8	1,3	-1,1	-0,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.6 – Balança comercial – Sudeste
Acumulado em 12 meses



Fonte: Ministério da Economia

Tabela 4.2 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste[1/]

R$ milhões

UF	Dezembro de 2019			Fevereiro de 2020		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida[2/]	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal[3/]		Primário	Nominal[3/]
ES	20	-321	-129	587	138	329
MG	130 289	522	8 684	134 100	1 331	9 600
RJ	185 102	665	11 536	189 749	-1 819	8 798
SP	342 909	-8 543	7 948	341 222	-6 385	10 154
Total (A)	**658 320**	**-7 677**	**28 039**	**665 658**	**-6 736**	**28 881**
Brasil[4/] (B)	**908 220**	**-16 518**	**32 197**	**912 722**	**-13 946**	**34 641**
(A/B) (%)	**72,5**	**46,5**	**87,1**	**72,9**	**48,3**	**83,4**

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

(+) déficit (-) superávit

A atividade fabril na região, que já mostrava pouca robustez no início do ano, deve repercutir significativamente os efeitos da pandemia, movimento antecipado pelas pesquisas de confiança empresarial. A produção industrial diminuiu 2,2% no trimestre encerrado em fevereiro, ante alta de 0,7% no terminado em novembro, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE.

O Icei registrou 62,5 pontos, na média do trimestre finalizado em março (61,2 pontos em dezembro). Entretanto, os dados mensais apresentaram queda entre dezembro e março, quando o índice passou de 63,7 para 59,0, influenciado, na época da pesquisa, pela dificuldade na aquisição de insumos importados em consequências dos impactos da COVID-19 na Ásia e Europa. Os efeitos da pandemia na economia do Sudeste foram mais marcantes em abril, quando a confiança dos empresários recuou para 34,1 pontos, o nível mais baixo da série histórica iniciada em janeiro de 2010.

O saldo da balança comercial, passou de *superavit* de US$2,7 bilhões no primeiro trimestre de 2019, para *deficit* de US$2,3 bilhões em igual período de 2020. O comportamento foi condicionado, sobretudo, pela retração de 9,5% das exportações, decorrente de variações de -0,5% nos preços e de -9,1% no *quantum*[11], com destaque para as diminuições das vendas de minérios de ferro, em especial para a China, partes de motores e turbinas para aviação, máquinas e aparelhos para terraplanagem e perfuração, além de automóveis de passageiros, principalmente para a Argentina. As importações, sensibilizadas pelo crescimento de 11,2% no *quantum*, aumentaram 11,2%, com ênfase nas aquisições de bens de capital e intermediários. Não obstante o pior desempenho do comércio externo, na comparação interanual, a retração da economia doméstica como efeito da pandemia tende a prevalecer sobre os fluxos comerciais, favorecendo o saldo nos próximos meses.

No âmbito fiscal, a região mantém resultados positivos relativamente ao fluxo de receitas. A arrecadação do ICMS subiu 5,4% e as transferências da União, 7,2%, no acumulado de doze meses até fevereiro em comparação com o mesmo período de 2019, em termos nominais. Para os próximos meses, contudo, tendem a recuar significativamente pelo impacto dos efeitos do surto do novo coronavírus.

11/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

Tabela 4.2 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste[1/]

R$ milhões

UF	Dezembro de 2019			Fevereiro de 2020		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida[2/]	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal[3/]		Primário	Nominal[3/]
ES	20	-321	-129	587	138	329
MG	130 289	522	8 684	134 100	1 331	9 600
RJ	185 102	665	11 536	189 749	-1 819	8 798
SP	342 909	-8 543	7 948	341 222	-6 385	10 154
Total (A)	**658 320**	**-7 677**	**28 039**	**665 658**	**-6 736**	**28 881**
Brasil[4/] (B)	**908 220**	**-16 518**	**32 197**	**912 722**	**-13 946**	**34 641**
(A/B) (%)	**72,5**	**46,5**	**87,1**	**72,9**	**48,3**	**83,4**

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.
2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.
3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.
4/ Refere-se à soma de todas as regiões.
(+) déficit (-) superávit

Tabela 4.3 – IPCA – Sudeste

Variação % no período

Discriminação	Pesos[1/]	2019		2020	
		Ano	IV Tri	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	4,35	1,72	0,64	3,35
Livres	74,2	3,88	1,95	0,71	2,83
Alimentação no domicílio	12,5	7,85	5,91	1,36	4,42
Bens industrializados	21,7	1,83	0,81	-0,07	1,00
Serviços	40,0	3,60	1,16	0,92	3,29
Monitorados	25,8	5,64	1,11	0,47	4,80
Principais itens					
Alimentação	18,6	6,31	4,24	1,39	4,55
Habitação	16,4	4,44	-0,68	0,51	4,09
Artigos de residência	3,5	-0,12	-0,95	-1,61	-2,37
Vestuário	4,0	0,88	1,12	-1,05	0,63
Transportes	20,1	3,57	2,39	-0,51	1,30
Saúde	13,6	5,44	1,10	0,84	5,08
Despesas pessoais	11,2	4,39	1,95	0,51	3,80
Educação	6,7	4,54	0,34	4,50	5,27
Comunicação	6,0	1,23	0,61	0,67	2,05

Fonte: IBGE
1/ Referentes a março de 2020.

O *superavit* primário consolidado alcançou de R$6,7 bilhões no acumulado de doze meses até fevereiro (R$7,7 bilhões em doze meses até dezembro de 2019), decorrente da piora dos resultados de São Paulo e Minas Gerais. No Rio de Janeiro, houve reversão no resultado, passando de *deficit* de R$665 milhões para *superavit* de R$1,8 bilhão. O resultado nominal da região foi deficitário em R$28,9 bilhões em fevereiro (R$28,0 bilhões em dezembro de 2019), na análise do acumulado de doze meses.

A variação trimestral do IPCA no Sudeste desacelerou de 1,72% no quarto trimestre de 2019, para 0,64% no primeiro trimestre deste ano, impactada principalmente pela menor variação dos preços livres, que passaram de 1,95% para 0,71%, em especial, os preços da alimentação no domicílio, repercutindo, sobretudo, a desaceleração dos preços de carnes. Nos mesmos períodos, os preços monitorados passaram de alta de 1,11% para 0,47%, com destaque para o recuo dos preços da gasolina e energia elétrica residencial.

Em intervalos de doze meses, o IPCA da região recuou de 4,65%, em março de 2019, para 3,35%, no mesmo mês em 2020. A evolução refletiu a desaceleração dos preços monitorados de 6,56% para 4,80%, e dos preços livres, de 3,98% para 2,83%, ressaltando-se o comportamento benigno dos preços dos serviços e bens industriais, que variaram, na ordem, 3,29% e 1,00% nos doze meses até março.

Em síntese, a evolução recente dos indicadores da região Sudeste mostrava acomodação da atividade econômica nos primeiros meses de 2020, em que pese os contrapontos positivos dos mercados de trabalho e crédito, e da confiança do consumidor. Entretanto, prospectivamente, o cenário econômico tende a ser impactado de forma expressiva pelos efeitos negativos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade da região, como já evidenciam alguns indicadores.

4.1 Minas Gerais

A economia mineira cresceu 0,6% no quarto trimestre de 2019, em relação ao trimestre anterior, impulsionada, principalmente, pelo desempenho da agricultura e pelos setores de energia, saneamento e serviços, segundo dados sazonalmente ajustados da Fundação João Pinheiro (FJP). Em 2019, contudo, a economia mineira apresentou contração de 0,3%, impactada principalmente pelo resultado da indústria extrativa, que recuou 25,4%, devido à interrupção na produção de minério de ferro após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho.

Indicadores até fevereiro mostram desaceleração da atividade econômica mineira no trimestre até aquele mês, impactada novamente pela indústria extrativa, que diminuiu sua produção em decorrência das fortes chuvas registradas no estado. No período, o IBCR-MG recuou 1,1% comparativamente ao trimestre anterior, na série com ajuste sazonal. Dados mais recentes, relativos a março e primeiras semanas de abril, evidenciam impactos negativos expressivos do surto de COVID-19 sobre a economia local.

Os indicadores de demanda no estado recuaram no trimestre finalizado em fevereiro, quando ainda não se vislumbrava a magnitude dos impactos da pandemia de coronavirus. Parte da queda nas vendas do comércio pode estar associada à antecipação do consumo decorrente das promoções de *Black Friday*. Dados dessazonalizados da PMC indicaram redução de 2,3% no comércio ampliado em Minas Gerais no período, na comparação com o trimestre anterior, ressaltando-se os resultados negativos dos segmentos de supermercados e artigos de uso pessoal e doméstico. Em sentido oposto, observou-se aumento nas vendas de móveis e eletrodomésticos e de veículos. No setor de serviços observou-se contração de 1,8% no trimestre, segundo dados dessazonalizados da PMS, com redução nos serviços prestados às famílias, nos de transporte, armazenamento e correio, e no grupo de outros serviços.

Os dados de transações efetuadas com cartão de débito, compilados pela CIP/SLC, indicaram retração de 26,5% nas vendas do comércio nas duas primeiras semanas de abril, em comparação com igual período de março. Esse recuo, decorrente, sobretudo, dos impactos do surto de COVID-19, ocorreu com intensidade maior nos segmentos de vestuário e calçados, -84,9%, e de alojamento e

Gráfico 4.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais
Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

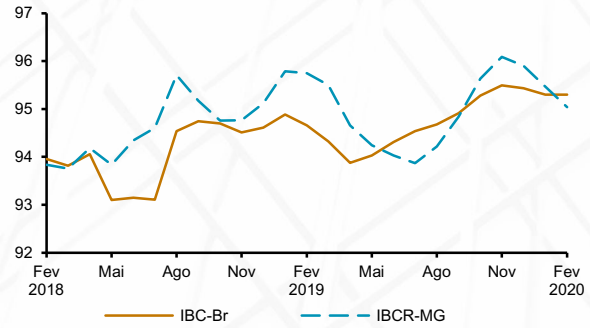
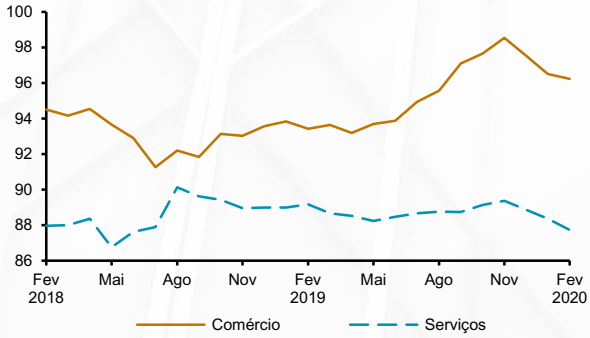
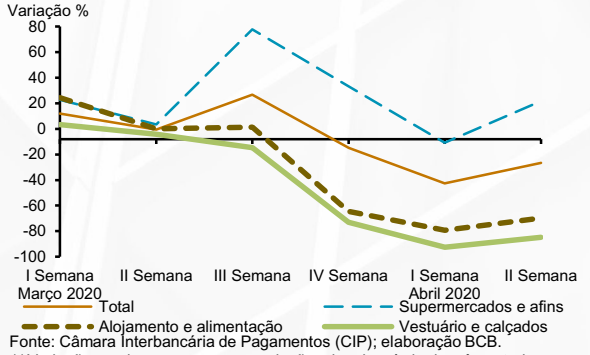


Gráfico 4.1.2 – Comércio e serviços – Minas Gerais
Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.1.3 – Vendas com cartão de débito – Minas Gerais[1/]
Variação %

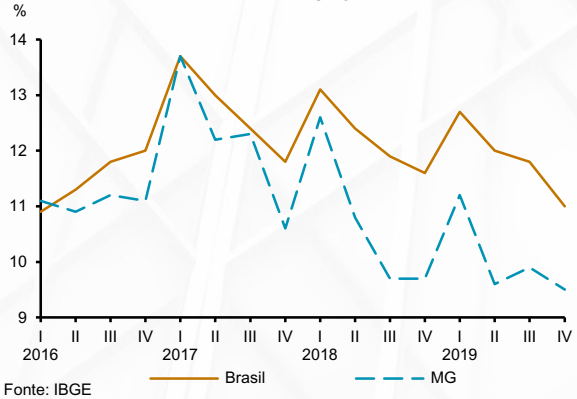


Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/ Variação em duas semanas, em relação a igual período do mês anterior.

alimentação, -69,8%. As vendas de supermercados e hipermercados, por sua vez, aumentaram 21,7% nesse período, variação superior à observada no país (17,1%) para esse segmento.

O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), recuou de 102,4 pontos em fevereiro, para 97,6 pontos em março, refletindo a mudança nas expectativas da população por conta das primeiras medidas de restrição na circulação de pessoas e funcionamento dos negócios com o objetivo de combater a disseminação da atual pandemia. Considerando que o indicador de março foi apurado entre os dias 29 de fevereiro e 26 de março, é de se esperar quedas adicionais na confiança do consumidor nos próximos meses, tendo em vista a evolução da pandemia e seus efeitos sobre o emprego e a renda.

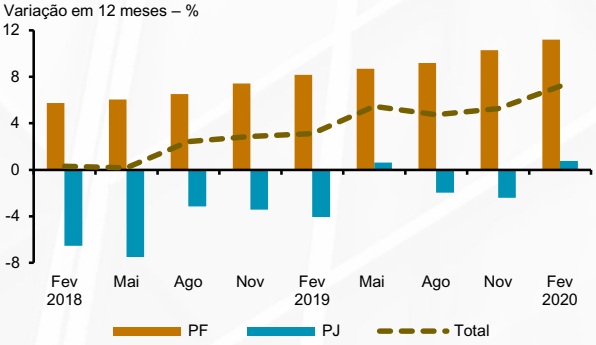
Gráfico 4.1.4 – Taxa de desocupação – Minas Gerais



Fonte: IBGE

Dados do mercado de trabalho mineiro, ainda se reportando ao final de 2019, mostraram expansão de 2,0% (201 mil pessoas) na população ocupada no quarto trimestre de 2019, em comparação com igual período de 2018, segundo a PNAD Contínua do IBGE. Houve aumento principalmente na categoria de pessoas que trabalham por conta própria (133 mil pessoas), distribuídas nos ramos de construção, comércio, transporte e serviços de alojamento e alimentação. Ressalta-se, adicionalmente, o acréscimo de 72 mil novos postos de trabalho na indústria geral. Com a expansão do emprego, a taxa de desocupação atingiu 9,5% no último trimestre de 2019, com decréscimo de 0,2 p.p. em relação ao mesmo período de 2018. Em relação ao rendimento do trabalho, observou-se elevação de 1,4% no rendimento médio real habitual, que, juntamente com o aumento no número de ocupados, resultou na expansão de 3,4% da massa de rendimento real.

Gráfico 4.1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais[1/]



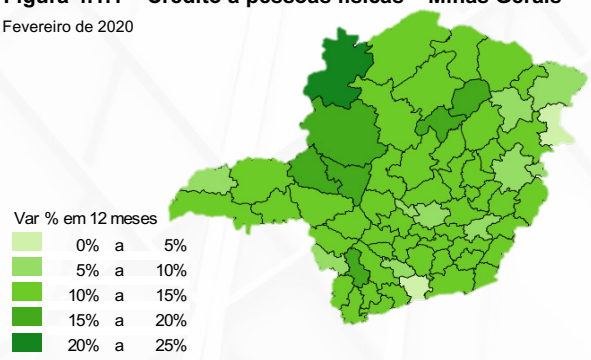
1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

O mercado de crédito em Minas Gerais voltou a apresentar aceleração da taxa de crescimento interanual, impulsionado tanto pelos empréstimos às famílias como pelos empréstimos às empresas. Os financiamentos do SFN no estado cresceram 7,2% em fevereiro, ante variação de 5,3% em novembro de 2019, com destaque para a expansão de 11,0% no segmento de crédito livre, enquanto os financiamentos com recursos direcionados aumentaram 2,7%. O crescimento da carteira de crédito às famílias evoluiu de 10,3% para 11,2% nesse período, impulsionada pelas operações de

crédito consignado, financiamento de veículos e financiamento imobiliário. O crédito às empresas reverteu a queda verificada no trimestre anterior, passando de variação negativa de 2,4% para acréscimo de 0,8%, impulsionado por operações de capital de giro e financiamentos de veículos. Cabe ressaltar que os impactos iniciais da pandemia de COVID-19 sobre a atividade regional, a partir de março, sugerem maior demanda por crédito pelas empresas. No sentido contrário, o crédito para as famílias deve desacelerar no trimestre iniciado em março, em especial, em financiamento de veículos e cartão de crédito à vista. Ilustrativamente, dados preliminares para março indicam crescimentos mensais respectivos de 0,5% e 9,5% para os saldos do crédito com recursos livres às pessoas físicas e jurídicas, comparativamente a aumentos mensais médios de 1,2% e 0,3%, observados nos últimos doze meses para esses segmentos, na ordem.

Figura 4.1.1 – Crédito a pessoas físicas – Minas Gerais[1/]

Fevereiro de 2020

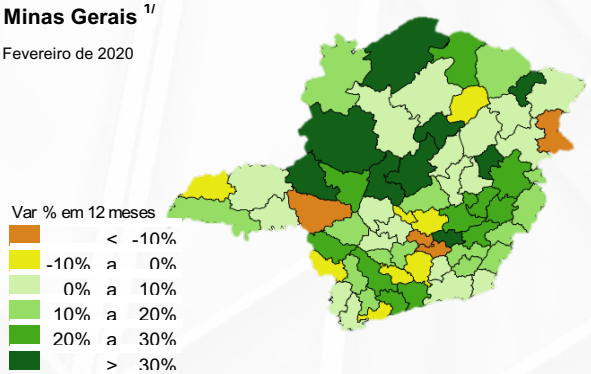


1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R$1 mil.

O crédito a pessoas físicas exibiu crescimento generalizado pelo estado, com aceleração maior no interior, onde a variação interanual alcançou 12,3% em novembro (11,2% em novembro). As maiores taxas de crescimento ocorreram nas microrregiões de Unaí e Paracatu, no noroeste de Minas, com a expansão dos financiamentos à atividade rural (crédito rural e financiamento a exportações), e na de Bocaiúva, no Norte do estado, alavancadas por financiamentos imobiliários e crédito consignado. Os empréstimos às famílias na capital cresceram 8,5% (8,2% em novembro), com destaque para a expansão nas linhas de financiamento imobiliário, crédito consignado, cartão de crédito à vista e financiamento de veículos.

Figura 4.1.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Minas Gerais [1/]

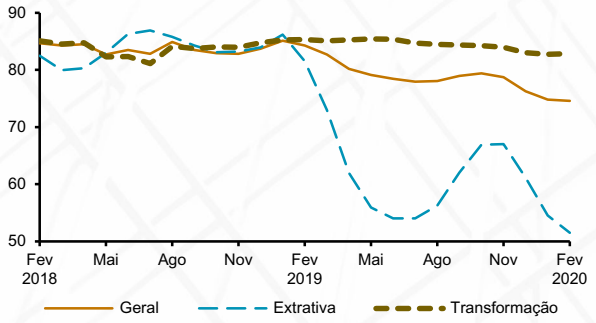
Fevereiro de 2020



Variação % dos saldos das operações com valor superior a R$1 mil.

O crédito a pessoas jurídicas manteve a característica de apresentar um padrão mais heterogêneo de evolução, com retração na capital e em algumas microrregiões do interior e crescimento nas demais microrregiões. O volume de crédito na área de Belo Horizonte contraiu 5,5% em fevereiro (-9,2% em novembro), com redução nas modalidades de financiamento à exportação e capital de giro. No interior, a taxa de crescimento dos financiamentos se intensificou, passando de 5,5% para 7,1%, destacando-se a evolução nas regiões de Pedra Azul (financiamento de veículos e de outros bens), Três Marias (financiamento de projeto e recebíveis) e Bocaiuva (financiamentos à exportação e de projetos). Em sentindo oposto, destacam-se as retrações nas microrregiões de Conselheiro Lafaiete (financiamentos agroindustriais), Itaguara (financiamento à exportação e de projetos) e Araxá (financiamento à exportação e de capital de giro).

Gráfico 4.1.6 – Produção industrial – Minas Gerais
Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.1.1 – Produção agrícola – Minas Gerais
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2019	2020	2020/2019
Grãos	31,9	14 450	14 769	2,2
Soja	17,1	5 166	5 704	10,4
Milho	10,0	7 522	7 369	-2,0
Feijão	3,0	537	495	-7,7
Outras lavouras				
Café	38,6	1 501	1 892	26,0

Fonte: IBGE
1/ Por valor da produção – PAM 2018.
2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2020.

Tabela 4.1.2 – Comércio exterior – Minas Gerais
Janeiro-Março

US$ milhões

Discriminação	Minas Gerais			Brasil
	2019	2020	Var. %	Var. %
Exportações	6 010	5 207	-13,4	-3,2
Básicos	3 504	2 948	-15,9	5,2
Industrializados	2 506	2 259	-9,8	-11,6
Importações	2 158	2 015	-6,6	4,3
Bens de capital	366	397	8,6	25,4
Bens Intermediários	1 290	1 154	-10,6	2,8
Bens de consumo	261	326	24,6	-2,4
Combustíveis e lubrificantes	241	139	-42,4	-8,5
Saldo comercial	3 852	3 191	-17,1	-38,4

Fonte: Ministério da Economia

Em relação aos indicadores de oferta, a indústria mineira registrou queda acentuada no trimestre encerrado em fevereiro, impactada fortemente pela menor extração de minério de ferro em decorrência da diminuição na produção de minas nas regiões de Itabira e São Gonçalo do Rio Abaixo, em parte, pelo excesso de chuvas no período. Dados com ajuste sazonal da PIM-PF, do IBGE, indicam contração de 5,3% na indústria geral nesse trimestre e de 23,2% na indústria extrativa.

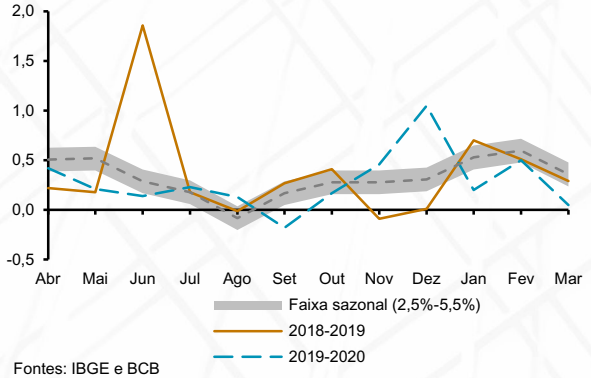
A indústria mineira diminuiu o otimismo em razão da pandemia de covid-19. O Icei-MG), divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), recuou 4,3 pontos em relação a dezembro, atingindo 60,2 pontos em março. Houve piora tanto nos índices de expectativas como nos de condições atuais.

A safra de grãos mineira deverá crescer 2,2% em 2020, alcançando novo recorde de produção. A estimativa para o ano é impulsionada pela perspectiva de expansão da produtividade da lavoura de soja, segundo o LSPA de março, do IBGE. Em sentido contrário, espera-se decréscimos nas colheitas de feijão e milho, em decorrência de queda na área plantada. Para 2020 estima-se, ainda, aumento de 26,0% na colheita do café, em ano de alta produtividade, e de 4,7% na da cana-de-açúcar, que deve alcançar 77,8 milhões de toneladas, superando o recorde de produção de 2013 (71,6 milhões de toneladas).

As exportações de Minas Gerais recuaram 13,4% no primeiro trimestre de 2020, em relação a igual período de 2019, refletindo a queda na produção de minério de ferro, que resultou na contração de 21,8% nas vendas externas desse item. A retração nos embarques externos dos demais produtos mineiros atingiu 9,3%, influenciada pelos menores embarques de café, celulose e de ferro-ligas. As importações mineiras diminuíram 6,6% no período, com destaque para a redução nas aquisições de carvão mineral e veículos de carga. Como resultado desses fluxos, o saldo do comércio exterior do estado diminuiu 17,1% no período, apresentando *superavit* de US$3,2 bilhões.

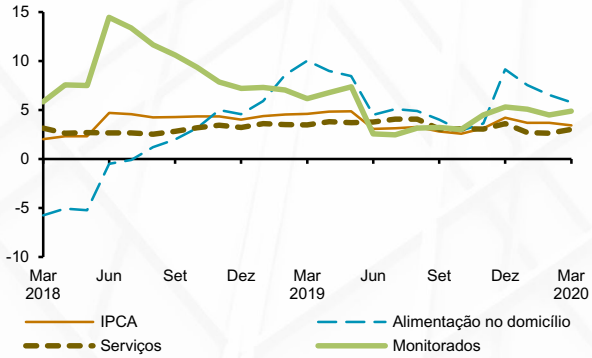
A inflação na RMBH desacelerou no primeiro trimestre de 2020, com a tendência de normalização nos preços da carne e do feijão carioca, que haviam pressionado sobremaneira o resultado de dezembro. O IPCA da RMBH evoluiu de 1,69%, no último

Gráfico 4.1.7 – IPCA RMBH – Padrão sazonal
Variação % mensal



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 4.1.8 – IPCA RMBH
Variação % acumulada em 12 meses



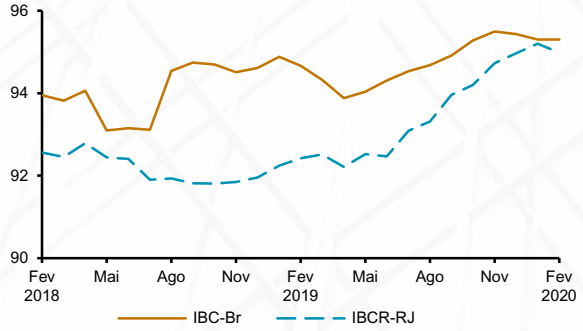
Fontes: IBGE e BCB

trimestre de 2019, para 0,75%, com destaque para o grupo alimentação no domicílio, que registrou variação de 2,41% (6,81% no trimestre anterior). Destacou-se, adicionalmente, a moderação na variação dos preços de serviços (de 1,08% para 0,63%) e de itens com preços administrados (de 0,79% para 0,24%). O índice de difusão atingiu 55,1%, ante 54,1% no trimestre anterior.

A inflação acumulada em doze meses na RMBH, medida pelo IPCA, atingiu 3,43% em março, ante 4,20% em dezembro de 2019. Como destacado anteriormente, o principal fator para o arrefecimento no comportamento dos preços foi o grupo alimentação em domicílio, que registrou variação de 5,77% (ante 9,14% em dezembro). O grupo de produtos com preços administrados registrou variação de 4,89%, serviços, 2,71% e bens industrializados, 1,56%.

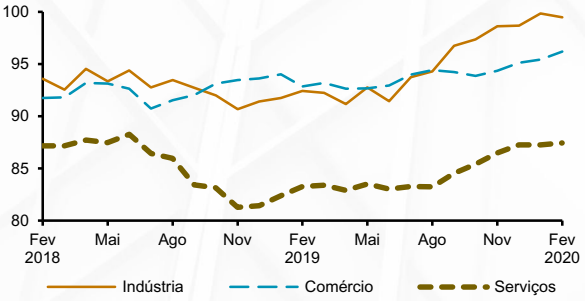
4.2 Rio de Janeiro

Gráfico 4.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



A atividade econômica fluminense continuou em trajetória de crescimento no trimestre terminado em fevereiro, registrando o quinto trimestre consecutivo de expansão. O movimento foi ancorado nos resultados positivos da indústria extrativa, do comércio e do setor de serviços, beneficiados tanto pela continuidade da expansão do crédito quanto pela recuperação gradual do mercado de trabalho. Nesse cenário, o IBCR-RJ variou 0,3% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando expandira 1,5%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados com ajuste sazonal. Considerados intervalos de doze meses, o indicador cresceu 1,8% em fevereiro (+1,3% em novembro). A despeito desse desempenho, a recuperação da atividade no estado será fortemente impactada a partir de março, como consequência dos efeitos da atual pandemia.

Gráfico 4.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

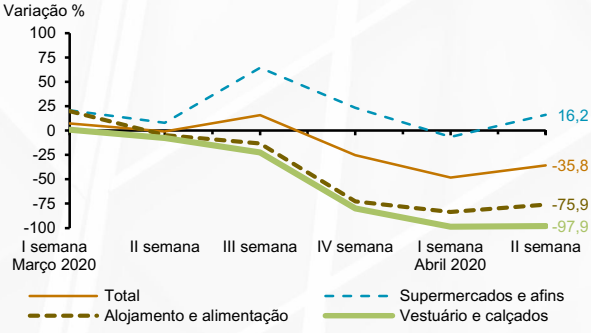


Fonte: IBGE

No âmbito da demanda, o volume de serviços não financeiros no estado variou 1,1% no trimestre encerrado em fevereiro, após ter registrado aumento de 3,9% no trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da PMS/IBGE. O desempenho no trimestre refletiu, sobretudo, a expansão em transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (7,5%).

Em linha com o setor de serviços, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE, o comércio ampliado avançou 1,9% no trimestre finalizado em fevereiro (-0,1% no trimestre encerrado em novembro). O resultado na margem repercutiu, em grande parte, os acréscimos das vendas de veículos e motos, partes e peças, 3,7%, e de móveis e eletrodomésticos, 8,1%.Houve aumento de vendas em metade dos dez segmentos pesquisados.

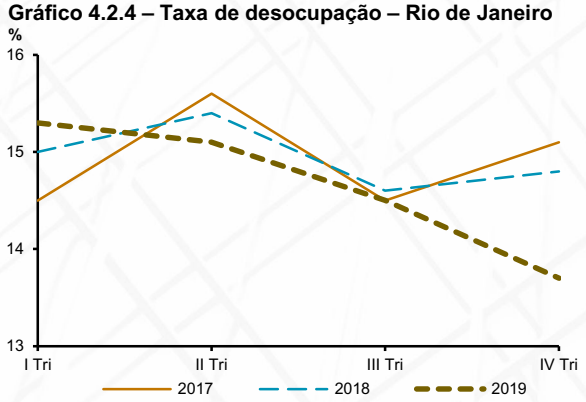
Gráfico 4.2.3 – Vendas com cartão de débito – Rio de Janeiro[1/]
Variação %



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior.

Dados mais avançados, contudo, já repercutem os efeitos do surto de COVID-19 em segmentos do comércio e de serviços. Nas duas primeiras semanas de abril, comparativamente ao mesmo período de março, o volume de aquisições de bens e serviços, através do uso de cartões de débito, recuou 35,8% no estado, segundo dados da CIP/SLC, com destaque para as quedas nos setores de alojamento e alimentação, -75,9%, postos de combustíveis, -45,1%, e veículos (vendas, peças e serviços), -55,1%. Como esperado, o único setor com incremento no faturamento, no período, foi o de supermercados e afins (inclui "atacarejo"), com alta de 16,2%.

Gráfico 4.2.4 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

A recuperação observada no consumo das famílias até o trimestre finalizado em fevereiro foi, em parte, reflexo da melhora do mercado de trabalho, embora este ainda permaneça com alto nível de ociosidade. De acordo com dados dessazonalizados da PNAD Contínua, do IBGE, no quarto trimestre de 2019, a taxa de desemprego no estado (14,1%) apresentou recuo em relação ao patamar do trimestre anterior (14,7%), consequência do aumento de 0,7% da população ocupada conjugada com a estabilidade da força de trabalho no período.

O recuo da taxa de desemprego no estado também é verificado na base de comparação interanual. No quarto trimestre de 2019, a taxa de desemprego diminuiu 1,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Quanto aos níveis de remuneração, segundo a PNAD Contínua, o rendimento médio habitual real e a massa salarial real variaram 5,1% e 7,2%, respectivamente, na mesma base de comparação.

Dados relativos ao emprego formal, como o índice de emprego formal dessazonalizado, calculado a partir dos dados do Caged, também indicam melhora do mercado de trabalho no estado, com expansão de 0,3% do emprego formal no trimestre finalizado em dezembro. Considerando-se os últimos doze meses, foram abertos 13,6 mil postos de trabalho formais.

O mercado de crédito no estado apresentou dinâmica favorável no trimestre terminado em fevereiro, com expansão nos empréstimos destinados tanto a pessoas físicas quanto jurídicas. O saldo total das operações superiores a R$1 mil aumentou 1,2% no trimestre, após elevação de 2,0% no trimestre encerrado em novembro. A carteira de pessoas físicas expandiu 2,1%, com destaque para as modalidades crédito consignado, financiamentos de veículos e financiamentos imobiliários. No mesmo sentido, as operações contratadas por pessoas jurídicas cresceram 0,6%. Os impactos econômicos da atual pandemia tendem a alterar o ritmo de crescimento e a composição do crédito no estado. Dados preliminares para março indicam que os saldos de crédito com recursos livres para as pessoas físicas e jurídicas variaram, no mês, -0,5% e 14,7%, respectivamente (+1,2% e -0,8% na média mensal dos últimos doze meses para esses segmentos, na ordem).

Sob a ótica da oferta, a atividade industrial no estado manteve sua trajetória de crescimento no trimestre finalizado em fevereiro, 0,9%, registrando a sua

Tabela 4.2.1 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro

Novos postos

	Acumulado no trimestre (em mil)[1/]				
Discriminação	2018	2019			
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Total	-1,3	-9,5	3,8	22,9	-3,6
Indústria de transformação	-4,7	-2,2	-0,3	2,2	-3,5
Comércio	18,2	-15,5	-2,4	5,9	20,1
Serviços	-10,4	5,2	2,8	12,5	-14,2
Construção civil	-1,1	2,8	1,0	3,9	-4,9
Agropecuária	-3,6	0,0	2,8	-1,6	-1,2
Serviços ind. utilidade pública	0,1	0,3	-0,4	0,0	0,3
Outros[2/]	0,2	-0,0	0,3	-0,0	0,0

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 4.2.2 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

		Variação % no período		
Setores	Pesos[1/]	2019	2020	
		Nov[2/]	Fev[2/]	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	4,6	0,9	4,0
Indústrias extrativas	28,1	8,2	2,1	19,1
Indústrias de transformação	71,9	1,9	-1,5	-3,3
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	10,3	-3,0	4,3
Metalurgia	10,4	2,5	10,9	-9,4
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	-0,4	0,6	-4,1
Bebidas	3,9	-5,6	1,5	-0,7

Fonte: IBGE

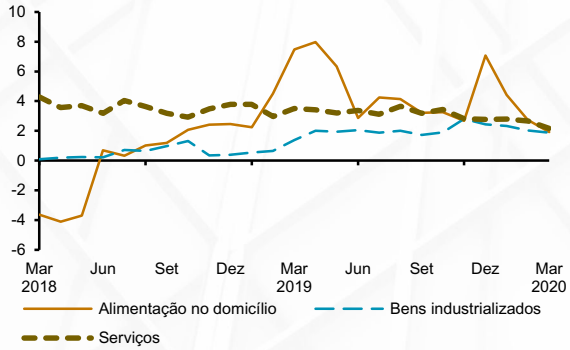
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

quinta alta consecutiva. O resultado do período refletiu a expansão da indústria extrativa, 2,1%, que recentemente tem alcançado recordes históricos de produção de petróleo no estado. Por outro lado, a indústria de transformação recuou 1,5%, impactada pelo decréscimo da produção de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, 3,0%.

Apesar da melhora na produção industrial, os empresários estão menos otimistas nos últimos meses. Depois de atingir 63,5 pontos no final de 2019, o Icei da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) recuou para 59,4 pontos em março, em linha com o aumento das incertezas na economia com o avanço da COVID-19 no mundo.

Gráfico 4.2.5 – Evolução dos preços livres – Rio de Janeiro
Variação % em 12 meses



Os efeitos da atual pandemia na economia regional foram evidenciados no indicador de abril[12], quando a confiança dos empresários recuou de forma expressiva. O Icei atingiu 33,9 pontos, o nível mais baixo da série histórica iniciada em janeiro de 2010.

A balança comercial fluminense apresentou *deficit* de US$1,3 bilhão no primeiro trimestre de 2020 (*superavit* de US$1,2 bilhão em igual período de 2019), de acordo com o ME, refletindo, fundamentalmente, o incremento das importações, 54,7%, com ênfase na elevação do *quantum* (36,0%), destacando-se o aumento nas aquisições de bens de capital, principalmente as importações relacionadas à cadeia de petróleo e gás. As exportações aumentaram 3,2%, ressaltando-se a expansão nas vendas de petróleo.

No âmbito fiscal, os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro totalizaram *deficit* nominal de R$8,8 bilhões nos últimos doze meses encerrados em fevereiro (R$11,5 bilhões no ano de 2019). Essa melhora refletiu, em grande parte, o desempenho do resultado primário dos entes governamentais, que passou de *deficit* de R$0,7 bilhão para *superavit* de R$1,8 bilhão, favorecido pelo aumento de 1,0% na arrecadação de ICMS e nas transferências da União ao estado. Paralelamente, os juros nominais somaram R$10,6 bilhões, ante R$10,9 bilhões em 2019 (decréscimo de 2,3%). A dívida líquida atingiu R$189,7 bilhões em fevereiro, expandindo 2,5% em relação a dezembro de 2019.

O IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), divulgado pelo IBGE, variou 0,49% no primeiro trimestre de 2020, ante 1,64% no quarto

12/ Pesquisa com período de coleta de 1 a 14 de abril.

Tabela 4.2.3 – IPCA – Rio de Janeiro

Variação % trimestral

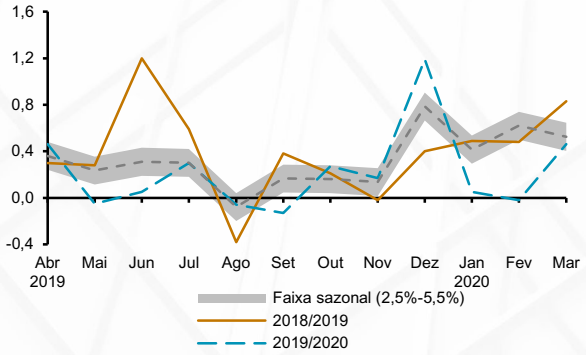
Discriminação	Pesos[1/]	2019			2020
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	0,46	0,11	1,64	0,49
Livres	70,2	-0,03	-0,15	1,88	0,35
Alimentação no domicílio	13,1	-0,61	-2,78	5,34	0,13
Bens industrializados	19,0	0,97	0,16	0,50	0,24
Serviços	38,1	-0,25	0,62	1,31	0,48
Monitorados	29,8	1,61	0,71	1,09	0,82

Fonte: IBGE

1/ Referente a março de 2020.

Gráfico 4.2.6 – IPCA RMRJ – Padrão sazonal

Variação % mensal



Fontes: IBGE e BCB

trimestre de 2019. O indicador encontra-se em nível inferior ao da mediana histórica relativa ao período de 2014 a 2019 e da variação observada no primeiro trimestre do ano anterior (1,81%). O resultado refletiu, em grande parte, o arrefecimento dos preços de alimentação no domicílio, de 5,34% para 0,13%, principalmente do item carnes. A inflação no setor de serviços desacelerou para 0,48% no trimestre, após elevação de 1,31% no trimestre anterior, destacando-se os arrefecimentos dos preços de passagem aérea, condomínio e refeição. Em trajetória similar, os preços dos serviços subjacentes desaceleraram de 1,23% para 0,67% nos trimestres mencionados. O índice de difusão médio alcançou 52,8% no período, ante 53,4% no trimestre anterior.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMRJ variou 2,72% em março, ante 4,86% em março de 2019, repercutindo os impactos das desacelerações dos preços de alimentação no domicílio, de 7,48% para 1,91%, e dos preços monitorados, de 7,53% para 4,29%.

4.3 São Paulo

A economia paulista mostrou tendência de expansão até fevereiro de 2020, com relativo arrefecimento da atividade nos primeiros meses do ano. Prospectivamente, contudo, impactos expressivos da COVID-19 sobre a economia local devem prevalecer nos próximos meses, como já evidenciam indicadores de frequência diária ou semanal, de maior tempestividade relativos a março e primeiras semanas de abril.

O PIB paulista cresceu 2,5% em 2019, segundo dados da Fundação Seade, resultado superior à média nacional, influenciado pelo bom desempenho dos setores de serviços (3,3%) e construção civil (3,6%). Avançando um pouco mais, o IBCR-SP mostrou recuo de 0,3% no trimestre encerrado em fevereiro de 2020 em relação ao finalizado em novembro de 2019, quando crescera 0,7%, nas mesmas bases de comparação.

As vendas do comércio ampliado diminuíram 0,7% em fevereiro na comparação trimestral com novembro, quando avançaram 0,5% no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC/IBGE, com destaque para os recuos nos segmentos de combustíveis e lubrificantes (7,7%) e de hipermercados e supermercados (2,4%). Corroborando a desaceleração dos indicadores de demanda no período, o volume de serviços não financeiros recuou 0,1% no trimestre encerrado em fevereiro em relação ao trimestre terminado em novembro, quando crescera 1,9%, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE. Sobressaíram as variações nos segmentos de serviços profissionais, administrativos e complementares (-4,5%) e dos prestados às famílias (-1,7%).

Dados dessazonalizados da Fenabrave referentes ao mês de março indicaram expressiva queda das vendas de veículos na margem. O número de licenciamentos de automóveis e veículos comerciais leves recuou 44% no mês em relação a fevereiro, refletindo os primeiros efeitos da pandemia de COVID-19. No acumulado de doze meses até março de 2020, o número de licenciamentos decresceu 2,3%.

Os dados de transações comerciais efetuadas com cartão de débito, da CIP/SLC, indicaram recuo de 25,4% nas vendas de segmentos do comércio e de serviços nas duas primeiras semanas de abril, na comparação com igual período de março,

Gráfico 4.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

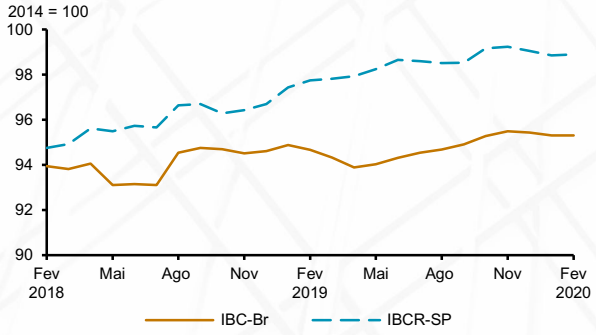
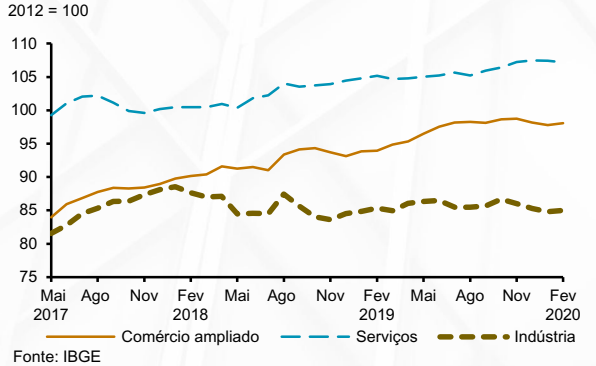
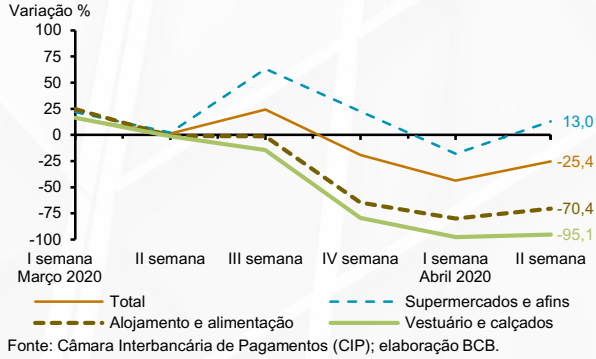


Gráfico 4.3.2 – Comércio, serviços e indústria – São Paulo
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



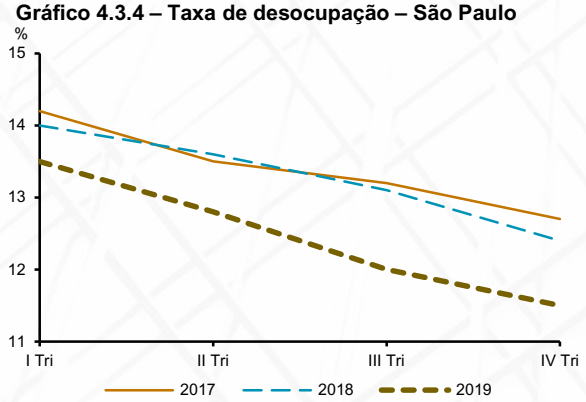
Fonte: IBGE

Gráfico 4.3.3 – Vendas com cartão de débito – São Paulo[1/]
Variação %



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior

Gráfico 4.3.4 – Taxa de desocupação – São Paulo



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Tabela 4.3.1 – Evolução do emprego formal – São Paulo

Novos postos de trabalho

	Acumulado no trimestre (em mil)[1/]				
Discriminação	2018	2019			
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Total	-79,4	69,0	74,5	89,7	-70,4
Indústria de transformação	-47,9	33,1	-1,5	5,2	-49,4
Comércio	36,1	-29,2	2,6	18,9	41,4
Serviços	-20,8	63,7	29,1	50,9	-22,3
Construção civil	-11,1	5,9	5,9	8,8	-5,4
Agropecuária	-25,2	-10,6	35,0	5,8	-27,8
Serv. industr. de utilidade pública	-0,2	-0,2	2,3	-0,5	0,9
Outros[2/]	-10,3	6,2	1,0	0,6	-7,9

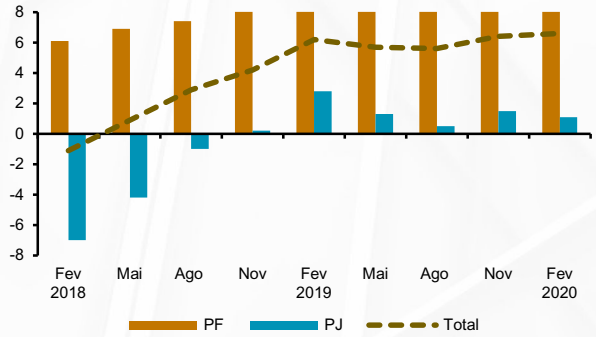
Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.3.5 – Evolução do saldo das operações de crédito[1/] – São Paulo

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

refletindo com mais intensidade os impactos da COVID-19. Destacaram-se as quedas nos setores de vestuário e calçados, 95,1%, e de alojamento e alimentação, 70,4%. Em sentido contrário, as vendas de supermercados e hipermercados aumentaram 13,0% nesse período, possivelmente como reflexo da maior demanda por alimentação no domicílio.

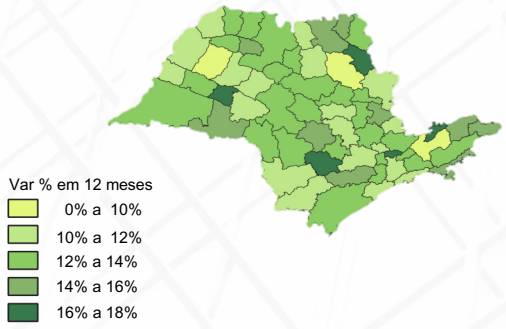
O desempenho do mercado de trabalho, ainda reportando dados do final de 2019, continuou consistente com a retomada gradual da atividade econômica que vinha sendo observada em São Paulo. A taxa de desocupação, medida pela PNAD Contínua, do IBGE, recuou para 11,5% no quarto trimestre de 2019 (12,4% em igual trimestre de 2018), resultado do crescimento de 2,6% da ocupação e de 1,5% da força de trabalho. Quanto aos indicadores de remuneração, o rendimento real caiu 1,8% e a massa salarial avançou 1,5%, na mesma base de comparação. Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desocupação recuou para 12,1% no quarto trimestre de 2019 ante 12,2% no trimestre anterior. O mercado de trabalho formal também apresentou resultados positivos em 2019, com a criação de 162,6 mil empregos formais ante 122,5 em 2018.

Refletindo o crescimento gradual da economia e condições de empréstimos mais favoráveis, o mercado de crédito no estado expandiu em fevereiro, apresentando aumentos de 2,6% no trimestre e de 12,1% em doze meses no saldo de pessoas físicas com destaque para as modalidades crédito pessoal, financiamento imobiliário e financiamento de veículos. Quanto ao crédito às pessoas jurídicas, a carteira cresceu 0,3% no trimestre e 1,1% em doze meses, condicionada principalmente pelos descontos de títulos, capital de giro e financiamento de veículos. Ressalta-se que os desdobramentos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade econômica a partir do mês de março tendem a alterar a composição e o ritmo de expansão dos estoques de crédito. Dados preliminares para março indicam variações mensais de -0,3% e 8,2% para os saldos do crédito com recursos livres às pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, em comparação a 1,2% e 0,9% de aumento médio mensal observado nos últimos doze meses para esses segmentos, na ordem.

Por microrregião, Itapetininga, Tupã e Batatais destacaram-se com as maiores variações da carteira de crédito às pessoas físicas em doze meses, condicionadas principalmente por financiamento imobiliário, crédito pessoal e custeio rural. Quanto

Figura 4.3.1 – Crédito a pessoas físicas – São Paulo[1/]

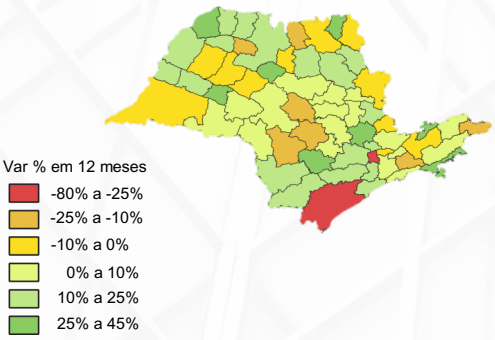
Fevereiro de 2020



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R$1 mil.

Figura 4.3.2 – Crédito a pessoas jurídicas – São Paulo[1/]

Fevereiro de 2020

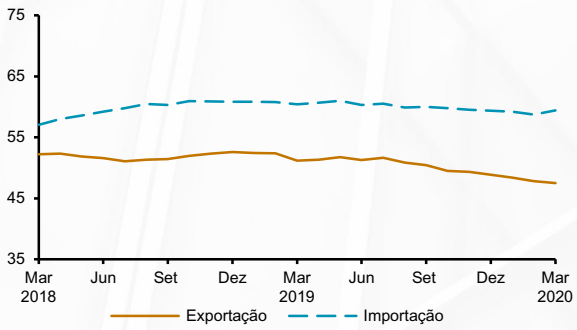


1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R$1 mil.

Gráfico 4.3.6 – Balança comercial – São Paulo

Acumulado em 12 meses

US$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia

à carteira de pessoas jurídicas, as maiores variações concentraram-se em Ituverava, Campos do Jordão e Campinas, especialmente em função das modalidades recebíveis adquiridos, financiamentos à exportação e capital de giro, enquanto Registro apresentou a maior retração (financiamentos de projetos).

A atividade da indústria do estado, segundo dados dessazonalizados divulgados pela PIM-PF/IBGE, recuou 1,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em comparação à alta de 0,6% do trimestre encerrado em novembro, com oito dos dezoito setores apresentando queda da atividade – destacadamente outros equipamentos de transporte, veículos automotores e alimentos.

O recuo na margem da atividade industrial pouco impactou o total de horas trabalhadas na produção que aumentou 0,4% no trimestre encerrado em fevereiro em comparação à alta de 0,2% do finalizado em novembro, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O nível de ociosidade continua elevado, com o Nuci alcançando 75,4 no trimestre encerrado em fevereiro, acima dos 75,1 observados em novembro. O fraco desempenho do setor associado às incertezas das condições atuais, principalmente no que tange à economia brasileira, e às perspectivas futuras refletiram-se na confiança do empresário industrial, que recuou de 62,4 em dezembro para 57,6 em março.

O *deficit* da balança comercial do estado aumentou de US$2,9 bilhões, no primeiro trimestre de 2019, para US$4,3 bilhões, em igual período de 2020. O comportamento refletiu a contração de 12,1% das exportações, resultante de variações de -2,0% nos preços e de -10,4% no *quantum*, com destaque para a retração das vendas de óleos brutos de petróleo, principalmente para o Uruguai e China, de máquinas e aparelhos para terraplanagem e perfuração, automóveis de passageiros, em especial para a Argentina, além de motores e turbinas para aviação e aviões. O crescimento de 0,5% das importações, resultante de variações de -0,5% nos preços e 1,1% no *quantum*, refletiu aumento nas aquisições de bens intermediários, além de combustíveis e lubrificantes. A pandemia de covid-19 tende a diminuir os fluxos de exportações e importações do estado nos próximos meses, com perspectiva de efeito líquido positivo sobre o saldo comercial.

Na margem, o IPCA da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) variou 0,65% no primeiro trimestre

Tabela 4.3.2 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos[1/]	2019		2020	
		Ano	IV Tri	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	4,58	1,78	0,65	3,60
Livres	76,0	4,08	1,97	0,73	3,06
Alimentação no domicílio	12,0	7,63	5,87	1,34	4,76
Bens industrializados	22,1	2,06	1,10	-0,32	0,75
Serviços	41,9	3,98	1,07	1,10	3,78
Monitorados	24,0	5,98	1,23	0,41	5,12
Principais itens					
Alimentação	18,3	6,59	4,15	1,37	5,16
Habitação	16,5	4,99	-0,63	0,74	4,98
Artigos de residência	3,4	-0,11	-0,83	-1,53	-2,85
Vestuário	3,9	1,20	1,16	-1,41	0,06
Transportes	20,0	4,12	2,70	-0,48	1,44
Saúde	13,2	5,49	1,05	0,71	5,06
Despesas pessoais	11,7	3,71	1,76	0,46	3,49
Educação	7,3	4,86	0,38	4,38	5,52
Comunicação	5,7	1,14	0,36	0,52	1,89

Fonte: IBGE

1/ Referente a março de 2020.

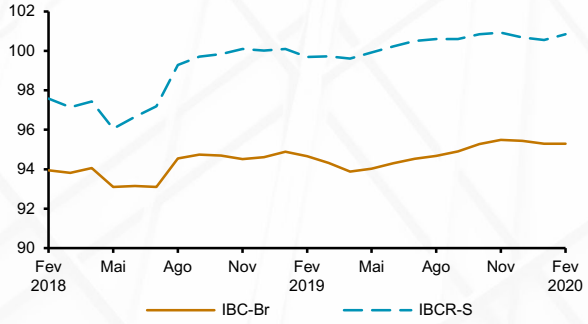
de 2020 (1,78% no último trimestre de 2019). O resultado decorreu, principalmente, da desaceleração dos preços livres, de 1,97% para 0,73%, destacando-se a menor variação dos preços de alimentação no domicílio, de 5,87% para 1,34%, e a reversão da variação dos preços de bens industriais, de 1,10% para -0,32%. No segmento de preços monitorados, sobressaiu o movimento do preço da gasolina, que registrou reversão de 5,62% para -0,49%.

No acumulado em doze meses, o IPCA da RMSP aumentou 3,60% em março de 2020 (4,58%, em março de 2019). A desaceleração foi influenciada pelo menor ritmo de variação dos preços livres, que passaram de 4,01% para 3,06%, com destaque para o recuo na variação dos preços de alimentação no domicílio, de 9,33% para 4,76%. A variação dos preços monitorados também recuou de 6,23% para 5,12%, no período considerado.

Região Sul

5

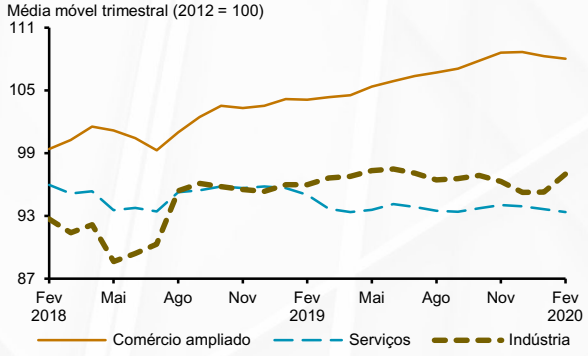
Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



A atividade econômica do Sul reflete o ambiente de grande incerteza em decorrência da pandemia de COVID-19, que deverá impactar negativamente, de forma significativa, os indicadores da região. No dia 16 de abril, havia 2,5 mil casos da doença notificados em 265 dos 1.191 municípios do Sul, que representam 73,9% do PIB e 70,1% da população (Contas Regionais 2017 do IBGE). No entanto, a maior parte do conjunto de informações disponíveis para esta edição do Boletim Regional ainda não evidencia o agravamento da situação, seja pela frequência mensal dos dados, seja pela menor tempestividade. Contudo, indicadores antecedentes de frequência diária e menor defasagem de divulgação já sinalizam magnitudes expressivas dos efeitos do surto sobre a economia.

Considerando dados até fevereiro, o IBCR-S registrou pequena retração no trimestre (-0,1%), na comparação com o trimestre finalizado em novembro, quando avançara 0,3%, dados dessazonalizados. Na avaliação de mais longo prazo, a região cresceu 1,7% em doze meses até fevereiro, em relação a igual período anterior.

Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria – Sul
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)

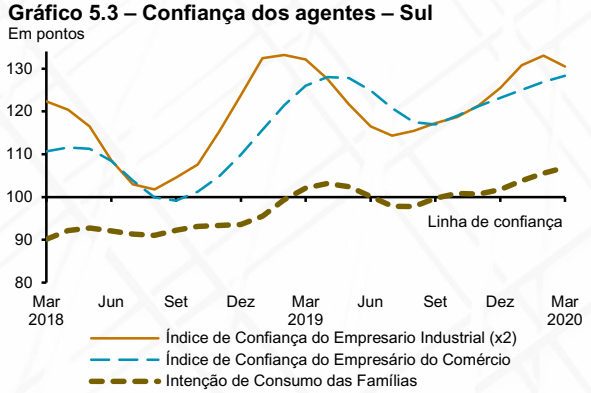


Fonte: IBGE

No âmbito dos indicadores de demanda, as vendas do comércio recuaram 0,5% no trimestre encerrado em fevereiro, com diminuições em seis dos dez segmentos analisados. A evolução contrasta com o avanço de 1,8% no trimestre finalizado em novembro, dados dessazonalizados. Em doze meses até fevereiro, houve acréscimo de 4,3% das vendas no varejo ampliado, e expansão em oito das dez atividades. Com exceção das vendas de produtos alimentícios, supermercados e hipermercados, e de produtos farmacêuticos, o comércio deverá registar forte queda pelos impactos da pandemia do novo coronavírus.

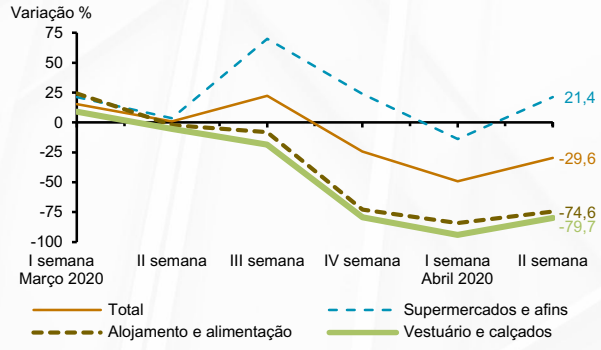
Dados mais recentes da Fenabrave já mostram esses impactos. Considerando apenas março, os recuos das vendas de veículos atingiram 46,8% em comparação a fevereiro, dados corrigidos para a sazonalidade, e 29,8%, relativamente a março do ano anterior.

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul



Fontes: CNI e CNC

Gráfico 5.4 – Vendas com cartão de débito – Sul[1/]



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.

1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior.

Na pesquisa qualitativa dos sentimentos dos agentes, em sondagem feita no mês anterior ao de referência, os empresários do comércio mantiveram-se confiantes no primeiro trimestre – o Icec da CNC atingiu média de 128,3 pontos[13], com avaliações positivas em oito dos nove componentes do índice (exceto situação atual dos estoques). Da mesma forma, as famílias avaliaram positivamente quatro dos sete componentes do ICF (emprego e renda atuais e perspectivas profissionais e de consumo futuro), que totalizou 106,9 pontos no trimestre. Ressalte-se que na fase de coleta de dados ainda não havia a crise da COVID-19, o que levará a reavaliações baixistas tanto dos empresários quanto dos consumidores.

O volume de serviços não financeiros decresceu 0,7% no trimestre encerrado em fevereiro, anulando a alta observada no período finalizado em novembro e confirmando a flutuação nos resultados de curto prazo. O desempenho trimestral foi mitigado pela alta nos serviços de transporte, em razão do início da colheita da safra de verão. Em doze meses, o setor aprofundou a retração, de 1,2% em novembro para 1,6% em fevereiro.

Assim como as vendas varejistas, também a atividade de serviços deverá repercutir os impactos da pandemia, com destaque para os serviços prestados às famílias e turísticos.

Dados de transações com cartão de débito da CIP/SLC revelam recuou de 29,6% das vendas nominais nas duas primeiras semanas de abril, em relação às duas primeiras de março. As maiores retrações foram registradas nas receitas do comércio de vestuário e calçados e de serviços de alojamento e alimentação, respectivamente 79,7% e 74,6%. De outra parte, o comércio de supermercados e afins expandiu 21,4% no intervalo e compôs 44,6% do total das vendas com o uso do cartão de débito em abril. Observe-se que para várias atividades a retração semanal mais acentuada ocorreu na última semana de março, com recuperação modesta a partir de então.[14]

As estatísticas mais recentes do mercado de trabalho ainda reportam movimentos do final do ano passado. No segmento formal, dados do Caged, dessazonalizados, evidenciam crescimento de 0,6% no nível de emprego no quarto trimestre de 2019, na comparação com o trimestre imediatamente anterior. No ano, foram criados 135 mil postos de trabalho

13/ 100 pontos indicam neutralidade. Pesquisa realizada no período entre 20.2.2020 e 5.3.2020.

14/ Informações disponíveis até 13.4.2020. Para mais detalhes, ver boxe Impactos da COVID-19 nas regiões.

Tabela 5.1 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

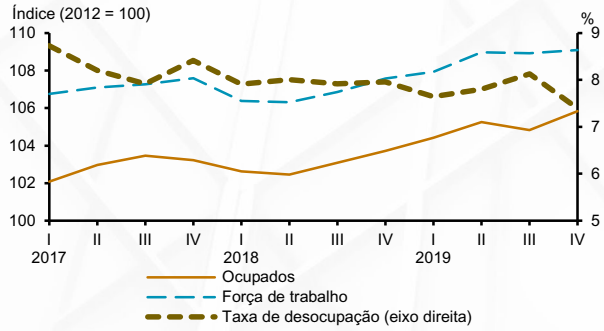
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil)[1/]				
	2018	2019			
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Total	-21,0	106,0	0,9	37,5	-9,5
Indústria de transformação	-39,9	58,6	-4,9	-3,5	-33,2
Comércio	30,7	-6,3	-5,8	9,1	35,6
Serviços	1,8	31,6	17,6	25,2	4,4
Construção civil	-8,1	5,6	5,8	5,9	-8,8
Agropecuária	0,4	10,9	-12,6	0,1	-0,4
Serviços ind. de utilidade pública	0,2	0,5	0,1	0,0	-0,3
Outros[2/]	-6,0	5,2	0,8	0,8	-6,6

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.5 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Sul [1/]

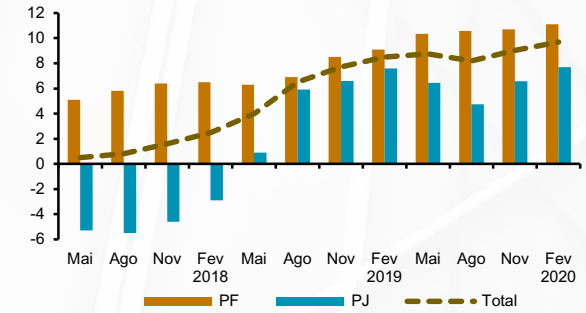


Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.6 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul[1/]

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$ 1 mil.

formais, 40 mil a mais que em 2018, com avanços em todos os setores, à exceção da agropecuária, especialmente no segmento de serviços.

A taxa de desocupação no Sul atingiu 6,8% no último trimestre de 2019, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, que abrange o mercado formal e o informal, apresentando melhoria relativamente ao mesmo período de 2018, 7,3%. O avanço interanual resultou do maior crescimento da população ocupada no ano (2,1%) em relação ao aumento da força de trabalho (1,5%). Esse mesmo processo caracterizou a redução da desocupação de 8,1% no terceiro trimestre para 7,4% no quarto, retirados os efeitos sazonais. A comparação interanual revela ainda crescimento real de 3,6% na massa salarial, acima da brasileira (2,5%).

Considerando o grupo composto por empregados informais, desocupados e trabalhadores por conta própria – segmentos mais vulneráveis à crise sanitária –, estima-se que 6,1 milhões de pessoas no Sul (37,6% da FT) serão as mais impactadas pelos efeitos da COVID-19.[15]

O saldo das operações de crédito atingiu R$670,45 bilhões em fevereiro, com a expansão interanual de 9,7% refletindo aumentos de 11,1% e 7,7% nos estoques a pessoas físicas e jurídicas, respectivamente. Destacaram-se os crescimentos de 16,5% no capital de giro a empresas e de 6,8% nos financiamentos imobiliários às famílias, na mesma base de análise. A inadimplência nas operações com PJ atingiu 1,8% da carteira, queda de 0,3 p.p. em relação a fevereiro de 2019. A inadimplência de PF, por sua vez, aumentou 0,3 p.p. no intervalo, para 2,7%. Cabe ressaltar que os impactos iniciais da pandemia de COVID-19 sobre a atividade regional, a partir de março, sugerem maior demanda por crédito pelas empresas visando liquidez e manutenção de contratos. No sentido contrário, a demanda por crédito pelas famílias tende a desacelerar nos próximos meses. Ilustrativamente, dados preliminares para março indicam variações mensais de -0,2% e 8,0% para os saldos de crédito com recursos livres às pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, comparativamente aos aumentos médios mensais de 1,3% e 1,5% observados nos últimos doze meses para esses segmentos, na ordem.

A produção de grãos tende a ser menos afetada pela COVID-19, contribuindo para atenuar os impactos

15/ Critério análogo ao adotado em estudo do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul (DEE/Seplag).

Tabela 5.2 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]	Variação %
		2020	2020/2019
Grãos	75,6	75 017	-2,9
Soja	50,6	36 509	-1,5
Milho	11,1	23 350	-7,0
Arroz	7,7	8 756	4,6
Trigo	3,7	4 186	-8,3
Feijão	1,8	815	17,0
Outras lavouras			
Fumo	7,0	675	-8,2
Mandioca	3,2	4 587	4,1
Cana-de-açúcar	2,9	42 287	3,4
Uva	1,4	856	10,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2020.

Tabela 5.3 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Variação % no período

Discriminação	Pesos[1/]	2019	2020	
		Nov[2/]	Fev[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,2	0,7	2,8
Produtos alimentícios	19,7	1,7	2,8	4,5
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	0,0	-4,3	13,2
Máquinas e equipamentos	8,8	-4,7	-3,5	-2,1
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	-11,0	16,3	-2,3
Outros produtos químicos	5,7	-7,1	-3,3	-0,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

negativos sobre a economia. As estimativas para a safra agrícola de 2020 sinalizam a produção de 75 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas no Sul, 2,9% inferior à colheita obtida no ciclo anterior, especialmente soja (-1,5%) e milho (-7%), refletindo a forte estiagem no RS, que afetou as lavouras de verão. Para o arroz, cultivado em sistema de irrigação, espera-se aumento de 4,6% na produção regional, a despeito da queda de 1,7% na área colhida. Dentre as demais lavouras, destaque para a diminuição na produção de fumo e o aumento na colheita de mandioca. Embora a pandemia não afete diretamente as produções agrícolas, poderá impactar negativamente o escoamento dos produtos, especialmente os custos de frete. Observe-se ainda que, em termos da renda ao setor, apesar da retração nas cotações das *commodities* agrícolas como reflexo da crise, a depreciação do real manteve os preços domésticos relativamente elevados.

A atividade industrial do Sul cresceu 0,7% no trimestre finalizado em fevereiro, com expansão em oito das dezoito atividades pesquisadas, de acordo com dados regionais do IBGE, consolidados e dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, a indústria expandiu 2,8% em fevereiro, na comparação com igual período anterior, desacelerando em relação ao registrado até novembro (3,6%).

Apesar do desempenho positivo até fevereiro, boa parte das empresas já enfrentam a queda da demanda e adotaram medidas para enfrentamento da crise, como a suspensão total ou parcial da produção e de contratos de trabalho (férias, *layoff*), segundo informações da CNI.

A confiança dos empresários industriais mantivera-se positiva na média do primeiro trimestre – o Icei atingiu 65,2 pontos. O resultado de março (61,7 pontos), contudo, já evidencia algum impacto da COVID-19 sobre a confiança dos empresários do setor – a pesquisa foi aplicada entre os dias 2 e 11 de março. O índice de abril – sondagem entre os dias 1º e 14 – apontou maior deterioração das avaliações. O Icei atingiu 32,6 pontos no Sul – pior resultado dentre as regiões.[16]

O comércio externo da região apresentou *deficit* de US$190 milhões no primeiro trimestre de 2020, ante *superavit* de US$1,3 bilhão em igual período do ano anterior. A exclusão da exportação de uma plataforma de petróleo no âmbito do Repetro, no início de 2019,

16/ 50 pontos indicam neutralidade.

Tabela 5.4 – Comércio exterior – Sul

Janeiro-março

US$ milhões

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	10 680	8 434	-21,0
Básicos	4 185	4 092	-2,2
Industrializados	6 495	4 342	-33,2
Semimanufaturados	1 301	730	-43,9
Manufaturados	5 194	3 612	-30,5
Importações	9 361	8 624	-7,9
Bens de capital	1 114	1 141	2,4
Bens intermediários	5 901	5 303	-10,1
Bens de consumo	1 736	1 512	-12,9
Combustíveis	610	669	9,8
Saldo comercial	1 319	-190	

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul[1/]

R$ milhões

UF	Dezembro de 2019			Fevereiro de 2020		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida[2/]	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal[3/]		Primário	Nominal[3/]
PR	10 049	-2 112	-1 370	7 809	424	1 137
RS	94 912	855	5 481	98 027	716	5 461
SC	20 096	-387	503	18 068	-1 010	-140
Total (A)	**125 058**	**-1 644**	**4 614**	**123 904**	**130**	**6 458**
Brasil[4/] (B)	**908 220**	**-16 518**	**32 197**	**912 722**	**-13 946**	**34 641**
(A/B) (%)	**13,8**	**10,0**	**14,3**	**13,6**	**-0,9**	**18,6**

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

torna a comparação interanual mais razoável, mas ainda assim observam-se quedas de 4,6% nos preços e de 5,9% no *quantum* exportado. Os embarques de básicos, apesar da forte redução nas vendas de milho, mitigaram a intensidade da queda no trimestre. Isso ocorreu pela recuperação em março, após recuo mais intenso no primeiro bimestre. Principal parceiro da região e primeiro país a enfrentar o novo coronavírus, a China respondeu por 22,2% das exportações do Sul – concentradas em soja e carnes –, recuo de apenas 1,1% na avaliação interanual. O mercado asiático, cujas compras são concentradas em básicos, absorveu 45% das exportações no primeiro trimestre, ante média de 38% no triênio anterior. Diferentemente, as vendas para os EUA caíram 17,7% no trimestre, refletindo, em especial, as menores exportações de pastas de madeira, polímeros e tabaco. O decréscimo nas importações do Sul no período resultou de quedas de 6,9% nos preços e de 1,1% nas quantidades adquiridas, e ocorreu, principalmente, pelas menores compras dos EUA (naftas para petroquímica) e da Argentina (automóveis). A China se manteve como principal origem das aquisições, ampliando as vendas para a região Sul do país em 0,7%.

No âmbito fiscal, o resultado primário consolidado dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Sul passou de *superavit* em 2019 para *deficit* em doze meses até fevereiro, deterioração condicionada, em especial, pela reversão do resultado do Paraná e mitigada pelo bom desempenho de Santa Catarina. Esse comportamento implicou ampliação de 40,0% na necessidade de financiamento regional – o *deficit* nominal atingiu R$6,6 bilhões no período. O estoque da dívida pública recuou R$1,2, bilhão no período de comparação, inobstante a ampliação no estoque do Rio Grande do Sul.

As receitas de tributos estaduais totalizaram R$20,6 bilhões no primeiro bimestre de 2020. Principal item, a arrecadação de ICMS atingiu R$16,4 bilhões no período, apresentando alta nominal de 11,5% na comparação com igual intervalo de 2019. No mesmo período, as transferências da União para o Sul somaram R$5,4 bilhões, aumentando 5,6%, em relação a 2019. Com a retração esperada da atividade, as receitas estaduais para os próximos meses devem recuar significativamente.

O IPCA no Sul[17] desacelerou fortemente na passagem do quarto trimestre de 2019 para o primeiro de

17/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos dessas regiões na composição do IPCA nacional.

Tabela 5.6 – IPCA – Sul

Variação % no período

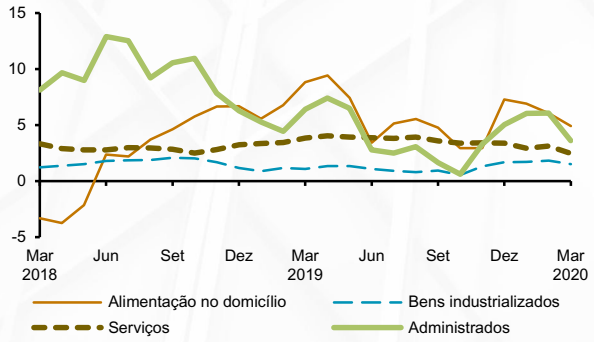
Discriminação	Pesos[1/]	2019			2020
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	0,64	0,37	1,73	0,13
Livres	73,5	0,25	0,21	1,76	0,43
Alimentação no domicílio	13,7	-0,83	0,01	4,54	1,19
Bens industrializados	25,0	0,73	-0,07	0,87	-0,02
Serviços	34,8	0,45	0,51	1,05	0,45
Administrados	26,5	1,78	0,86	1,63	-0,69
Principais grupos					
Alimentação	19,4	-0,44	0,34	3,30	1,48
Habitação	14,8	0,87	2,23	-1,02	-0,14
Artigos de residência	4,1	-0,16	-0,44	-0,85	0,70
Vestuário	4,8	1,33	-0,27	1,45	-1,30
Transportes	22,8	0,61	-0,59	2,68	-1,23
Saúde	12,1	3,12	0,09	0,87	0,33
Despesas pessoais	10,5	0,52	0,41	3,51	-0,16
Educação	5,6	0,28	0,16	0,15	4,03
Comunicação	5,8	-0,04	0,73	0,96	0,08

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2020.

Gráfico 5.7 – IPCA – Sul

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

2020, em decorrência da variação menos intensa nos preços livres e, principalmente, da deflação nos preços monitorados. O comportamento dos preços livres repercutiu a desinflação em alimentação no domicílio, com o retorno parcial dos preços de carnes, após elevação atípica em dezembro. Além disso, sobressaíram as pressões sazonais de baixa em vestuário (período de liquidações) e de alta dos custos de educação (reajuste anual das mensalidades). No segmento de preços monitorados, as maiores influências para a deflação no trimestre decorreram dos preços da gasolina e de energia elétrica.

Em resumo, os principais indicadores confirmam que a retomada econômica do Sul se manteve no início do ano, a despeito do arrefecimento na intensidade da recuperação. No entanto, indicadores de maior tempestividade e frequência evidenciam ruptura desse processo, em função da pandemia do novo coronavírus. O cenário mostra-se desafiador, externamente, pela redução da economia global, com impacto negativo sobre a demanda de produtos exportados pela região, e, internamente, pela combinação de choque de oferta – redução da produção e das condições de distribuição – e de demanda – redução da renda, além dos efeitos imediatos decorrentes da restrição à circulação. Medidas como o auxílio emergencial, liberação de FGTS, antecipação do 13º salário para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e facilitação do crédito contribuirão para mitigar o agravamento da situação econômica.

5.1 Paraná

O PIB do Paraná decresceu 0,4% em 2019, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), refletindo recuos no valor adicionado bruto (VAB) em todos os setores de atividade, sobretudo na agropecuária. Para 2020, os potenciais impactos da COVID-19 influenciaram de forma determinante a revisão da estimativa de crescimento da economia paranaense, que deverá retrair 2,9% no cenário base do Ipardes[18]. O IBCR-PR variou 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro, comparativamente a 0,7% no finalizado em novembro, segundo dados dessazonalizados. Dados mais avançados, contudo, revelam interrupção de resultados positivos na margem, repercutindo os primeiros impactos da pandemia.

No âmbito dos indicadores de demanda, o volume de vendas do comércio ampliado recuou 1,8% no trimestre encerrado em fevereiro, com retração em todas as atividades, exceto veículos e motocicletas, segundo dados do IBGE. No acumulado em doze meses até fevereiro, observou-se crescimento de 2,5% no volume, sobressaindo o comércio de outros artigos de uso pessoal e doméstico, material de construção, artigos farmacêuticos e veículos.

Dados dessazonalizados da Fenabrave indicam queda no comércio de veículos. O licenciamento de automóveis e comerciais no primeiro trimestre de 2020 diminuiu 15,8%, comparativamente ao imediatamente anterior, e 0,5% ante igual intervalo de 2019. A retração no período está particularmente afetada pelo desempenho em março, -25,9% em relação a igual mês em 2019.

Os empresários do comércio paranaense continuavam confiantes no início do ano, quando ainda não haviam se ressentido dos riscos da pandemia. Segundo sondagens da Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio-PR) realizadas em fevereiro, o Icec atingiu média de 129,9 pontos no primeiro trimestre, com avaliações positivas em oito dos nove componentes do índice (exceto situação atual dos estoques). As famílias também se mantinham otimistas – o ICF, que mede a intenção de consumo, atingiu 114,4 pontos.

O volume de serviços não financeiros prestados no Paraná decresceu 0,4% no trimestre encerrado

Tabela 5.1.1 – PIB – Taxa acumulada no ano – 2019

(%)

Discriminação	Brasil	PR
Agropecuária	1,3	-2,5
Indústria	0,5	-0,6
Serviços	1,3	-0,2
Valor adicionado a preços básicos	1,1	-0,6
Impostos líquidos sobre produtos	1,5	0,9
PIB a preços de mercado	**1,1**	**-0,4**

Fontes: Ipardes e IBGE

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

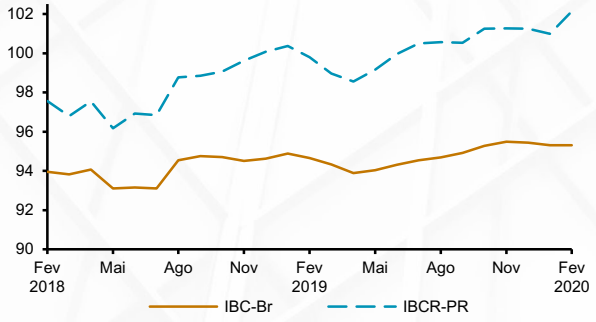


Tabela 5.1.2 – Comércio varejista e ampliado – Paraná

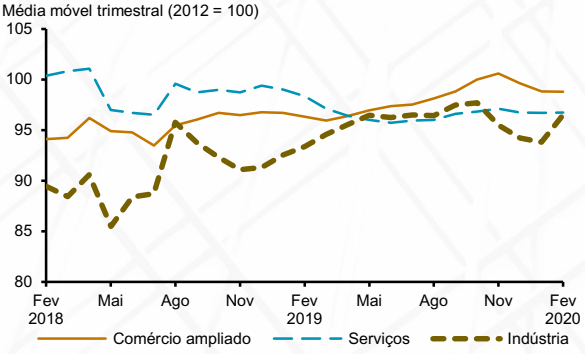
Variação % no período

Setores	2019	2020		
	Ano	Nov[1/]	Fev[1/]	12 meses
Comércio varejista	-0,7	2,1	-1,4	-0,2
Combustíveis e lubrificantes	-16,4	5,2	-0,5	-13,5
Hiper e supermercados	0,5	1,9	-2,8	1,0
Tec., vest. e calçados	-1,5	2,8	-1,7	-0,9
Móveis e eletrodomésticos	-1,9	1,3	-1,3	-1,9
Comércio ampliado	2,7	2,5	-1,8	2,5
Automóveis e motocicletas	8,7	2,3	0,7	7,1
Material de construção	9,8	3,1	-7,3	8,9

Fonte: IBGE
1/ Variação relativa aos trimestres. encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

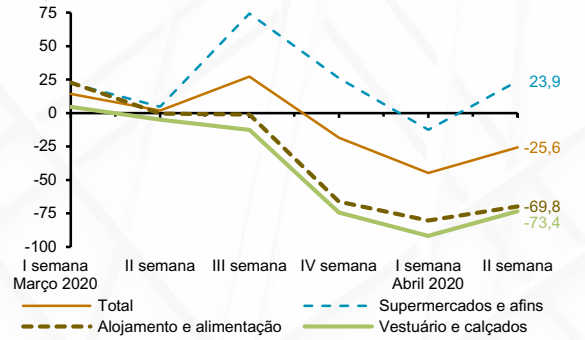
18/ Boletim Econômico Março 2020 – Especial COVID-19, Secretaria de Estado da Fazenda, disponível em www.fazenda.pr.gov.br.

Gráfico 5.1.2 – Comércio, serviços e indústria – PR
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



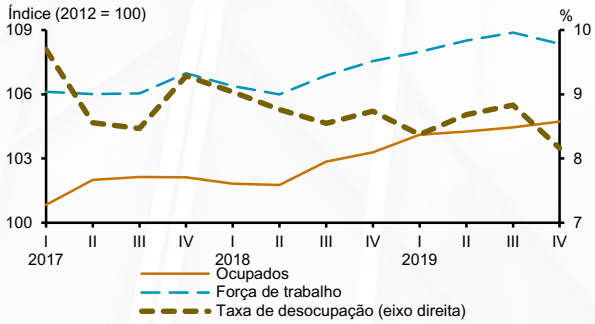
Fonte: IBGE

Gráfico 5.1.3 – Vendas com cartão de débito – Paraná[1/]
Variação %



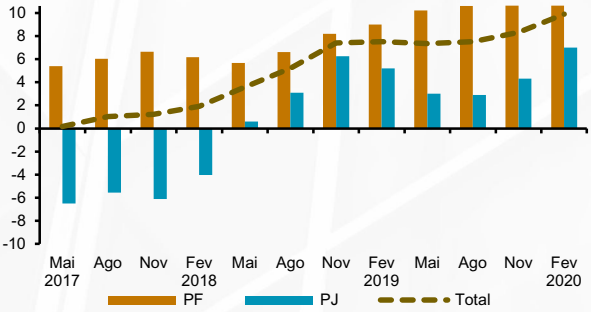
Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior.

Gráfico 5.1.4 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Paraná[1/]



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná[1/]
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando crescera 1,2%. O desempenho foi condicionado, em boa parte, pela trajetória do segmento de transportes que, após avanço de 4,5% no trimestre anterior, recuou 1,6% em fevereiro. Em doze meses, a queda atingiu 2,3%, mais intensa em serviços prestados às famílias (-5,5%), atividade que deverá ter seu resultado agravado nos próximos meses.

As vendas realizadas com cartão de débito apresentaram redução de 25,6% nas duas primeiras semanas de abril, em relação às duas primeiras de março, de acordo com dados da CIP/SLC. Esse movimento decorreu das medidas de combate à pandemia e foi atenuado pela expansão de 23,9% nas vendas de supermercados e hipermercados pagas nessa modalidade.

As estatísticas do mercado de trabalho regional, ainda relatam posições do final de 2019. Segundo o Caged, no último trimestre do ano, por efeitos sazonais, houve demissões líquidas de 8,4 mil empregados com carteira, ante 14,5 mil no mesmo período de 2018. Em 2019 como um todo foram criadas 48,3 mil vagas ante 38,1 mil em 2018.

A taxa de desocupação atingiu 7,3% no quarto trimestre de 2019, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE, a menor desde 2016. A melhoria em relação ao quarto trimestre de 2018 (7,8%), deu-se em contexto de um crescimento anual mais intenso na população ocupada (1,4%) do que na força de trabalho (0,8%). Descontados fatores sazonais, a taxa de desocupação diminuiu 0,6 p.p. no quarto trimestre em relação ao trimestre anterior, atingindo 8,2% da força de trabalho do Paraná. A comparação interanual revela elevação da massa salarial real (2,3%), em linha com a nacional (2,5%).

O grupo composto por empregados informais, desocupados e trabalhadores por conta própria, segmento mais vulnerável à crise sanitária, atinge cerca de 2,4 milhões de pessoas no PR (39,0% da força de trabalho).

O mercado de crédito paranaense observou, até fevereiro, aumento na taxa de expansão interanual, que atingiu 9,9%. O desempenho refletiu crescimentos de 7,0% no saldo a pessoas jurídicas e de 11,7% a pessoas físicas. Ressalte-se que os desdobramentos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade econômica a partir do mês de

Tabela 5.1.3 – Produção agrícola – Paraná
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/] 2020	Variação % 2020/2019
Grãos	76,3	40 237	11,6
Soja	52,2	20 806	28,7
Milho	15,2	15 939	-3,9
Trigo	5,1	2 144	0,5
Feijão	2,8	755	22,9
Outras lavouras			
Cana-de-açúcar	6,1	41 486	3,5
Mandioca	4,1	3 381	7,2
Fumo	4,1	171	3,5
Batata-inglesa	2,2	787	3,7
Tomate	1,4	137	-42,2

Fonte: IBGE
1/ Por valor da produção – PAM 2018.
2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2020.

Tabela 5.1.4 – Produção industrial – Paraná
Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2019	2020	
		Nov[2/]	Fev[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,0	1,1	4,6
Produtos alimentícios	22,7	0,6	8,7	8,1
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-11,1	19,0	-2,9
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	6,3	-18,8	20,1
Máquinas e equipamentos	6,7	-3,8	-8,9	4,5
Celulose e prod. papel	5,5	0,1	0,5	0,6
Outros produtos químicos	4,7	-8,1	4,2	-2,0

Fonte: IBGE
1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.1.5 – Comércio exterior – Paraná
Janeiro-março

US$ milhões

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	3 620	3 617	-0,1
Básicos	1 847	1 878	1,7
Industrializados	1 773	1 739	-1,9
Semimanufaturados	428	357	-16,5
Manufaturados	1 346	1 382	2,7
Importações	2 951	2 756	-6,6
Bens de capital	370	330	-10,9
Bens intermediários	1 875	1 627	-13,2
Bens de consumo	386	297	-23,1
Combustíveis	320	502	57,2
Saldo comercial	669	861	28,7

Fonte: Ministério da Economia

março tendem a alterar a composição e o ritmo de expansão dos estoques de crédito no estado. Dados preliminares para março indicam, na variação mensal, estabilidade para o saldo de crédito às pessoas físicas e crescimento de 11,2% às jurídicas, comparativamente às médias mensais de 1,4% e 1,5% observadas nos últimos doze meses para esses segmentos, na ordem.

No âmbito da oferta, o IBGE estima crescimento de 11,6% na safra paranaense de grãos em 2020, ultrapassando 40 milhões de toneladas (16,4% do total nacional). A produção de soja deverá expandir 28,7%, a partir de aumento de 1% na área colhida e condições climáticas favoráveis na maioria das regiões do estado. As colheitas de milho e feijão na primeira safra devem subir 9,3% e 29,4%, respectivamente, comparativamente ao ciclo anterior, apesar dos recuos na área colhida. Para a segunda safra, estima-se elevação na produção de feijão (18,6%) e queda na de milho (-7%). Dentre as demais lavouras, destacam-se as maiores produções de mandioca e batata-inglesa e a diminuição em tomate, que pode refletir nos preços do produto.

A produção industrial cresceu 1,1% no trimestre encerrado em fevereiro, revertendo a queda no finalizado em novembro, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A recuperação da atividade, na margem, resultou de aumento em sete dos treze segmentos pesquisados, sobressaindo a produção de derivados de petróleo e biocombustíveis, de produtos alimentícios e de produtos de borracha e de material plástico. Em doze meses, a produção aumentou 4,6% em fevereiro (5,6% em novembro), refletindo a evolução favorável dos segmentos de veículos, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos, e produtos alimentícios.

O *superavit* da balança comercial do Paraná no primeiro trimestre de 2020 refletiu a queda nas importações, haja vista a relativa estabilidade das exportações no período. O aumento nos embarques de produtos básicos, especialmente soja e carnes de frango e suína para a China, compensou a retração nas vendas de semimanufaturados, sobretudo celulose para os EUA. Ressalte-se ainda a retração de aproximadamente 40% nas exportações de milho, majoritariamente destinado ao Irã, cujas vendas tinham sobressaído em 2019. As compras externas destacaram o recuo das aquisições de produtos vindos da Argentina (veículos e suas partes) e da

Tabela 5.1.6 – IPCA – RMC

Variação % no período

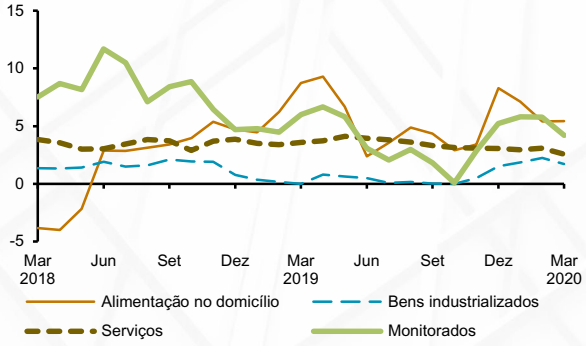
Discriminação	Pesos[1/]	2019			2020
		II Tri	III Tri	IVTri	I Tri
IPCA	100,0	0,75	0,28	1,85	0,26
Livres	75,3	0,27	0,05	1,92	0,56
Alimentação no domicílio	13,6	-0,49	-0,97	5,45	1,47
Bens industriais	27,2	0,53	-0,10	1,14	0,14
Serviços	34,5	0,42	0,60	0,99	0,52
Monitorados	24,7	2,20	0,97	1,63	-0,64

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2020.

Gráfico 5.1.6 – IPCA – RMC

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

China (adubos e fertilizantes), e os aumentos das importações do Paraguai.

O IPCA da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) variou 0,26% no primeiro trimestre de 2020, desacelerando comparativamente ao último de 2019 em todos os segmentos. Apesar da alta significativa no trimestre, em decorrência dos maiores preços de alimentos *in natura*, a desinflação em alimentação no domicílio consistiu na principal contribuição para o arrefecimento dos preços livres. Os preços dos bens industriais evoluíram favoravelmente no período, refletindo, em boa parte, a redução nos preços do vestuário. Dentre os monitorados, assinalem-se as quedas nos preços da gasolina e do gás de botijão, itens que haviam pressionado os preços no trimestre anterior, e em energia elétrica residencial, a exemplo do ocorrido ao final de 2019.

5.2 Rio Grande do Sul

Tabela 5.2.1 − PIB − Taxa acumulada no ano − 2019

(%)

Discriminação	Brasil	RS
Agropecuária	1,3	6,2
Indústria	0,5	1,5
Serviços	1,3	1,6
Valor adicionado a preços básicos	1,1	2,0
Impostos líquidos sobre produtos	1,5	1,9
PIB a preços de mercado	**1,1**	**2,0**

Fontes: DEE/Seplag e IBGE

Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

Média móvel trimestral (2014 = 100)

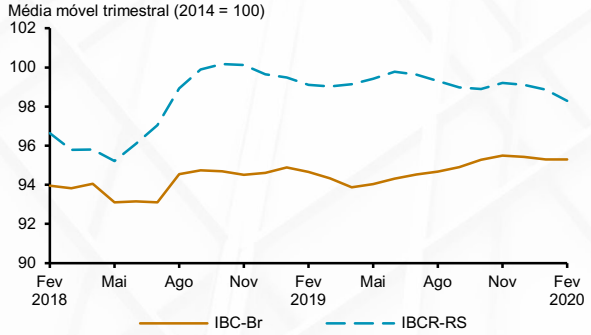
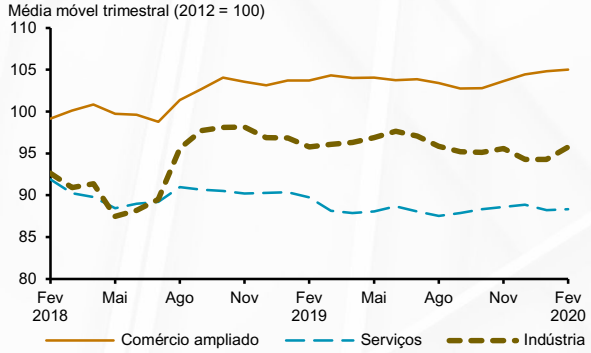


Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria – RS

Dados dessazonalizados

Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

A economia do RS cresceu 2,0% em 2019, de acordo com o Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do RS (DEE/Seplag). A evolução do produto gaúcho em ritmo superior ao do PIB nacional refletiu melhores resultados nos três setores, especialmente na agropecuária. Dados mais recentes para o IBCR-RS, no entanto, sugerem desaceleração da atividade econômica no estado – o indicador registrou recuo de 0,9% no trimestre até fevereiro de 2020, na comparação com o encerrado em novembro, quando assinalara estabilidade. O crescimento em doze meses vem reduzindo o ritmo desde o final do primeiro semestre de 2019, atingindo 0,9% em fevereiro. Para os próximos meses, a atividade da economia gaúcha deverá recuar, em decorrência dos impactos da pandemia de COVID-19, conforme já evidenciam indicadores de frequência diária e maior tempestividade.

O volume de vendas do comércio ampliado do Rio Grande do Sul cresceu 1,3% no trimestre encerrado em fevereiro, ante 0,2% no encerrado em novembro, conforme dados dessazonalizados da PMC do IBGE, repercutindo, em grande medida, o expressivo crescimento nas vendas de combustíveis. Em doze meses, a taxa de crescimento arrefeceu, passando de 2,6% em novembro para 1,4% em fevereiro.

De acordo com os dados da Fenabrave, o licenciamento de automóveis e comerciais leves caiu 13,6% no primeiro trimestre, ante o imediatamente anterior (dados dessazonalizados) e 16,4% comparativamente a igual intervalo de 2019. Considerando os licenciamentos de março, já deflagrada a crise da COVID-19, os resultados foram ainda mais adversos – quedas de 39,1% na avaliação mensal e 29,8% na interanual. Adicionalmente, boletim do governo do estado aponta para a redução real de 17,1% no valor das notas fiscais eletrônicas desse segmento entre 16 de março e 10 de abril de 2020, em relação a igual intervalo de 2019.[19]

O volume de serviços recuou 0,3% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando avançara 1,2%. Esse movimento foi condicionado, em boa medida, pela queda nos serviços prestados às famílias, em contraste com o avanço assinalado no trimestre anterior. Em doze

19/ https://www.fazenda.rs.gov.br/upload/1586966656_Boletim%20Semanal%20Receita%20Estadual%20-%20Impactos%20COVID-19%20-%20Edi%C3%A7%C3%A3o%203_16mar_10_abr.pdf. Acesso em 16.4.2020.

meses, houve retração de 2,4% da atividade de serviços no estado.

Segundo dados da CIP/ SLC, as vendas com cartão de débito caíram 24,8%, nominalmente, nas duas primeiras semanas de abril, relativamente a igual período de março, com fortes recuos no comércio de vestuário e calçados, e nos serviços de alojamento e alimentação. Esse resultado foi suavizado pela alta de 27,5% em supermercados e hipermercados.

Dados do mercado de trabalho apresentam maior defasagem e ainda não refletem os efeitos da COVID-19. No mercado de trabalho formal, foram criadas 17,7 mil vagas em 2019, sendo 1,9 mil no quarto trimestre, ante 16,8 mil em 2018 (-2,8 mil na mesma referência), segundo o Caged. O resultado refletiu os avanços principalmente no setor de serviços. O nível de emprego formal cresceu 0,3% no quarto trimestre ante o imediatamente anterior, descontada a sazonalidade.

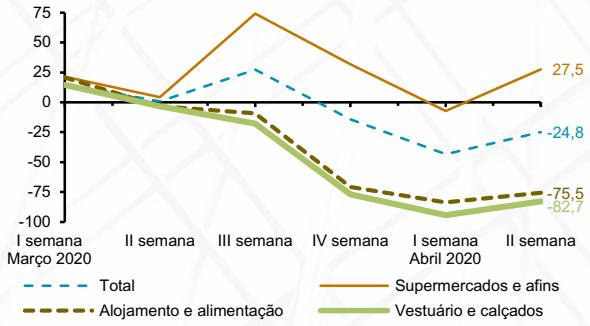
Dados do último trimestre de 2019 revelam diminuição da taxa de desemprego no estado, atingindo 7,1% de acordo com a PNAD Contínua do IBGE, menor valor desde 2016. A melhora em relação ao quarto trimestre de 2018 (7,4%), deu-se em contexto de crescimento na população ocupada (2,7%) maior do que na força de trabalho (2,4%). Descontados fatores sazonais, a taxa de desocupação diminuiu 1,1 p.p. em relação ao terceiro, atingindo 7,5% da força de trabalho do RS, resultante de aumento mais expressivo na população ocupada (PO) do que na força de trabalho (FT). A comparação interanual revela melhoria da massa salarial real (4,9%) acima da nacional (2,5%).

O grupo composto por empregados informais, desocupados e trabalhadores por conta própria, segmento mais vulnerável à crise sanitária, atinge cerca de 2,4 milhões de pessoas no RS (39,3% da FT).

O saldo das operações de crédito cresceu 9,1% na comparação interanual, repercutindo o avanço de 7,3% no estoque a pessoas jurídicas e de 10,1% a pessoas físicas. Destaque para o crescimento em doze meses de 17,0% nas operações de capital de giro a empresas e a recuperação de 6,3% nos financiamentos imobiliários a PF. Os impactos econômicos da pandemia tendem a alterar o ritmo de crescimento e a composição do crédito no estado. Dados preliminares para março indicam variações mensais de -0,4% e 7,4% para os saldos de crédito

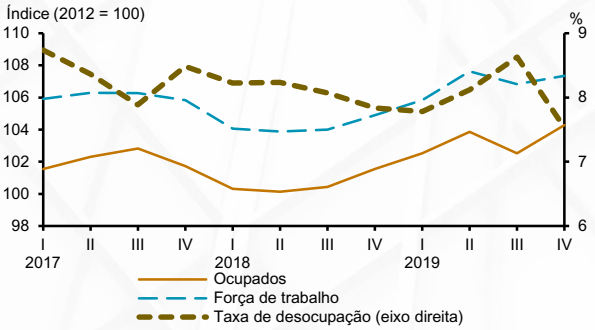
Gráfico 5.2.3 – Vendas com cartão de débito – RS[1/]

Variação %



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior.

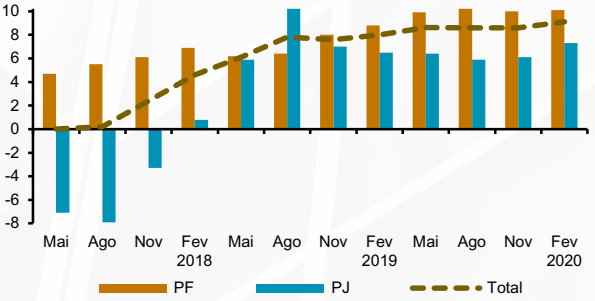
Gráfico 5.2.4 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Rio Grande do Sul[1/]



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.2.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul[1/]

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

Tabela 5.2.2 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/] 2020	Variação % 2020/2019
Grãos	80,1	28 240	-18,4
Soja	54,4	13 370	-27,7
Arroz	15,5	7 485	4,4
Milho	6,0	4 629	-19,3
Trigo	2,8	1 888	-17,5
Feijão	0,6	93	0,7
Outras lavouras			
Fumo	7,6	291	-22,0
Uva	2,5	748	12,3
Mandioca	2,4	842	-5,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2020.

Tabela 5.2.3 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
Geral e atividades selecionadas

Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2019	2020	
		Nov[2/]	Fev[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,3	0,2	1,6
Produtos alimentícios	16,4	3,1	-1,7	0,1
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	-5,0	3,4	8,2
Máquinas e equipamentos	12,0	-6,2	-7,1	-7,3
Outros produtos químicos	10,3	-4,2	-7,1	-0,2
Artef. couro e calçados	8,9	0,3	-0,3	8,3
Produtos de metal	8,5	3,5	-4,1	5,6
Produtos de borracha e plástico	5,0	2,8	0,7	-4,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.2.4 – Comércio exterior – Rio Grande do Sul
Janeiro-março

US$ milhões

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	4 968	2 842	-42,8
Básicos	1 338	1 297	-3,1
Industrializados	3 630	1 545	-57,4
Semimanufaturados	787	292	-62,9
Manufaturados	2 843	1 253	-55,9
Importações	2 334	1 663	-28,8
Bens de capital	363	343	-5,6
Bens intermediários	1 417	986	-30,4
Bens de consumo	276	181	-34,5
Combustíveis	277	153	-44,7
Saldo comercial	2 634	1 179	-55,2

Fonte: Ministério da Economia

com recursos livres para as pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, comparativamente a aumento mensal médio de 1,2% observado nos últimos doze meses em ambos os segmentos.

Relativamente aos indicadores de oferta, a estimativa do LSPA de março, do IBGE, para a produção gaúcha de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2020 somou 28,2 milhões de toneladas, retração de 18,4% ante a obtida no ano anterior. A forte estiagem que atingiu grande parte do estado desde dezembro resultou em perda estimada de 6,4 milhões de toneladas[20]. Destaque para a queda nas colheitas de soja (27,7%) e milho (19,3%). Para a produção de arroz, realizada em sistema de irrigação, estima-se expansão de 4,4% (70% do total nacional). Dentre as demais lavouras, ressalte-se a redução na produção de fumo (41,7% da nacional), também afetada pelo clima, e o aumento na de uva.

A produção industrial variou 0,2% no trimestre finalizado em fevereiro, ante -0,3% naquele encerrado em novembro, com aumento de volume em seis das catorze atividades pesquisadas conforme dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. O indicador acumulado nos doze meses até fevereiro, 1,6%, confirmou a perda de ritmo, comparativamente a novembro (2,6%), favorecido pela evolução positiva, nessa base de análise, nos segmentos de veículos, reboques e carrocerias, artefatos de couro e calçados e de produtos de metal.

A balança comercial registrou *superavit* de US$1,2 bilhão no primeiro trimestre, 55,2% inferior ao de igual período de 2019. Esse movimento decorreu da queda nas exportações, especialmente de produtos industrializados, que incluiu na base de comparação a venda ficta uma plataforma de petróleo. Nesse segmento, os principais embarques foram de polímeros e de calçados, dentre os manufaturados, e, nos semimanufaturados, de celulose, a despeito na forte queda na comparação interanual. Os embarques de produtos básicos destacaram as vendas de carnes e soja para a China e tabaco, principalmente para a Bélgica. As importações também caíram no primeiro trimestre, repercutindo, especialmente, as menores aquisições de produtos industriais elaborados (naftas para a petroquímica, e adubos e fertilizantes). Apesar da retração de 31,4% nas importações oriundas da Argentina, o país manteve-se como principal origem das importações gaúchas, especialmente de veículos.

20/ Até 15.4.2020, 289 dos 497 municípios gaúchos tiveram decretado estado de emergência em função da estiagem.

Tabela 5.2.5 – IPCA – RMPA

Variação % no período

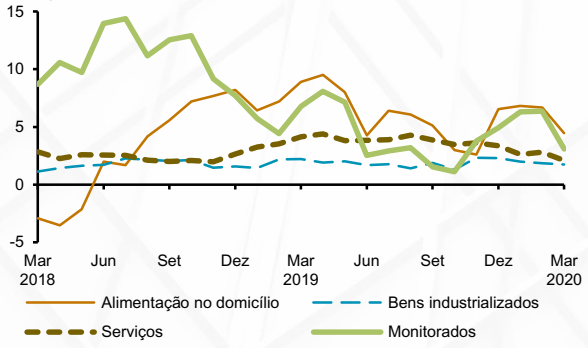
Discriminação	Pesos[1/]	2019			2020
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	0,54	0,46	1,62	0,01
Livres	71,9	0,24	0,36	1,61	0,30
Alimentação no domicílio	13,7	-1,09	0,77	3,85	0,92
Bens industrializados	22,9	0,93	0,17	0,85	-0,21
Serviços	35,2	0,48	0,27	0,94	0,39
Administrados	28,1	1,41	0,76	1,63	-0,73

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2020.

Gráfico 5.2.6 – IPCA – RMPA

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

O IPCA da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) registrou estabilidade no primeiro trimestre de 2020, após forte alta no imediatamente anterior, comportamento que resultou da desinflação nos preços livres e deflação nos administrados. No primeiro segmento, sobressaiu o arrefecimento em alimentação no domicílio, condicionado pela queda nos preços de carnes, e a deflação nos bens industriais, principalmente em itens do vestuário. Dentre os monitorados, as quedas nos preços de combustíveis e energia elétrica consistiram nas principais contribuições para a evolução benigna dos preços no trimestre.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

6

A economia brasileira, a partir de meados de março, passa por momento de grande incerteza, refletindo os possíveis desdobramentos dos impactos da pandemia de COVID-19, que afeta negativamente, de forma expressiva, a atividade econômica. Considerando o dia 16 de abril, o Brasil registrava 30.425 casos confirmados da doença, em todos os estados e 1.924 óbitos em decorrência da pandemia. Nesta edição do Boletim Regional, no entanto, os principais indicadores econômicos disponíveis ainda não foram sensibilizados em decorrência da periodicidade mensal ou da defasagem de divulgação das pesquisas. Entretanto, dados de frequência diária e mais tempestivos evidenciam efeitos significativos do surto de COVID-19 na atividade econômica em todas as regiões.

De forma geral, os indicadores econômicos regionais mensais, abrangendo até o mês de fevereiro, ratificavam a continuidade do processo de recuperação gradual da economia brasileira, mesmo com relativa acomodação no trimestre encerrado em fevereiro. Nesse sentido, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) variou -0,2% no período, após dois trimestres de alta em que acumulou expansão de 1,6%. A evolução na margem, repercutiu, em especial, a acomodação no Sudeste, que, juntamente com o Sul apresentou recuo da atividade econômica.

O Norte e o Centro-Oeste assinalaram as maiores expansões no trimestre em referência, refletindo, na primeira região, os bons resultados da indústria extrativa e do setor de serviços não financeiros e, na segunda, o início da colheita de soja. No Nordeste, o aumento da atividade deveu-se ao crescimento da produção industrial, cuja taxa trimestral foi suavizada pelos fracos resultados do comércio e de serviços. Essa mesma composição levou à pequena retração da atividade no Sul, após três trimestres de avanço. Na região, a retração foi mitigada pela colheita de soja. A economia do Sudeste perdeu dinamismo na margem, influenciada, principalmente, pelo expressivo recuo na atividade da indústria e no

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões[1/]

%

Discriminação	2019				2020
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Brasil	0,1	-0,7	0,7	0,9	-0,2
Norte	0,6	0,1	1,7	0,6	0,7
Nordeste	-0,3	0,4	0,1	0,1	0,3
Centro-Oeste	0,0	0,3	2,0	-0,2	0,7
Sudeste	1,2	-0,1	0,4	1,0	-0,3
Sul	-0,4	0,2	0,7	0,3	-0,1

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões[1/]

Variação percentual

Discriminação	2018	2019			
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Comércio varejista					
Brasil	-0,1	0,5	1,2	1,4	-0,6
Norte	-0,9	2,5	2,7	3,9	-1,4
Nordeste	-1,4	0,9	-0,7	2,3	-0,9
Centro-Oeste	0,2	-0,7	0,2	3,0	-0,4
Sudeste	-0,2	0,2	1,9	1,4	-0,8
Sul	0,5	0,2	1,0	1,3	-0,3
Comércio ampliado					
Brasil	0,2	1,4	1,2	1,6	-0,3
Norte	-1,1	2,2	2,6	3,9	-0,3
Nordeste	-0,6	1,1	0,2	1,8	-0,8
Centro-Oeste	0,4	-0,2	1,9	2,1	-0,5
Sudeste	0,5	1,5	2,0	0,7	-0,4
Sul	0,8	1,2	1,3	1,8	-0,5

Fontes: IBGE e BCB
1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

consumo das famílias, em parte, já refletindo algum efeito da atual pandemia sobre a atividade.

As vendas do comércio ampliado apresentaram acomodação no trimestre encerrado em fevereiro, após quatro trimestres de expansão, quando acumulara alta de 4,5%. O movimento de desaceleração no trimestre mais recente, foi generalizado nas regiões e refletiu, principalmente, a base de comparação elevada que foi favorecida pela liberação extraordinária de recursos do FGTS e o *Black Friday* em novembro. O Norte registrou o menor recuo, com ampliação das vendas em Rondônia e Tocantins. O Nordeste, onde a expansão do comércio ocorre de forma mais gradual, mostrou maior redução no resultado trimestral.

Tabela 6.3 – Volume de serviços
Brasil e regiões[1/]

%

Discriminação	2019				2020
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Brasil	0,4	-0,6	0,3	1,9	-0,7
Norte	-0,8	0,6	1,3	1,2	1,1
Nordeste	-0,9	0,0	0,5	-0,3	-0,6
Centro-Oeste	-1,2	-2,7	1,7	1,1	-0,5
Sudeste	1,1	-0,3	0,3	2,3	-0,5
Sul	-0,9	-1,6	-0,3	0,8	-0,7

Fontes: IBGE e BCB
1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O volume de serviços não financeiros no país também registrou acomodação no trimestre encerrado em fevereiro, relativamente ao anterior, com recuos em todas as regiões, exceto no Norte, onde houve expansão de 1,1%, registrando alta pelo quarto período consecutivo (1,2% no trimestre encerrado em novembro).

Dados mais tempestivos sinalizam o impacto da COVID-19 nas diferentes regiões, em termos de magnitude e mudança de perfil de consumo das famílias. Nesse sentido, as transações comerciais de bens e serviços efetuadas com cartão de débito recuaram 27,2%, em termos nominais, no comparativo entre as duas primeiras semanas de abril e as duas primeiras de março, de acordo com dados da CIP/SLC, elaborados pelo Banco Central. Houve redução em todas as regiões, mais intensa no NE (-31,0%) e com maior impacto advindo do SE (-29,6%), que respondeu por 64,5% do valor das operações. Análise de segmentos específicos aponta forte contração nas vendas do comércio de vestuário e calçados (88,8%) e dos serviços de alojamento e alimentação (72,1%) e pessoais (69,9%). De outra parte, algum processo de compra preventiva de gêneros alimentícios levou à ampliação de 17,1% nas vendas de supermercados e hipermercados (inclusive atacarejo).

Dados do mercado de trabalho estão com maior defasagem, com as informações das principais pesquisas com referência ainda em dezembro de 2019 reportando recuperação gradual. Contudo, a perspectiva é que haja impactos importantes da COVID-19, em parte mitigados por estratégias empresariais e programas governamentais de sustentação do emprego e renda.

Tabela 6.4 – Geração de postos de trabalho[1/]

Mil

Discriminação	2018	2019			
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Brasil	-218,1	164,3	210,2	322,4	-137,2
Norte	-10,8	-8,2	11,2	27,1	-5,4
Nordeste	-23,3	-66,4	24,1	94,3	6,8
Centro-Oeste	-46,9	35,4	32,3	31,4	-40,6
Sudeste	-116,1	97,5	141,7	132,1	-88,6
Sul	-21,0	106,0	0,9	37,5	-9,5

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.5 – Taxa de desocupação

%

Discriminação[1/]	2018	2019			
	IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
Brasil	11,6	12,7	12,0	11,8	11,0
Norte	11,7	13,1	11,8	11,7	10,6
Nordeste	14,3	15,3	14,6	14,4	13,6
Centro-Oeste	8,5	10,8	10,3	10,1	9,3
Sudeste	12,1	13,2	12,4	11,9	11,4
Sul	7,3	8,1	8,0	8,1	6,8

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

Tabela 6.6 – Operações de crédito do SFN[1/]
Fevereiro de 2020

R$ bilhões

Discriminação	Variação percentual (%)					
	Trimestre			12 meses		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	0,8	2,7	1,9	1,5	12,4	7,6
Norte	-0,4	3,9	2,6	5,2	16,8	13,2
Nordeste	0,3	2,3	1,7	2,3	12,9	9,5
Centro-Oeste	1,9	3,6	3,0	8,1	14,3	12,1
Sudeste	0,4	2,4	1,5	-1,7	11,7	4,9
Sul	2,1	2,8	2,5	7,7	11,1	9,7

1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

Os dados até dezembro do mercado de trabalho formal, evidenciavam elevação no nível de emprego pelo décimo primeiro trimestre em sequência, considerados dados dessazonalizados do Caged. Nos dados observados, verifica-se, por razões sazonais eliminação de postos de trabalho pela forte redução de emprego no mês de dezembro. Em 2019, essa retração ocorreu de forma menos intensa em todas as regiões. O Sudeste respondeu pela maior parte da retração, principalmente nos setores da indústria de transformação, agropecuária e serviços. No Nordeste, houve elevação do número de empregados formais, apesar da sazonalidade negativa.

A taxa de desocupação recuou 0,6 p.p. no quarto trimestre de 2019, em relação a igual período de 2018, segundo a PNAD Contínua do IBGE, repercutindo ampliação da população ocupada (2,0%) acima da força de trabalho (1,2%). Esse processo foi generalizado entre as regiões, exceto no Centro-Oeste. Nessa região, em que mercado de trabalho tem se mostrado mais ativo (taxa de participação superior à média nacional), a alta do desemprego, no trimestre, ocorreu em cenário de avanço de 1,0% da população ocupada e de 2,0% da força de trabalho.

O mercado de crédito segue dinâmico em todas as regiões do país, acelerando a expansão interanual no segmento de pessoas físicas e evoluindo positivamente no segmento de pessoas jurídicas. A variação do crédito no trimestre encerrado em fevereiro foi a maior para esse período dos últimos cinco anos, tanto para famílias como para empresas. No crédito às famílias, as regiões Norte e Centro-Oeste se sobressaíram (Tabela 6.6), com destaque para o crédito consignado na primeira e para financiamentos ao setor rural (crédito rural e financiamento a exportações) e crédito consignado na segunda.

O crédito às empresas avançou 0,8% no trimestre, destacando-se o desempenho do Sul e Centro-Oeste, com variações, respectivas, de 2,1% e 1,9%, impulsionado por operações de capital de giro, desconto de títulos e financiamento de veículos e, por segmento de atividade, ampliação no crédito a empresas de comércio e transporte. Na comparação interanual, o crédito às empresas no Nordeste voltou a mostrar crescimento, após quatro anos em retração. O Sudeste passa a ser a única região com diminuição no volume de financiamento às empresas com recursos do SFN, muito em função do volume de amortização dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os impactos iniciais da pandemia de COVID-19 sobre a atividade econômica a partir de março indicam que haverá aumento na demanda por crédito pelas empresas visando liquidez e manutenção de contratos, enquanto as famílias devem moderar o uso do crédito, especialmente na linha de cartão de crédito à vista. Dados preliminares de março indicam crescimento mensal para os saldos do crédito com recursos livres às pessoas jurídicas em todas as regiões, ressaltando-se o Sudeste e o Centro-Oeste, com variações no mês em torno de 9,5%, patamar bem superior à média mensal de variação observada nessas regiões no período de doze meses encerrado em fevereiro (0,5% e 2,0%, na ordem). No segmento de pessoas físicas, à exceção do Centro-Oeste, que manteve o ritmo de crescimento dos empréstimos com recursos livres por conta dos financiamentos a empresários do agronegócio, observa-se desaceleração na taxa de crescimento do crédito livre, com variações entre -0,2% (Sul e Sudeste) e 0,5% (Norte), contrastando com a média de variação observada nessas regiões nos doze meses anteriores (1,3%, 1,5% e 1,6%, na ordem).

No âmbito fiscal, os governos subnacionais apresentaram melhora do resultado primário no início de 2020, considerando o acumulado em doze meses, com elevação no *superavit* agregado, na comparação com o mesmo período do ano anterior. O montante consolidado foi favorecido pela ampliação dos resultados no Norte e Centro-Oeste e, principalmente, pela reversão no Nordeste. Para os próximos meses, o impacto da COVID-19 traz cenário desafiador para as finanças públicas, com perspectiva de recuo significativo nas receitas decorrente da retração esperada da atividade.

Sob a ótica da oferta, a colheita de cereais, leguminosas e oleaginosas do país, após expandir 6,6% na safra anterior, deverá crescer 1,5% em 2020, totalizando 245,2 milhões de toneladas. Destacam-se nessa estimativa, as maiores colheitas de soja e de arroz e, em sentido contrário, os recuos na produção de milho, sobre quantidade recorde em 2019, e de algodão. O acréscimo de 3,7 milhões de toneladas na safra nacional virá do Centro-Oeste (3,6 milhões, principalmente soja) e Nordeste (1,5 milhão; soja, milho e feijão), sobrepondo-se à perda esperada no Sul (-2,2 milhões; soja e milho), impactado por forte estiagem no RS. No Sudeste, em que é mais representativo o cultivo de outras lavouras, estima-se aumento na produção de cana-de-açúcar, café e laranja. No Norte, sobressaem soja, milho e arroz. Ressalta-se que os efeitos da COVID-19 tendem a

Tabela 6.7 – Necessidades de financiamento de estados e municípios[1/]

R$ milhões

Região	Resultado primário (Fluxo 12 meses)	
	Fev/2019	Fev/2020
Norte	-1 147	-2 075
Nordeste	5 614	-1 804
Centro-Oeste	- 524	-3 460
Sudeste	-9 345	-6 736
Sul	2 131	130
Total	-3 271	-13 946

1/ Por UF, totalizando governo estadual, capital e municípios. Dados preliminares.
(-) *superavit*
(+) *deficit*

Tabela 6.8 – Estimativa da produção anual de grãos[1/]
Brasil e regiões

Em milhões de toneladas

Discriminação	Peso[2/]	Produção[3/]		Variação %
		2019	2020	2019/2018
Brasil	100,0	241,5	245,2	1,5
Norte	3,9	9,8	10,2	4,3
Nordeste	11,0	19,2	20,7	8,1
Centro-Oeste	41,0	111,5	115,1	3,2
Sudeste	9,8	23,7	24,1	1,4
Sul	34,4	77,2	75,0	-2,9

Fonte: IBGE
1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.
2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2018.
3/ Estimativa segundo o LSPA de Março de 2020.

ser menores nesse setor da economia, com alguma influência no processo de escoamento e estocagem da produção.

A produção da indústria nacional recuou 0,7% no trimestre encerrado em fevereiro, após elevação de 1,2% no trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados. Destaque para a atividade industrial nordestina que avançou 3,0%, após expansão de 3,9%, repercutindo, em especial, os acréscimos na fabricação de derivados do petróleo e biocombustíveis, outros produtos químicos e produtos alimentícios. O desempenho nacional foi fortemente influenciado pelo resultado negativo do Sudeste, que registrou recuo de 2,2% no trimestre, com queda em 12 dos 22 setores pesquisados, especialmente em fabricação de outros equipamentos de transporte, indústria extrativa e fabricação de veículos.

O segmento industrial deverá ser impactado significativamente pelos efeitos da pandemia de COVID-19. Nesse sentido, os primeiros resultados sobre a confiança dos empresários do setor antecipam esse movimento. O Icei, calculado pela CNI, recuou 25,8 pontos em abril, alcançando 34,8 pontos e situando-se no menor patamar da série histórica. O recuo expressivo dos indicadores de confiança foi generalizado entre as regiões.

O comércio externo registrou redução do *superavit* comercial no primeiro trimestre de 2020, repercutindo tanto a diminuição das exportações, quanto o aumento das importações. Esse resultado foi influenciado, em especial, pelo desempenho no Sudeste, que passou de *superavit* de US$2,7 bilhões no primeiro trimestre de 2019, para *deficit* de US$2,3 bilhões em igual período de 2020, com retração de 9,5% das exportações (reduções mais significativas em minérios de ferro, partes de motores e turbinas para aviação) e aumento de 11,2% das importações (ênfase em bens de capital e intermediários). Em sentido contrário, destaque-se o desempenho positivo no Norte no primeiro trimestre do ano, alcançando *superavit* de U$1,7 bilhão, expansão de 112,3% em relação ao mesmo período de 2019.

A inflação, medida pelo IPCA, desacelerou no primeiro trimestre de 2020, repercutindo em todas as regiões as menores variações de preços tanto no segmento de livres quanto de monitorados. Nos livres, a principal contribuição decorreu do retorno dos preços de carnes, que em dezembro apresentou

Tabela 6.9 – Produção física da indústria
Brasil e regiões[1/]

%

Discriminação	Peso[2/]	2019				2020
		Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Brasil	100,0	0,4	-0,9	-0,2	1,2	-0,7
Norte	5,9	-0,3	-8,8	16,3	-3,7	-0,1
Nordeste	9,5	-3,4	-1,3	-0,9	3,9	3,0
Centro-Oeste	3,5	3,2	-1,4	-0,4	3,4	-2,2
Sudeste	62,7	1,1	-0,2	-0,2	0,7	-2,2
Sul	18,5	0,5	1,4	-0,9	-0,2	0,7

Fontes: IBGE e BCB
1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

Tabela 6.10 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Março

US$ bilhões

Região	Exportações		Importações		Saldo	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Total	51,2	49,5	42,1	44,0	9,0	5,6
Norte	4,0	4,9	3,1	3,2	0,8	1,7
Nordeste	3,6	3,7	4,6	4,4	-1,0	-0,7
Centro-Oeste	7,2	6,8	2,2	2,3	5,0	4,5
Sudeste	25,5	23,1	22,8	25,4	2,7	-2,3
Sul	10,7	8,4	9,4	8,6	1,3	-0,2
Outros[1/]	0,2	2,7	0,0	0,0	0,2	2,6

Fonte: Ministério da Economia
1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela 6.11 – IPCA

%

Discriminação	Peso	2019		2020	
		IV Tri	ano	I Tri	12 meses
IPCA					
Brasil	100,0	1,77	4,31	0,53	3,30
Norte	4,7	2,79	5,35	0,42	3,99
Nordeste	15,9	1,48	4,12	0,90	3,38
Centro-Oeste	7,9	2,11	4,20	-0,01	3,23
Sudeste	55,4	1,72	4,35	0,64	3,35
Sul	16,2	1,73	4,02	0,13	2,89
Livres					
Brasil		1,98	3,88	0,71	2,93
Norte		3,16	5,05	0,87	3,77
Nordeste		1,61	3,45	1,22	3,02
Centro-Oeste		2,49	4,26	0,24	3,18
Sudeste		1,95	3,88	0,71	2,83
Sul		1,76	3,68	0,43	2,67
Monitorados					
Brasil		1,21	5,54	0,02	4,43
Norte		1,64	6,35	-0,79	4,94
Nordeste		1,08	6,24	0,01	4,58
Centro-Oeste		1,04	4,03	-0,70	3,38
Sudeste		1,11	5,64	0,47	4,80
Sul		1,63	5,04	-0,69	3,61

Fontes: IBGE e BCB

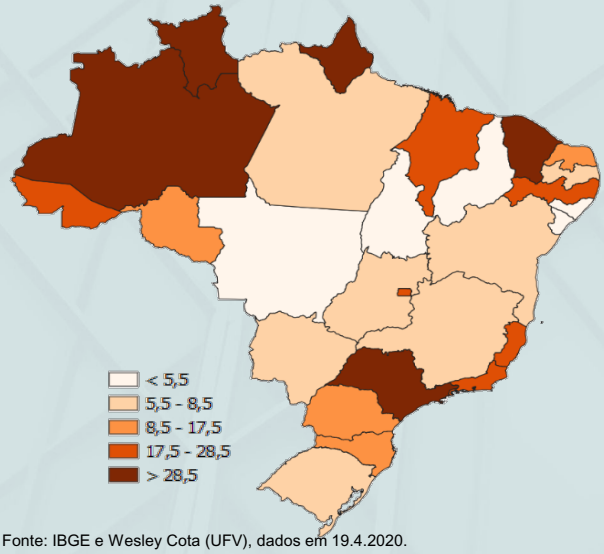
alta significativa. No segmento de monitorados, houve redução dos preços no Norte, Centro-Oeste e Sul, em boa medida pelo comportamento dos preços da gasolina e energia elétrica residencial.

Em síntese, a atividade econômica regional seguiu, no trimestre encerrado em fevereiro, a trajetória de recuperação gradual, mesmo com algumas oscilações. O crescimento do crédito e a recomposição da massa de rendimento, assim como o comportamento benigno da inflação constituíram fatores importantes para esse processo. Entretanto, a partir de meados de março, os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade mostraram-se expressivos. Os próximos meses permitirão melhor avaliar as magnitudes e implicações desses efeitos na economia.

Efeitos econômicos da pandemia de COVID-19 nas regiões

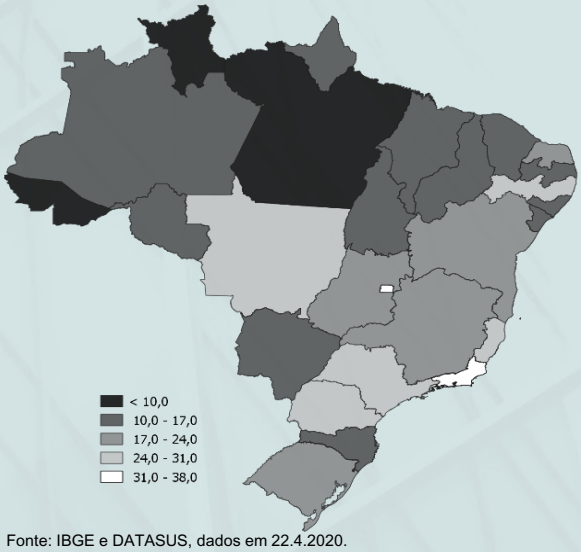
A disseminação da COVID-19 deverá trazer impactos severos à economia brasileira que, regionalmente, repercutirão particularidades das economias locais. Considerando informações até 19.4.2020, 39.067 casos foram confirmados[1], concentrados no SE, em especial em SP (36,5%). Em relação à população, os estados do AP, AM, RR e CE apresentam maior incidência, com indicadores acima da média nacional, de 18,6 casos por 100 mil habitantes. Na outra ponta, TO apresenta os menores valores para número de casos e taxa de incidência, com 2,2 casos por 100 mil habitantes.

Figura 1 – Casos de COVID-19 por 100 mil habitantes



Fonte: IBGE e Wesley Cota (UFV), dados em 19.4.2020.

Figura 2 – Leitos de UTI[1/] por 100 mil habitantes



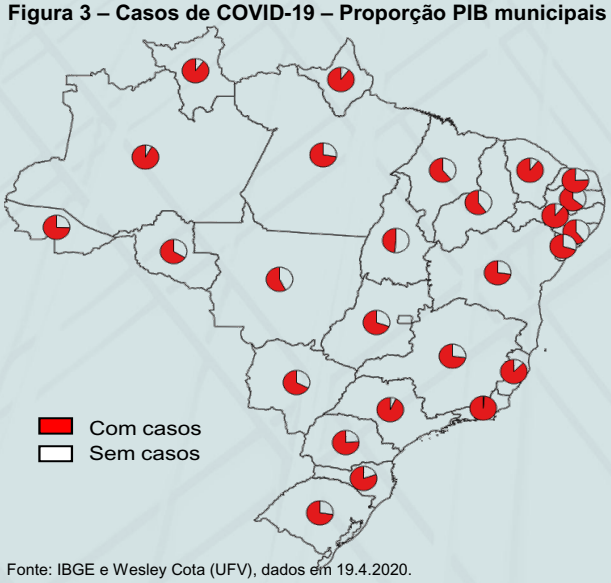
Fonte: IBGE e DATASUS, dados em 22.4.2020.
1/ Considerados leitos adultos e pediátricos.

Como o "achatamento da curva" supõe a desaceleração da propagação do vírus para evitar que os hospitais fiquem sobrecarregados, a estrutura de atendimento nos estados, em número de leitos de UTI dedicados aos casos mais graves da COVID-19, tende a influenciar a severidade das medidas para conter a disseminação da doença. Sob esse aspecto, RJ e DF apresentam as maiores razões entre leitos de UTI e habitantes (aproximadamente 38 leitos/100 mil hab.), enquanto em RR essa proporção é de 5,9/100 mil habitantes, segundo informações do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Até 19 de abril, dos 5.570 municípios do país (incluindo DF), 1.385 (24,9%) haviam notificado casos de COVID-19. No entanto, se analisado o peso do PIB dos municípios com detecção da doença, a representatividade sobe para 83,9%, sendo o RJ o estado mais afetado, com 98,7% do PIB diretamente impactado, e o TO o menos exposto, com 48,5%. O estado de SP, que representa 32,2% do PIB nacional, estava com 93% de seu PIB afetado sob a ótica dos municípios com casos do novo coronavírus. São Paulo era a cidade com mais notificações e mais óbitos até aquela data – 9.968 e 768, respectivamente.

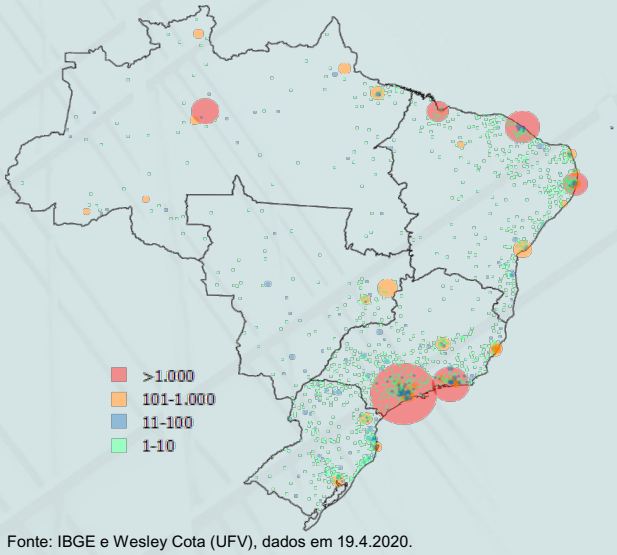
1/ Considere-se que a COVID-19 apresenta vários casos assintomáticos, além de haver limitações na aplicação de testes, o que permite concluir que os casos notificados representam apenas uma parcela do total de casos efetivos.

Figura 3 – Casos de COVID-19 – Proporção PIB municipais



Fonte: IBGE e Wesley Cota (UFV), dados em 19.4.2020.

Figura 4 – Casos de COVID-19 por município

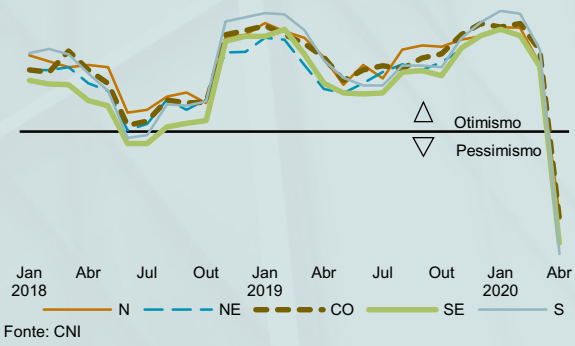


Fonte: IBGE e Wesley Cota (UFV), dados em 19.4.2020.

Dentre as atividades econômicas, as produções agrícola e pecuária devem ser as menos afetadas pela pandemia. De acordo com as Contas Regionais 2017 do IBGE (CR 2017)[2], esses segmentos são mais relevantes no valor adicionado bruto (VAB) do N (10,5%), CO (9,9%) e S (8,5%), comparativamente a média nacional de 5,2%. No que se refere à agricultura, a colheita e o escoamento da safra nacional seguem com valores comercializados e exportados acima de anos anteriores, com destaque para aumento da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no NE (8,1%), N (4,3%) e CO (3,2%), segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de março. A compra de insumos para as lavouras da segunda safra ocorreu antes da crise e as condições climáticas são consideradas benignas. De acordo com o Levantamento do mês de abril, da Conab, mais de 75% da safra de soja já foi comercializada e apesar da redução da cotação da *commodity* no mercado internacional, os preços internos seguem favorecidos pelo câmbio, enquanto as exportações devem continuar fortes nos próximos meses.

No que se refere à logística, o Mapa está monitorando rodovias federais e estaduais, além de portos e aeroportos, com o objetivo de garantir a realização dos serviços de transporte e armazenagem necessários, bem como o abastecimento do mercado interno. A despeito disso, dificuldades no escoamento e nos custos do frete tendem a afetar de forma mais intensa a produção de produtos *in natura*, em decorrência da sua característica de consumo rápido e prazo de validade curto. Nesse sentido, atacadistas estavam receosos em manter os pedidos feitos ao campo, pois a sobra de mercadorias tende a majorar prejuízo. Na terceira semana de abril a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)[3] seguia operando, apesar da diminuição na demanda e alteração no perfil dos compradores, com diminuição nas compras realizadas por restaurantes, bares, hotéis, distribuidores, feirantes e escolas, e aumento naquelas de supermercados.

Gráfico 1 – Índice de Confiança do Empresário Industrial
Em pontos



Fonte: CNI

Diferentemente do setor primário, a deterioração da confiança de forma expressiva e generalizada sinaliza que a indústria está sendo severamente impactada pelos efeitos da COVID-19 em todas as regiões. Pesquisa realizada entre os dias 1º e 14 de abril aponta pessimismo dos empresários – o

2/ Última edição disponível.

3/ A Ceagesp é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Conta com dezoito entrepostos (depósitos ou venda de mercadorias) distribuídos pelo estado de São Paulo.

Icei da CNI atingiu 32,6 pontos no S e 38,1 pontos no N (50 pontos indicam neutralidade). O movimento foi significativamente mais intenso do que o observado na greve do transporte rodoviário de carga em maio de 2018 e caracterizou tanto a avaliação das condições atuais quanto das expectativas para os próximos seis meses.

A desagregação da pesquisa sugere menor pessimismo na indústria extrativa, relativamente à de transformação. Nesse segmento, a fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, e de produtos alimentícios assinalaram as avaliações menos pessimistas (todas as atividades ficaram abaixo de 50 pontos, que indicam neutralidade). Na outra ponta, empresários das indústrias moveleira; têxtil, vestuário e calçados, e de automóveis apresentaram as piores expectativas.[4]

Considerando as indústrias extrativa e de transformação, de acordo com CR 2017, o segmento extrativo é mais relevante no N – extração de minerais metálicos – e no SE – extração de petróleo. A queda menos acentuada da confiança do empresário da indústria extrativa, ainda que a redução da demanda mundial afete negativamente as cotações de seus produtos, sugere efeitos menos intensos da pandemia no setor secundário das regiões anteriormente destacadas.[5]

Na transformação, além dos segmentos identificados pela CNI, a pesquisa "Impacto do Coronavírus no Transporte Rodoviário de Carga", realizada pela Associação Nacional do Transporte de Carga e Logística (NTC) de 13 a 19 de abril[6], sugere que a fabricação de produtos da linha branca, automóveis e eletrônicos foram as atividades com as quais o setor de transporte de cargas registrou maior redução da demanda. A fabricação de produtos eletrônicos tem sua produção concentrada no N, especificamente no Polo Industrial de Manaus, e compõe 23,0% do valor de transformação industrial (VTI) da transformação da região. Na indústria automotiva, cerca de dois terços da produção nacional está no SE. Regionalmente, a atividade responde por 8,5% do VTI da indústria de transformação dessa região, mesma participação do S. Dessa forma, essas localidades tendem a ser as mais impactadas pelos efeitos da pandemia. A fabricação de produtos da linha branca não é dominante em nenhuma região, atingindo a representatividade máxima de 3,6% do VTI do S.

A redução da demanda por têxteis, vestuário e calçados, consubstanciada na forte queda do comércio desses produtos, deve impactar a produção industrial desses segmentos, que estão mais presentes nas regiões NE e S, onde compõem 12,0% e 10,0% dos respectivos VTI regionais. Na indústria moveleira, a contração deve afetar mais a produção industrial do S, onde a atividade representa 3,0% do VTI.

Dentre as atividades menos sensibilizadas na transformação, estão as indústrias de alimentos e de produtos farmacêuticos e farmoquímicos. A fabricação de alimentos detém participação relevante em todas as regiões e deverá contribuir para suavizar a queda da produção industrial, sobretudo no CO, onde a atividade responde por 44,2% do VTI da transformação (24,7% no S; 19,7% no NE; 17,5% no SE e 12,9% no N). A fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos concentra-se no SE e no CO, com participações de 4,5% e 2,8% no VTI da transformação regional, na ordem, e, em menor intensidade, também contribuirá menos negativamente para o resultado da produção fabril.

4/ Segundo a Abicalçados, até 17.4.2020 houve 24,4 mil demissões na indústria calçadista; de acordo com a Anfavea, nas duas últimas semanas de março, a paralisação gradativa do comércio e das fábricas resultou em queda de quase 90% nas atividades do setor automotivo.

5/ De acordo com relatório do primeiro trimestre, a Vale afirma que sofreu impacto limitado, tendo afetado a produção de três unidades de importância secundária (nenhuma no Brasil). No entanto, a produção e venda de minérios de ferro no primeiro trimestre apresentaram reduções de 18,2% e 6,8%, respectivamente, em relação a igual período de 2019. A empresa reduziu seu *guidance* para 2020 – de 340-355 mt para 310-330 mt para minérios de ferro e de 44 mt para 35-40 mt para pelotização, em função das grandes incertezas na economia mundial.

6/ A pesquisa, realizada com empresas de vários tamanhos e segmentos ligadas à NTC, tem objetivo de acompanhar semanalmente o volume de carga durante os impactos da pandemia de COVID-19 no país. Disponível em https://www.portalntc.org.br/images/jce/RESULTADO-PESQUISA-IMPACTO-VOLUME-CARGA-20-04-2020_1.pdf..

Registre-se por fim que, em caso de dificuldades no comércio internacional, as indústrias do N, SE e S tendem a ser as mais atingidas, por serem as regiões onde as exportações da indústria são mais relevantes. Com relação às importações, N e SE são as mais dependentes, por sediarem a maior parcela das atividades com utilização expressiva de insumos importados no processo produtivo. Segundo a matriz de insumo produto de 2015 do IBGE, essas atividades são a fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos; outros equipamentos de transporte (exceto veículos) e produtos químicos.

No setor terciário, as medidas para contenção do avanço de COVID-19 reduziram fortemente a demanda do comércio e da prestação de serviços, tais como alimentação fora do domicílio, viagens e turismo, alojamento, transportes e logística, atividades artísticas e culturais. As exceções foram as vendas de supermercados, hipermercados e afins, e de farmácias.[7] Nesse sentido, as vendas com pagamento no cartão de débito durante as duas semanas anteriores ao domingo de Páscoa caíram 9,1% em termos nominais, se comparadas às do mesmo período de 2019.[8] Exceto o avanço no N, as demais regiões assinalaram quedas, mais intensas no SE e S. Por outro lado, todas apresentaram aumento nas vendas em supermercados, hipermercados e afins e em farmácias e similares, possivelmente refletindo comportamento prudencial e mudança no perfil do consumo diante de medidas de distanciamento social.

Tabela 1 – Evolução das vendas com cartão de débito[1/]

Variação %

Setores selecionados	N	NE	CO	SE	S
Supermercados, hipermercados e afins	59,7	55,2	55,2	34,2	55,4
Alojamento e alimentação	-60,2	-74,1	-63,9	-68,5	-69,5
Combustíveis	-8,7	-28,3	-18,9	-33,4	-27,4
Farmácias e similares	42,1	34,2	30,1	14,4	45,9
Material de construção	18,3	-14,0	14,2	0,3	4,8
Vestuário e calçados	-58,8	-88,9	-69,0	-93,2	-75,2
Cabeleireiros e outros serviços pessoais	-42,7	-70,3	-51,9	-66,1	-46,1
Veículos (incl. peças e serviços)	2,6	-26,3	6,4	-32,2	-20,7
Total	7,4	-9,5	-2,0	-10,6	-10,3

Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB

1/ Comparação de duas semanas anteriores ao domingo de Páscoa em 2020, em relação a 2019.

Os efeitos desses movimentos repercutirão a estrutura econômica em cada região. Excluídos os serviços de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (APU), o setor terciário é mais expressivo no SE, onde representa 62,5% do VAB (CR 2017), o que sugere maior suscetibilidade à crise. No entanto, essa região detém as maiores participações das atividades financeiras e de informação e comunicação – que tendem a apresentar recuos relativamente inferiores à média do setor –, o que concorrerá para suavizar o impacto negativo das demais atividades da prestação de serviços. Com relação ao comércio, haverá desdobramentos negativos em todas as regiões, com exceção das atividades relativas ao consumo de produtos essenciais. Os pesos do comércio nas economias locais oscilam entre 11,7% no CO e N e 14,8% no S.

Especificamente sobre APU, ressalte-se que esses serviços devem contribuir para atenuar as reduções no produto, tendo em vista serem menos sensíveis a flutuações econômicas. Regionalmente, CO, N e NE – com participações acima de 25% no VAB – são as regiões em que APU tende a suavizar o choque sobre a economia.

O mercado de crédito deve ter papel importante neste período, sobretudo para as empresas. Dados preliminares sobre evolução dos estoques de empréstimos em março revelam similaridades de comportamento entre as regiões. Como regra, na comparação com o mês anterior, as famílias reduziram os gastos com cartão de crédito à vista enquanto as empresas aumentaram seu endividamento.

7/ Ver boxe "Efeitos econômicos da pandemia de COVID-19" no Relatório de Inflação de março de 2020.

8/ Foram comparados os intervalos de 9.4.2019 a 22.4.2019 com 31.3.2020 a 13.4.2020, afastando o efeito calendário.

Em relação às pessoas físicas, a variação negativa registrada em todas as regiões na modalidade de cartão de crédito à vista sinaliza o início da redução no consumo das famílias, tendência observada em outros indicadores de demanda relatados neste boxe. Para pessoas jurídicas, os expressivos aumentos nos saldos de financiamentos à exportação, por sua vez, indicam que a valorização recente do dólar estimulou a antecipação de recursos vinculados a contratos de exportação de mercadorias. Deve-se observar, a partir de abril, comportamento similar na modalidade de capital de giro, refletindo as diversas ações de provimento de liquidez ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) realizadas pelo Banco Central.

Tabela 2 – Crédito com recursos livres a pessoas jurídicas[1/]

Modalidade	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	(R$ mi)	(%)	(R$ mi)	(%)	(R$ mi)	(%)	(R$ mi)	(%)	(R$ mi)	(%)
Capital giro	-146	-1,4	1 085	4,0	784	3,5	6 635	3,9	857	1,4
Financ. exportação	473	12,5	1 847	20,0	4 265	23,7	25 499	22,2	7 171	22,9
Títulos descontados	449	20,3	413	5,5	122	2,6	10 490	10,0	3 252	12,8
Total livres	1 696	6,1	4 320	6,0	6 623	9,6	54 240	10,0	13 767	8,0

1/ Variação nominal absoluta e relativa em março de 2020, em relação a fevereiro de 2020.

Tabela 3 – Crédito com recursos livres a pessoas físicas[1/]

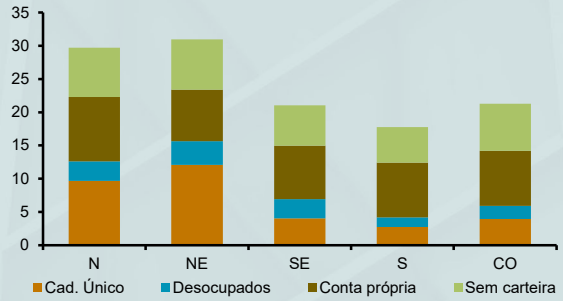
Modalidade	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	(R$ mi)	(%)	(R$ mi)	(%)	(R$ mi)	(%)	(R$ mi)	(%)	(R$ mi)	(%)
Cartão à vista	-339	-4,5	-1 883	-5,2	-781	-5,0	-5 365	-5,3	-1 661	-5,8
Consignado	268	0,9	631	0,7	475	1,2	1 573	0,9	548	0,9
Não consignado	162	1,7	336	1,7	201	1,3	370	0,5	153	0,6
Total livres	354	0,5	-2	0,0	1 833	1,5	-1 131	-0,2	-562	-0,3

1/ Variação nominal absoluta e relativa em março de 2020, em relação a fevereiro de 2020.

Ainda que os indicadores do mercado de trabalho relativos a março não estejam disponíveis, a retração da atividade deverá se refletir sobre o emprego e, de forma mais acentuada, nos segmentos informais de trabalho. Visando atenuar efeitos sobre parcela vulnerável da população, o Governo Federal aprovou o pagamento de auxílio emergencial, no valor de R$600 (podendo chegar a R$1.200 em alguns casos) por três meses. Baseando-se nos critérios de participação[9] e nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de

Gráfico 2 – Beneficiários do Auxílio Emergencial[1/]

Em percentual da população



Fonte: IBGE/PNAD Contínua
1/ Valores estimados a partir da PNAD Contínua 2018, consolidados das primeiras entrevistas.

9/ Além de todos os inscritos no cadastro único do Governo Federal, são elegíveis os trabalhadores informais, microempreendedor individual (MEI), pessoas que estão desempregadas, contribuintes individuais do INSS e pessoas maiores de idade e que se encaixem nos requisitos de renda média: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa (R$ 522,50), e de até três salários mínimos por família (R$ 3.135), até 20 de março. O valor de R$1.200 é válido para mãe solteira, chefe de família, se estiver dentro dos outros requisitos.

Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2018[10] estima-se que cerca de um quarto da população brasileira será contemplada, com percentual ainda maior no Nordeste.[11]

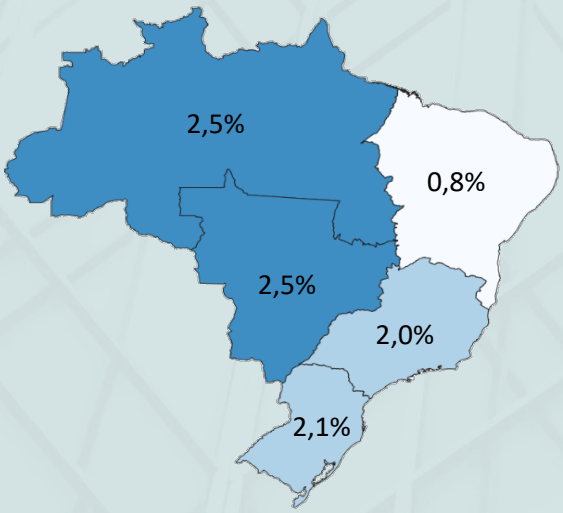
Em suma, os impactos da COVID-19 sobre a economia estão presentes nas cinco regiões do país de forma severa. Ainda assim, especificidades regionais tendem a diferenciar a intensidade e as caraterísticas desses efeitos em cada local. Nesse sentido, considerando a estrutura produtiva e a concentração relativa de VABs regionais em municípios com menor população, as economias das regiões CO e N devem ser as menos afetadas pelos impactos da atual pandemia e as mais prejudicadas, S e SE. Os efeitos negativos sobre a renda das famílias deverá ser mitigado pelo auxílio emergencial, sobretudo nas regiões N e NE. Por outro lado, a economia do SE, após forte impacto dos efeitos da Covid-19, pode ser beneficiada de sua diversidade produtiva e das relevantes participações das atividades financeira e de informação e comunicação em sua retomada. Adicionalmente, também contribui para a heterogeneidade dos impactos da pandemia o tempo de retorno à normalidade das atividades produtivas, que é definido por cada UF e depende, em parte, do sucesso das medidas sanitárias de contenção da doença e da adesão da população.

10/ Ano mais recente com informações disponíveis de outras fontes de renda (primeira visita aos domicílios). Ressalta-se, a possibilidade de pequena subestimativa, devido a defasagem de dois anos da pesquisa.

11/ Entre as medidas de compensação ou que visem reduzir o impacto da crise sobre o emprego, destacam-se as estabelecidas pela Medida Provisória (MP) 936, que prevê redução da jornada de trabalho e do salário, ou suspensão do contrato de trabalho, e MP 944, que estabelece linha de crédito para custeio da folha de pagamento para empresas com faturamento anual bruto entre R$360 mil e R$10 milhões.

Evolução do Índice de Atividade Econômica Regional em 2019

Figura 1 – Índice de Atividade Econômica Regional
Variação % anual (2019)



O Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR)[1] cresceu em 2019 em todas regiões brasileiras com menor intensidade no Nordeste. Esse desempenho caracteriza o processo de recuperação gradual da economia doméstica, que vinha se desenhado desde 2017 e foi interrompido no primeiro trimestre de 2020 devido aos impactos da pandemia de COVID-19. A despeito do caráter generalizado da expansão econômica observada em 2019, o crescimento da atividade evidenciou características diversas em termos regionais.

No Norte, a pecuária e, principalmente, a agricultura concorreram para o bom desempenho do setor primário. A atividade também foi impulsionada pela indústria, cuja contribuição derivou de elevações no produto da indústria de transformação e de serviços industriais de utilidade pública (SIUP), mitigadas por retrações na produção da indústria extrativa – que destaca a extração de minérios de ferro no Pará – e da construção civil. Favorecido pela base deprimida de comparação, o setor terciário registrou expansão no Norte, especialmente o comércio. Assinale-se a estabilidade do segmento de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (APU), em linha com a limitação de gastos do governo.

A economia do Nordeste, a exemplo de 2018, apresentou a menor taxa de crescimento, segundo o IBCR-NE. O resultado regional foi negativamente impactado pela produção industrial, em decorrência da queda na atividade da indústria de transformação, especialmente de alimentos, outros produtos químicos e veículos. No setor primário, a pecuária contribuiu para alta do indicador, tendo em vista que o desempenho agrícola se caracterizou por relativa estabilidade na safra total de cereais, leguminosas e oleaginosas, crescimento modesto na lavoura de cana-de-açúcar e retração na colheita de mandioca. No setor terciário, a expansão não foi disseminada, porém houve resultados favoráveis nos segmentos de comércio, saúde, educação mercantil, e atividades imobiliárias e aluguéis. A atividade de APU – que responde por um quarto da economia regional, segundo as Contas Regionais 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – apresentou estabilidade no ano.

O Centro-Oeste, junto com o Norte, apresentou a taxa mais elevada de crescimento econômico em 2019, com evidências de expansão da atividade nos três setores. No primário, houve aumento na pecuária e, sobretudo, na agricultura, principalmente nas culturas de milho e algodão. No setor industrial teve destaque o desempenho positivo dos SIUP, em contraste à evolução da indústria de transformação que foi negativamente impactada pela redução na fabricação de alimentos, segmento com peso majoritário na região. Além do comércio, os bons desempenhos das atividades de transportes e de serviços prestados às

1/ O IBCR é calculado para as cinco regiões e treze estados (Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Para informações sobre a metodologia do índice, ver boxe no Boletim Regional de abril de 2017 (http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2017/04/br201704b3p.pdf).

Gráfico 1 – IBCR
Var. % em 12 meses

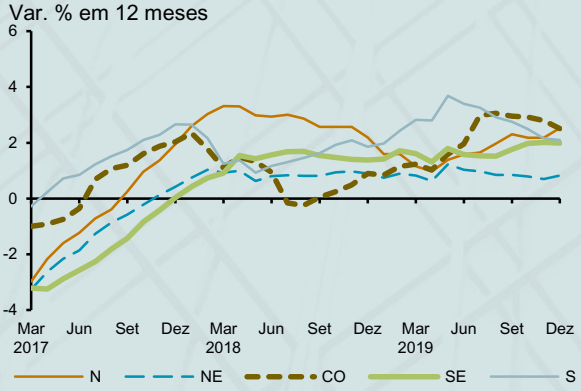


Tabela 1 – Índice de Atividade Econômica Regional

Variação % anual

Discriminação	Peso[1/]	2018	2019
Norte	**5,6**	**2,2**	**2,5**
Amazonas	1,4	3,0	4,7
Pará	2,4	1,4	1,2
Nordeste	**14,5**	**0,9**	**0,8**
Ceará	2,2	1,6	1,8
Pernambuco	2,8	1,3	1,1
Bahia	4,1	1,9	0,2
Centro-Oeste	**10,0**	**0,9**	**2,5**
Goiás	2,9	1,0	2,5
Sudeste	**52,9**	**1,4**	**2,0**
Minas Gerais	8,8	0,7	0,5
Espírito Santo	1,7	3,1	-1,3
Rio de Janeiro	10,2	-0,5	1,4
São Paulo	32,2	2,1	2,7
Sul	**17,0**	**1,9**	**2,1**
Paraná	6,4	1,0	2,1
Santa Catarina	4,2	2,9	2,6
Rio Grande do Sul	6,4	2,1	1,7

1/ Contas Regionais 2017 (IBGE).

empresas contribuíram para a alta do setor terciário. Com contribuição de aproximadamente 28% do valor adicionado bruto (VAB) do Centro-Oeste, APU assinalou estabilidade em 2019.

A evolução positiva da economia do Sudeste, considerada por estado, resultou da combinação de maior crescimento em São Paulo, altas menos intensas nos indicadores de Rio de Janeiro e Minas Gerais e queda no Espírito Santo. Considerada por setores, a expansão da atividade econômica no Sudeste decorreu basicamente do segmento de serviços. O setor primário repercutiu a contribuição negativa da atividade agrícola impactada, especialmente, por declínios na produção de café e de cana-de-açúcar. No setor industrial[2], o segmento extrativo foi negativamente impactado pelo rompimento da barragem de Brumadinho em janeiro de 2019, levando a interrupções na extração de minerais em Minas Gerais e no Espírito Santo. De outra parte, a extração de petróleo no Rio de Janeiro contribuiu para mitigar o resultado do segmento na região. A produção anual da indústria de transformação ficou relativamente estável, com destaque para altas em máquinas e equipamentos, refino de petróleo e alimentos, e baixas em veículos, metalurgia, farmoquímicos, outros equipamentos de transporte e celulose. A construção civil expandiu nos quatro estados, sendo que em São Paulo destacaram-se as admissões líquidas de 19,4 mil trabalhadores ao longo do ano. O estado também impulsionou o bom desempenho da atividade terciária em 2019, com destaques positivos para o comércio, cujo avanço mostrou-se superior à média para o país, e para prestação de serviços nos segmentos de informação, intermediação financeira e serviços prestados às famílias.

No Sul, a indústria foi especialmente favorecida pelo segmento da transformação, onde sobressaiu a significativa ampliação da produção de veículos, além de aumentos importantes na fabricação de produtos de metal, de máquinas e aparelhos elétricos e de alimentos. Os avanços dos segmentos da construção civil e de SIUP repercutiram os bons resultados do Paraná e de Santa Catarina. A agricultura da região se ressentiu das quedas importantes nas colheitas de fumo, mandioca e cana-de-açúcar, em parte compensadas pela recuperação da safra de milho. Quanto ao setor terciário, observou-se expansão do comércio e recuo da prestação de serviços, sobretudo dos serviços prestados às famílias.

Em síntese, os indicadores de atividade relativos a 2019 mostraram recuperação gradual da economia brasileira no período, com disseminação da expansão entre os diversos segmentos e que abrangeram as cinco regiões do país.

2/ Considerando o quinquênio 2013-2017, o VAB industrial do Sudeste derivou da combinação da indústria extrativa, transformação, construção civil e SIUP, aproximadamente nos percentuais respectivos de 15%, 54%, 22% e 8%.

O desalento e as taxas de desocupação

O mercado de trabalho apresentou, desde o último trimestre de 2017 ao final de 2019[1], trajetória moderada de recuperação em linha com o desempenho da economia, conforme evidencia o comportamento da taxa de desocupação (TD), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral (PNADC-T) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse movimento da TD refletiu principalmente o aumento da população ocupada (PO), mas também a elevação do desalento[2]. A população desalentada não é computada na força de trabalho (FT) – e, portanto, deixa de ser considerada no cálculo da TD. Nesse cenário, o presente boxe procura avaliar, por Unidade da Federação (UF), a importância do desalento para o patamar da TD.

Observando o desemprego regional em 2019, nota-se que a região Sul é a única em que todas as UFs apresentam TD abaixo da média nacional. Nas outras quatro regiões do país, há UFs com taxas acima e abaixo da média nacional (Gráfico 1).

O fenômeno do desalento pode impactar diferentemente a TD em cada estado, explicando, em parte, essa variação da TD. O percentual de desalentados em relação à FT, como esperado, aumentou durante a crise de 2015 e 2016, manteve-se em expansão moderada no início do processo de retomada da atividade em 2017 e meados de 2018, e mostrou tendência de redução ao longo de 2019 (Gráfico 2). Em termos absolutos, o número de desalentados no país passou de aproximadamente um milhão e meio de pessoas em 2014 para cinco milhões em 2019.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação por UF
Média de 2019 – %

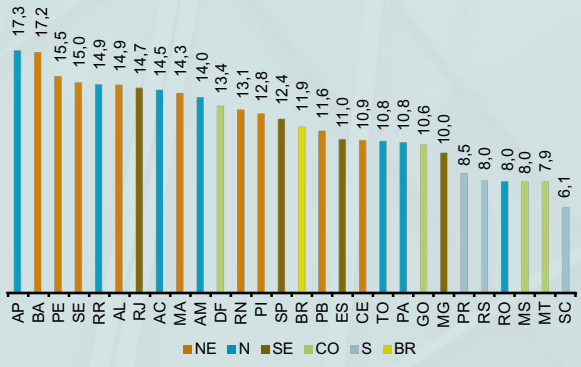
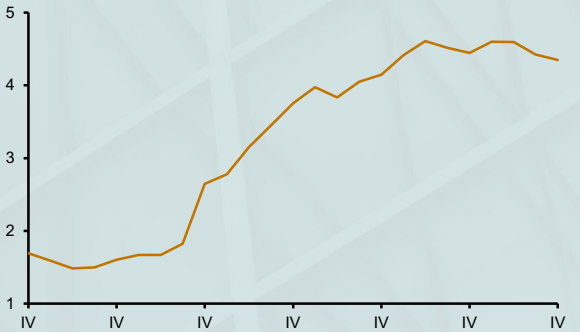


Gráfico 2 – Percentual de desalentados sobre FT
Brasil – %



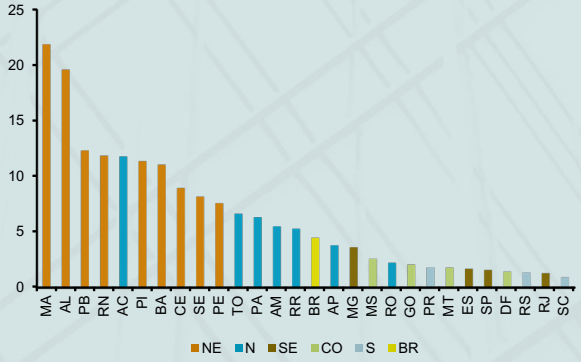
Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Em termos regionais, o desalento, como proporção da FT, é bastante distinto entre os estados – de 0,9%, em Santa Catarina, a 21,9%, no Maranhão – mas tem características mais homogênea do que a TD dentro de cada grande região do país, com percentual notadamente maior no Norte e Nordeste (Gráfico 3).

1/ A avaliação desse boxe ainda não refletem os impactos da COVID-19 na economia brasileira.

2/ São consideradas desalentadas as pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa. Fazem parte da chamada força de trabalho potencial (FTP), juntamente com as pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Gráfico 3 – Percentual de desalentados sobre FT
Média de 2019 – %



Para estimar a importância do desalento no resultado da TD nas UFs, a taxa de desocupação foi ajustada pelo desalento (TDAD), igualando o percentual de desalentados em relação à FT para todos os estados, em nível equivalente à média nacional.[3] Dessa forma, a TDAD para cada trimestre *i* e UF *j* pode ser escrita como:

$$TDAD_i^j = \frac{Desocupados_i^j - y_i^j}{FT_i^j - y_i^j} \; x \; 100$$

com

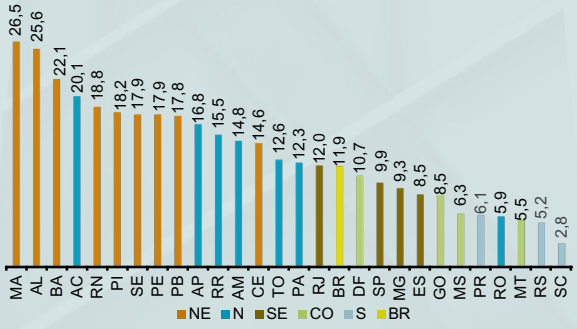
$$y_i^j = \frac{TxBr_i \; x \; FT_i^j - desalentados_i^j}{(1 + TxBr_i)}$$

Em que,

$TxBr_i$ = percentual de desalentados no Brasil, em relação à FT, para cada trimestre *i*.

Assim, de forma mais intuitiva, a TDAD nos estados indica o nível de desemprego sem a influência advinda da disparidade entre as taxas de desalento e o seu reflexo sobre as FT, e consequentemente sobre as TD. O resultado regional da TDAD, diferentemente da TD, mostra claramente que as maiores taxas estão nas regiões Norte e Nordeste (Gráfico 4). A amplitude entre os estados atinge, na média de 2019, 23,7 p.p. na TDAD (diferença entre Maranhão e Santa Catarina), e alcança 11,2 p.p., menos da metade, na TD tradicional (entre Amapá e Santa Catarina).

Gráfico 4 – Taxa de desocupação ajustada pelo desalento
Média de 2019 – %



3/ O ajuste é efetuado pela migração dos desalentados para a FT, na condição de desocupados (quando o nível de desalento é maior do que a nacional), ou migração dos desocupados para o desalento (quando o desalento é menor do que a nacional).

Dessa forma, a diferença do desalento nos estados tende a equalizar a métrica tradicional de ociosidade do mercado de trabalho, na medida em que minimiza as diferenças entre as TD. A evolução do desalento nas regiões de 2014 a 2019 evidencia o efeito do maior aumento desse contingente no Nordeste e no Norte do país, o que pode ser observado pelo crescimento mais expressivo da TDAD nessas regiões, comparativamente ao desempenho da TD. Adicionalmente, ressalta-se que a expectativa de encontrar emprego é um dos principais determinantes da evolução do desalento. Assim, caso essa expectativa fosse a mesma em todos os estados, a distribuição do desemprego seria mais crítica no Norte e Nordeste do que o mostrado pelo indicador tradicional, e menos grave no Sul e Centro-Oeste (Gráficos 5 e 6).

Gráfico 5 – Evolução da TD

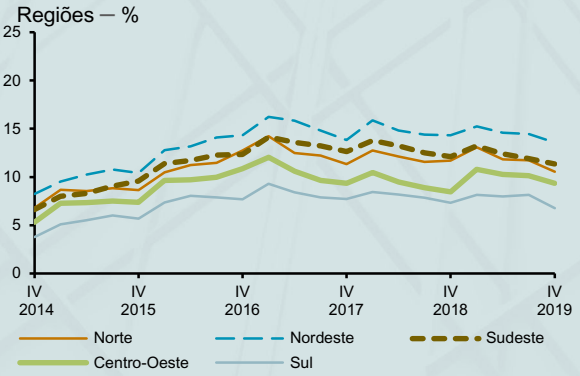
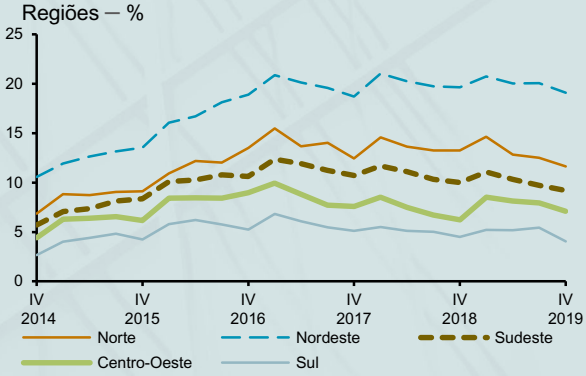


Gráfico 6 – Evolução da TDAD



A maior incidência do desalento nas regiões Norte e, principalmente, Nordeste pode ser atribuída, em parte, à menor demanda por mão de obra nessas regiões. Dados da PNADC-T[4] mostram que no Nordeste, entre os desalentados, 78% declararam não ter procurado emprego pelo fato de não haver trabalho na sua localidade. No Norte, esse índice atinge 60%, enquanto no Sul é de apenas 35% (Sudeste, 39% e Centro-Oeste, 43%).

O tempo de procura por emprego também contribui para o desalento. As regiões Norte e Nordeste detêm os maiores percentuais de trabalhadores desocupados com dois anos ou mais de procura por emprego: 23,7% e 24,7% respectivamente, em comparação à média nacional de 20,7% e o mínimo de 15,2% no Sul. Intuitivamente, quanto mais tempo procurando emprego sem sucesso, maior a chance do trabalhador migrar para o desalento.

Em resumo, condições econômicas locais afetando o fenômeno do desalento concorrem para reduzir o efeito, nas estatísticas de TD, das disparidades da realidade do mercado de trabalho entre as regiões.

4/ Dados a partir do 4º trimestre de 2015, quando da mudança metodológica da pesquisa – vide Nota Técnica do IBGE intitulada "Reformulação do questionário da PNAD Contínua a partir do 4º trimestre de 2015".

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente
Roberto Oliveira Campos Neto

Diretor de Política Econômica
Fabio Kanczuk

Chefe do Departamento Econômico
Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Coordenação Regional do Nordeste

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Coordenação Regional do Norte e Sul

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Coordenação Regional do Sudeste

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Coordenação Regional do Nordeste	Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro Caixa Postal 1.445 50040-090 – Recife (PE) *E-mail*: pe.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia	Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina Caixa Postal 44 40210-901 – Salvador (BA) *E-mail*: ba.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará	Av. Heráclito Graça, 273 – Centro Caixa Postal 891 60140-061 – Fortaleza (CE) *E-mail*: ce.depec@bcb.gov.br
Coordenação Regional do Norte e Sul	Rua 7 de setembro, 586 – Centro Caixa Postal 919 90010-190 – Porto Alegre (RS) *E-mail*: rs.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará	Boulevard Castilhos França, 708 – Centro Caixa Postal 651 66010-020 – Belém (PA) *E-mail*: pa.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná	Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico Caixa Postal 1.408 80530-914 – Curitiba (PR) *E-mail*: pr.depec@bcb.gov.br
Coordenação Regional do Sudeste	Av. Paulista, 1804 – Bela Vista Caixa Postal 8.984 01310-922 – São Paulo (SP) *E-mail*: gtspa.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais	Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho Caixa Postal 887 30170-001 – Belo Horizonte (MG) *E-mail*: mg.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro	Av. Presidente Vargas, 730 – Centro Caixa Postal 495 20071-900 – Rio de Janeiro (RJ) *E-mail*: rj.depec@bcb.gov.br

Siglas

a.a.	Ao ano
Abicalçados	Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APU	Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Cepea	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CIP	Câmara Interbancária de Pagamentos
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
COVID-19	Doença Coronavírus
CR	Contas Regionais
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DEE	Departamento de Economia e Estatística
Depec	Departamento Econômico
EUA	Estados Unidos da América
Fecomércio-PE	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco
Fecomércio-PR	Federação do Comércio do Estado do Paraná
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FT	Força de trabalho
FTP	Força de trabalho potencial
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social

Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEI	Microempreendedor Individual
MP	Medida Provisória
NTC	Associação Nacional do Transporte de Carga e Logística
Nuci	Nível de utilização da capacidade instalada
p.p.	Pontos percentuais
PF	Pessoa física
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PJ	Pessoa jurídica
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNADC-T	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral
PO	População ocupada
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Seplag	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do RS
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SLC	Sistema de Liquidação de Cartões
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TD	Taxa de desocupação
TDAD	Taxa de desocupação ajustada pelo desalento
UF	Unidade da Federação
VAB	Valor Adicionado Bruto
VTI	Valor da Transformação Industrial

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

bcb.gov.br